

PATRIMÔNIO CULTURAL COMO
LUGAR NA VIDA COTIDIANA:

OS MERCADOS DE QUIXERAMOBIM

Crysna Mara Arruda Mendes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design
Curso de Arquitetura e Urbanismo

PATRIMÔNIO CULTURAL COMO LUGAR NA VIDA COTIDIANA:
OS MERCADOS DE QUIXERAMOBIM

Por
Cryсна Mara Arruda Mendes

Sob orientação de
Solange Schramm

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M49p Mendes, Crysna Mara Arruda.
Patrimônio cultural como lugar na vida cotidiana : os Mercados de Quixeramobim /
Crysna Mara Arruda Mendes. – 2020.
120 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro
de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2020.
Orientação: Profa. Dra. Solange Maria de Oliveira Schramm.
1. Patrimônio cultural. 2. Mercados públicos. 3. Restauo. 4. Feira livre. 5. Arquitetura
cearense. I. Título.

CDD 720

Cryсна Mara Arruda Mendes

PATRIMÔNIO CULTURAL COMO LUGAR NA VIDA COTIDIANA:
OS MERCADOS DE QUIXERAMOBIM

BANCA EXAMINADORA

Prof.а. Dra. Solange Maria de Oliveira Schramm
ORIENTADORA
DAUD-UFC

Prof. Dr. Mario Fundarò
CONVIDADO
DAUD-UFC

Prof. Ms. Herbert de Vasconcelos Rocha
CONVIDADO

Fortaleza, 19 de novembro de 2020

AGRADECIMENTOS

À Deus, faço minhas orações com gratidão.

À minha família, com destaque à mainha e ao vô Paulino, por me fornecerem todo o apoio que eu poderia precisar, pelo ambiente propício ao meu desenvolvimento desde sempre, por serem compreensivos, por me contarem histórias e me apresentarem situações e pessoas que enriqueceram a pesquisa, por acreditarem em mim. Vos dedico este trabalho.

Ao excelente corpo docente do DAUD UFC, especialmente a meus professores, aos funcionários e colaboradores, que juntos formam os melhores arquitetos e urbanistas do Ceará. À professora Sulamita Vieira, que com sua excepcional carreira acadêmica, história de vida e jeito carinhoso no ato de ensinar me abriu os olhos para temas relacionados à cultura brasileira, fortalecendo meu interesse por essa temática.

À professora Solange Maria de Oliveira Scrhamm, grande educadora, conselheira, amiga, e em breve, companheira de profissão, por toda a sua delicadeza, inteligência, sinceridade e sabedoria em nossas reuniões de orientação e conversas acerca de nossas paixões comuns - arquitetura e sertão -, suas palavras de encorajamento e seu coração acolhedor, por todo o período de quase quatro anos em que estivemos juntas. À Solange não só agradeço como também a dedico este trabalho.

À turma de 2014.2, onde encontrei colegas muito diferentes de mim, entre e com os quais aprendi e amadureci ao longo desses quase 7 anos. A meus grandes amigos, Sarah, Isaque, Julianne, Rafael, Ana, Duda, Joana, Hosana, Denise, pessoas que encontrei no curso de Arquitetura e Urbanismo e que escolhi levá-las comigo além da universidade.

Aos demais amigos que compartilharam comigo seus conselhos, sua compreensão, suas palavras de apoio. Os guardo muito bem no coração.

A mim que, por muitas vezes, ignorei o pessimismo e aprendi a ser organizada a fim de conquistar meus objetivos. Tenho orgulho dos meus esforços e fico feliz se o resultado ajudar alguém em sua trajetória, assim como outras pessoas e seus trabalhos me ajudaram. Valeu a pena.

PRÓLOGO

Nascida em uma cidade do interior do Ceará, tive mais oportunidades de conhecer o mundo do que meus familiares, e sempre através dos livros. Aos 15 anos entrei no ensino público e foi a partir daí que as maiores transformações ocorreram. Na minha cidade obtive meu primeiro diploma (educação nível técnico) e agora, na capital do meu estado, o segundo diploma (educação nível superior). Esse trabalho me torna a primeira mulher da família graduada em uma universidade federal. E foi inspirada nela e em nossa origem que esse trabalho nasceu.

Quixeramobim foi berço de grandes personalidades, como Antônio Vicente Mendes Maciel, o nosso Antônio Conselheiro. Foi palco de eventos importantes na história do Brasil, como a declaração, em 1824, de destituição do Imperador dom Pedro I e declaração de uma república independente, sendo o ato precursor da Confederação do Equador. A cidade também foi testemunha de marcos do desenvolvimento do Ceará, inclusive quando o resultado vinha sobre trilhos. Mas antes de me tornar uma pesquisadora do assunto, nunca me contaram essas histórias com orgulho. Aquele orgulho de quem tem seu patrimônio cultural reconhecido e protegido.

Neste trabalho compreendo o Mercado Público como uma edificação passível de restauro devido seu valor enquanto patrimônio histórico e cultural local e equipamento promovedor da ocupação do ‘meio da rua’, sendo símbolo do comércio popular há mais de cem anos. A área de intervenção foi delimitada incorporando o Mercado da Carne, a feira livre e a praça por entender que através da preservação da memória edificada e da requalificação arquitetônica e de espaços públicos é possível impactar positivamente na competitividade econômica, na sociabilidade urbana e na qualidade de vida dos usuários do centro comercial e a comunidade local. Com o potencial de estabelecer um forte eixo visual com o Rio Quixeramobim, propostas também foram feitas objetivando a preservação ambiental.

Por fim, aqui também é um espaço de denúncia a inexistência ou inatividade de setores municipais de reconhecimento e proteção de bens patrimoniais, principalmente em cidades do interior. Não podemos deixar nossa história se apagar.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, Mercados públicos, Restauro, Feira livre, Arquitetura cearense.

SUMÁRIO

01	introdução	
1.1	tema	11
1.2	justificativa	12
1.3	objetivos	13
02	referencial teórico	
2.1	breve história do conceito de patrimônio	15
2.2	intervenções em bens patrimoniais	18
	teóricos do restauro	18
	cartas patrimoniais	21
	patrimônio no Brasil	26
	patrimônio no Ceará	29
2.3	feira: subsistência e sociabilidade	32
	origem	32
	relação com a ocupação do sertão nordestino	34
	sobre uma feira	38
03	aprofundamento	
3.1	mercados públicos brasileiros do século XIX	41
	exemplares nordestinos	43
3.2	Quixeramobim: capital do Sertão Central	48
	história	49
	dados relativos à população e ao território	57
	legislação e zoneamento urbano	59
04	análises	
4.1	urbana	63
	destaques	63
	feira livre, quermesse e ‘Shopping de Sto Antônio’	69
	usos do solo	73
4.2	arquitetônica	77
	prospecção formal e funcional do Mercado Público	78
	mapa de danos do Mercado Público	82
	sobre o Mercado da Carne	87
4.3	referências projetuais	90
05	proposta projetual	
5.1	memorial descritivo	95
5.2	diretrizes projetuais	98
5.3	programa de necessidades	99
5.4	projetos arquitetônicos	100
	anexos	116
	lista de figuras e mapas	118
	referências bibliográficas	121



introdução
introdução

1.1

TEMA

“O mercado público assume um papel significativo no impulsionamento da urbanidade das cidades, desde o surgimento do comércio como cerne da economia formadora de centros urbanos. É um equipamento democrático, um cenário onde se misturam, em um mesmo espaço, tradição, comércio e relações humanas” (GUÀRDIA & OYÓN, 2010, p. 42).

Tendo como ponto de partida o reconhecimento de um núcleo comercial tradicional em Quixeramobim - CE, o cenário de desamparo às atividades nele desenvolvidas e, paralelamente, a compreensão da importância do mercado na formação de núcleos urbanos - especialmente no sertão nordestino, visto a forma de ocupação do território e as bases econômicas nos quais se desenvolveu -, decidiu-se promover a requalificação de um território no centro da cidade, guiado por intervenções arquitetônicas no Mercado Público Municipal e no Mercado da Carne, de modo a fortalecer a relação cidade-usuário, reforçar a identidade da comunidade e valorizar o patrimônio cultural local, objetivando a sua preservação.

As intervenções consistem no restauro do núcleo original do Mercado Público, remodelação da ampliação deste, construção de um novo núcleo correspondente ao Mercado da Carne e, tendo como vetor a feira livre que ocorre regularmente no local, reestruturar os espaços públicos imediatos. A justificativa do restauro do Mercado Público - principal intervenção da proposta - está no entendimento do seu papel enquanto equipamento promovedor da ocupação do ‘meio da rua’ e símbolo do comércio popular há mais de cem anos.

O mercado (espaço arquitetônico) e a rua (espaço na escala urbana) são complementares. Em vista disso, o conjunto de propostas para os mercados e a feira são desenvolvidos paralelamente, com a preocupação de não institucionalizar as atividades comerciais tradicionais, tampouco isolá-las das dinâmicas social, econômica e urbana gerais características da cidade contemporânea.

1.2

JUSTIFICATIVA

Duzentos e trinta anos após a fundação da Vila de Campo Maior, o atual município de Quixeramobim ainda preserva aspectos que caracterizaram sua trajetória. Entre esses aspectos, destaca-se a atividade pecuária, ainda importante para economia da cidade, impactando principalmente os setores primário e terciário.

Outro aspecto preservado, resistente à modernização do setor comercial, é a tradição em torno da praça de mercado. Entre as edificações públicas mais antigas da cidade está o Mercado Público Municipal, que preserva seu uso original há mais de um século. Em seu entorno, no nível mais baixo, ocorre a feira livre de frutas e verduras, reunindo pequenos produtores de diversos distritos da região. Há também o Mercado da Carne, construído mais de 50 anos depois daquele, foi responsável por modificar completamente a sua dinâmica.

Segundo a *Project for Public Spaces*¹, os mercados públicos podem trazer inúmeros benefícios, como: interação de diferentes classes e credos, fornecimento de oportunidades econômicas, criação de espaços públicos ativos, reestruturação de centros urbanos, conexão das economias rural e urbana e melhora da saúde pública. Mas, para isso, o mercado precisa estar inserido em um espaço urbano adequado às suas necessidades. No caso de Quixeramobim, essa grande praça de mercado faz parte da memória coletiva e integra a identidade de determinado núcleo de pessoas.

Quixeramobinense e graduanda em arquitetura e urbanismo, a autora identificou que, através da preservação da memória edificada e da requalificação arquitetônica e de espaços públicos, é possível impactar positivamente na competitividade econômica, na sociabilidade urbana e na qualidade de vida dos usuários e comunidade local. Evidenciando a relação direta entre cidade construída e social - sobre a qual os romanos estabeleceram o conceito de *urbs* e *civitas* - e o mercado, tanto ao longo da história quanto na contemporaneidade.

1 Segundo a própria instituição, Project for Public Spaces (PPS), fundada em 1975, consiste em uma organização sem fins lucrativos formada por equipes profissionais interdisciplinares dedicadas a ajudar pessoas a criar e manter espaços públicos com o fim de promover o fortalecimento de suas comunidades. Contabiliza projetos em mais de 50 países. Site: <https://www.pps.org/>



1.3

OBJETIVOS

- Restaurar o Mercado Público Municipal, como meio de fortalecer os valores do edifício, de uso e enquanto testemunho histórico e elemento com potencial de mantenedor da tradicional praça de mercado e vetor de valorização do patrimônio cultural da cidade;
- Requalificar o Mercado Público e propor nova arquitetura para o Mercado da Carne a fim de adequá-los aos padrões de higiene, salubridade, segurança e conforto, favorecendo lojistas, funcionários, clientes e visitantes;
- Resgatar acesso visual ao Rio Quixeramobim através do redesenho pontual de espaços livres em suas margens, de modo a estabelecer uma 'âncora' a demais ações orientadas à preservação ambiental;
- Fortalecer, através de intervenções arquitetônicas e de planejamento urbano, o fortalecimento e manutenção das atividades tradicionalmente desenvolvidas no entorno expandido da área em estudo, com foco no atendimento às necessidades dos participantes;
- Promover, através de intervenções arquitetônicas e de planejamento urbano, a preservação da memória local representada pelo patrimônio cultural edificado e o interesse pela história da cidade;
- Denunciar a inexistência ou inatividade de setores municipais de reconhecimento e proteção de bens patrimoniais, principalmente em

▲ Figura 1

Três diferentes níveis: Em vermelho, o do Mercado Público Municipal; em laranja, rua do entorno; em amarelo, o do Mercado da Carne e rua em que ocorre a feira livre.

[Fonte: Base do Google Street View com modificações feitas pela autora].



CHAPOLIM - LIMÃO
71 3366-2809/9716-3158

ANDRE

referencial teórico
referencial teórico

idades do interior.

2.1

BREVE HISTÓRIA DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO

O patrimônio cultural brasileiro constitui-se de bens, materiais ou imateriais, de notável importância individualmente ou em conjunto, que serviram ao usufruto de comunidades formadoras da sociedade atual. Estes bens equivalem a obras, objetos, documentos, espaços destinados às manifestações artístico-culturais, e até mesmo as próprias formas de expressão. Essa conceituação é baseada no Art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. Um marco na história brasileira certamente muito recente.

Segundo CHOAY (2006, p. 11), “na nossa sociedade errante, sempre em transformação [...], “patrimônio histórico” tornou-se numa das palavras-chave da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade”. Portanto, ainda segundo a autora, é fundamental questionar o culto prestado ao patrimônio histórico, capaz de revelar o estado de uma sociedade e questões intrínsecas a esta. Para entender a trajetória do reconhecimento e proteção do patrimônio histórico cultural brasileiro, e não obstante, cearense, é necessário compreender como se deu o surgimento e evolução do conceito de patrimônio.

Liberal de Castro (2008), em artigo publicado na Revista do Instituto do Ceará², aponta que ainda no século XVIII a existência de antiquários e coleções do gênero demonstrava o interesse da sociedade em conservar bens materiais de estimado valor simbólico, porém sem ressonância no campo arquitetônico. Ainda Liberal, e, interpretação a Françoise Choay, indica que o nascedouro da ‘defesa sistemática e oficial’ de edificações pode ter se dado na França, no final do século XVIII, visto a destruição causada por ataques a monumentos nacionais durante a Revolução Francesa.

É no referido país europeu, no ano de 1837, que é criada a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, evidenciando a existência de apenas três categorias de monumentos históricos: remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos e alguns castelos datados da Idade Média. Sob esta Comissão, edificações cuja integridade

2 Artigo intitulado ‘Preservação do Patrimônio Cultural’, publicado em 2008, na Revista do Instituto do Ceará, disponível para consulta online.

encontrava-se comprometida passaram a ser objeto de estudo para posterior desenvolvimento de propostas de intervenção. Este era um campo pouco explorado, e foi recorrendo à história e à arqueologia, através de processos de identificação, classificação e inventário, que o processo documental e as propostas foram elaborados. Como as práticas desenvolvidas até então tinham certo caráter experimental, surgiram diferentes posicionamentos quanto ao nível de intervenção nas construções. Se remetiam ao aspecto inicial do edifício ou a como este se encontrava no momento em que foi constatada a necessidade de intervenção, se é prudente, e se sim, como marcar o que é novo do que é original; estes são alguns questionamentos que surgiram à época e deram origem a documentos, postulados e indicações desenvolvidos por teóricos que encaravam o crescente campo do restauro arquitetônico. Alguns destes, entre os mais reconhecidos, são Viollet-Le-Duc e John Ruskin.

Ao se aproximar o final do século XIX, o número de bens inventariados cresceu consideravelmente. Até então os bens patrimoniais reconhecidos eram relacionados essencialmente a arqueologia ou a história erudita da arquitetura. No século XX, da Itália a Inglaterra, surgem novas 'categorias' de patrimônio, seja de caráter erudito ou popular, urbano ou rural, privado ou público, etc. Finalmente, o domínio patrimonial deixa de estar limitado a individualidade dos edifícios; agora abrange conjuntos edificados e o tecido urbano (CHOAY, 2006).

Conforme se aproximava a segunda metade do século XX, era possível dizer que a noção de monumento histórico e as práticas de conservação associadas a este finalmente se expandiram para além do território europeu, atingindo países como Japão e EUA. Em 1931 é realizada em Atenas a I Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos - dando origem a Carta de Atenas -, mas reuniu apenas países europeus. Já no ano de 1964, em Veneza, três países fora do continente europeu participam da Conferência e contribuíram na elaboração de mais uma Carta Patrimonial. Foram eles: México, Peru e Tunísia. Foi somente na 17ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 1972, que países dos cinco continentes (não considerando a Antártida) assinaram a Convenção para Proteção do

Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Mais de 80 países participaram deste marco na história da proteção patrimonial.

De acordo com François Choay (2006, p. 16),

[...] as ameaças permanentes que pairam sobre o patrimônio não impedem um vasto consenso em favor da sua conservação e da sua proteção, oficialmente defendidas em nome de valores científicos, estéticos, memoriais, sociais, urbanos que esse patrimônio possui nas sociedades industriais avançadas.

Segundo Londres Fonseca (1997, p. 59-60), a concepção de patrimônio implica na construção de identidades coletivas e nacionais a serviço da consolidação dos estados-nação modernos que apresentam as seguintes funções simbólicas: reforçar a noção de cidadania, no sentido de utilização dos bens em nome do interesse público; identificar símbolos que representariam a coesão nacional; os bens patrimoniais constituíram o mito de origem da nação, objetivando a legitimação do poder; a conservação de bens se justificaria pelo alcance pedagógico, para instruir os cidadãos. Para a autora, a sistematização das condutas preservacionistas foi possibilitada através do interesse político-ideológico despertado, além do interesse popular.

Em vista disso, este trabalho é desenvolvido de forma a alinhar os bens imateriais (práticas tradicionais) e materiais (edificações de interesse histórico) do sertão central cearense à teorias relativas a esta temática, desenvolvidas ao longo dos anos e aqui brevemente abordadas, de modo a fortalecer, especialmente, a identidade e cidadania do povo quixeramobinense.

2.2

INTERVENÇÕES EM BENS PATRIMONIAIS

a. Teóricos do restauro

A partir da segunda metade do século XVIII, o restauro distanciou-se de ações puramente funcionais para assumir uma conotação essencialmente cultural, enquanto campo disciplinar autônomo. O século XIX se destaca por marcos históricos que fizeram emergir teorias e questionamentos em torno das segundas necessidades de reconstrução de lugares significantes a grupos da sociedade do período. Foram constantes as tentativas de inventários sistemáticos, experimentações práticas, formulações teóricas, da elaboração de medidas legais e do estabelecimento de órgãos de preservação.

Neste sentido, Françoise Choay indica em 'A Alegoria do Patrimônio' duas correntes que orientaram os processos de restauração do patrimônio a partir da segunda metade do referido século: **1. Intervencionista**, destacando-se Viollet-Le-Duc com a teoria do Restauro Estilístico, orientando a reconstrução com a aparência que o monumento poderia ter tido, onde obteve predominância na Europa; **2. Antiintervencionista**, com John Ruskin apresentando uma antítese, defendeu que a restauração seria um dano ao valor simbólico do bem, e sua maior notoriedade se deu na Inglaterra.

Camillo Boito (1835-1914) - arquiteto, historiador, ensaísta e poeta - busca, a partir de um processo de análise e reformulação, uma síntese das proposições feitas por ambos teóricos. Boito propõe uma via "intermediária" para a restauração, baseada em sólidos princípios, como: ênfase no valor documental das obras; evitar acréscimos e renovações, que, se necessários, deveriam ter caráter diverso do original, mas de modo a não destoar do conjunto; complementos de partes deterioradas ou faltantes deveriam, mesmo seguindo a forma primitiva, ser de material distinto ou ter incisa a data de sua restauração; obras de consolidação deveriam limitar-se ao estritamente necessário, evitando-se a perda dos elementos característicos e pitorescos; respeitar as várias fases do monumento, sendo a remoção de elementos admitida apenas se tivessem qualidade artística manifestamente inferior à do edifício; registrar as obras, documentando os trabalhos durante e depois da

intervenção; colocar uma lápide com inscrições para apontar a data e as obras de restauro realizadas (KÜHL, 2009).

O arquiteto **Gustavo Giovannoni** (1873-1947), no início do século XX, reinterpreta a teoria de Boito e a aplica na escala urbana, de forma a proporcionar harmoniosas relações em cidades históricas, entre seus novos bairros e os antigos. Esta postura de restauro como um caminho intermediário ficou conhecida como **Restauro Filológico**³.



Também neste início de século, o historiador da arte **Alois Riegl** (1858-1905) contribuiu teoricamente com uma reflexão sobre os valores do monumento histórico, de modo a fomentar a consolidação da teoria do restauro como uma disciplina autônoma, abrindo espaço para a preservação do patrimônio cultural. Riegl, em 'O Culto Moderno dos Monumentos', publicado originalmente em 1903, se distancia da noção de monumento enquanto exemplar histórico-artístico. Para ele, qualquer obra com mais de sessenta anos poderia ser considerada monumento histórico (KÜHL, 2009), contanto que se trate de um objeto social e filosófico, justificando-se a partir da subjetividade das relações dos indivíduos com o bem e os significados e valores⁴ intrínsecos a este, os quais são abordados no livro já mencionado.

Ampliando novamente o debate acerca do restauro, no pós Segunda Guerra Mundial, **Cesare Brandi** (1906-1988), provocado pela emergente necessidade de reconstrução de edificações em larga escala, pôs as teorias do Restauro Filológico em cheque. Este passou a defender

Da esquerda para a direita:

▲ **Figura 2**

Gustavo Giovannoni (1873-1947).
[Fonte: Archivi degli].

▲ **Figura 3**

Camilo Boito (1835-1914).
[Fonte: Wikimedia Commons].

▲ **Figura 4**

Alois Riegl (1858-1905).
[Fonte: Alchetron].

▲ **Figura 5**

Cesare Brandi (1906-88).
[Fonte: Alchetron].

que o restauro era, para além de um ato científico de filólogo, também um ato crítico, portanto, o que deve guiar a intervenção é um juízo crítico de valor, idéia previamente abordada por Alois Riegl.

Quatro aspectos fundamentais foram definidos como princípios norteadores de intervenções de restauro e estão presentes no livro *Teoria da Restauração* (1963) de Brandi:

1º aspecto: “[...] restaura-se somente a matéria da obra de arte”. (p. 31). Ou seja, a intervenção no objeto original deve ser mínima;

2º aspecto: “A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo”. (p. 33). Refere-se a não reprodução de um falso estado original, nem ato de negligência a processos pré-existentes;

3º aspecto: “[...] a integração deverá ser sempre facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir”. (p. 47). Indica a necessidade de diferenciação através da matéria para sinalizar a temporalidade;

4º aspecto: “[...] que qualquer intervenção de restauro não torne impossível mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras”. (p. 48). Preconiza a reversibilidade das alterações feitas.

A definição de princípios é a marca do trabalho de Brandi na construção do Restauro Crítico, no qual fica evidenciado que o restauro é um ato crítico-cultural e necessariamente deve ser fruto de um processo coletivo, não sendo admissível subordiná-lo ao gosto de um único indivíduo, nem mesmo que este seja profundo conhecedor de técnicas, história ou estética.

3 *Filologia*: Estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos (Definição de Oxford Languages).

4 Hoje vários teóricos fazem referência a estes valores no que se trata a tendências contemporâneas de restauro, a exemplo de Honório Nicholls, que menciona além do valor de antiguidade, o valor afetivo, o valor de integridade, dentre outros.

2.2

INTERVENÇÕES EM BENS PATRIMONIAIS

b. Cartas patrimoniais

Ocorrendo paralelamente, e muitas vezes recebendo contribuições dos teóricos mencionados, durante o século XX foram realizados encontros formais entre representantes de diversos países - alguns destes eventos promovidos pela Organização das Nações Unidas, através da UNESCO - com o objetivo de elaborar documentos de caráter recomendatório acerca de temas relacionados à proteção, legislação, conceitos, novas tecnologias e diretrizes para a intervenção em bens patrimoniais. É interessante destacar que a promulgação de novos documentos não visa substituir indicações feitas nos documentos anteriores, mas sim complementá-los.

Ao estudar cada categoria destes documentos (principalmente as Cartas) é necessário levar em consideração o período em que foram publicadas, conhecendo o contexto dos acontecimentos e discussões que levaram àquelas indicações.

Alguns destes documentos apresentam contradições quando comparados uns com os outros, como é o caso da Carta de Atenas (1931), Normas de Quito (1967), Carta e Declaração de Amsterdã (1975) e da Declaração de Nara (1994). Como dito, não são substituíveis ou sequer de menor interesse em relação aos demais, apenas foram elaborados por organizações distintas, com diferentes objetivos e em locais e períodos muito diferentes.

Tendo isso em vista e o caráter e dimensão das intervenções propostas neste trabalho, três Cartas foram analisadas e comentadas, contribuindo como base metodológica para tal: Carta de Atenas - 1931 (por ser pioneira), Carta de Veneza - 1964 (por ser a Carta base até hoje) e Carta do Restauro - 1972 (pelo seu caráter determinativo).

Carta de Atenas (1931)

Pioneira na elaboração de princípios fundamentais para a proteção e conservação do patrimônio cultural em nível internacional, marcando o início da concepção de diretrizes voltadas ao assunto. Este documento foi elaborado em virtude da primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, organizada pelo Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações, onde foram destacados aspectos referentes ao restauro do monumento isolado, dentre os mais pertinentes, a **renúncia de uma abordagem de caráter estilístico**, aos moldes de Viollet-Le-Duc. Há outra Carta de Atenas, promulgada em 1933, como resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Esta última sintetiza a crítica ao crescimento desordenado da cidade e propõe princípios a fim de solucionar “as chaves do urbanismo nas quatro funções: habitar, trabalhar, recrear-se circular”, além de fazer **recomendações relativas à proteção dos valores arquitetônicos pelo seu alto significado estético e/ou histórico**. (RIBEIRO, 2005).

Carta de Veneza (1964)

No contexto pós Segunda Guerra Mundial, destacando-se a agitação ocasionada pela ação destrutiva dos bombardeios, foi realizado em Veneza o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, cujo objetivo era **reavaliar, complementar e garantir a adoção dos princípios estabelecidos pela Carta de Atenas em 1931**. Diferenciava-se na **tentativa de evitar falsos históricos e padronizar procedimentos e técnicas de restauro**, além de ter **ampliado o conceito de bem cultural**, abrindo espaço para a publicação de Cartas que tratam de temas específicos introduzidos por ela.

A Carta de Veneza é feito do Restauro Crítico, visto como uma releitura das propostas relativas ao Restauro Filológico, de Boito e Giovannoni, consolidadas na carta dos anos 1930. Esta estabeleceu-se como uma Carta base, proporcionando, ao longo dos anos, a produção de documentos integrativos e de aprofundamento apresentando reinterpretações contemporâneas.

Tendo em vista o caráter deste trabalho, destaca-se os seguintes trechos como balizadores de decisões projetuais:

Definições

Artigo 1º - “A **noção de monumento histórico** compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural [...]. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, **que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.**”

Restauração

Artigo 9º - “A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo **conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos.** [...] todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo.”

Artigo 10º - Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.

Artigo 12º - Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que **a restauração não falsifique o documento de arte e de história.**

Artigo 13º - Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.

Carta do Restauro (1972)

Elaborada pelo Ministério da Instrução Pública da Itália; período em que o Brasil - em plena ditadura -, Estados Unidos, Reino Unido e Suécia viviam recessão econômica causada pela crise do petróleo, e Alemanha Ocidental e Japão prosperavam economicamente. É composta por 12 artigos com diretrizes, etapas, responsabilidades, trabalhos, técnicas e programas para intervenções em todos os tipos de bens patrimoniais material. Esta destaca-se por **não ser de caráter apenas recomendatório, mas determinante**, através de normas e instruções que devem ser seguidas escrupulosamente e obrigatoriamente.

Da contribuição a este trabalho, destaca-se:

Artigo 4º - Entende-se por salvaguarda qualquer medida de conservação que não implique a intervenção direta sobre a obra; entende-se por restauração qualquer intervenção destinada **a manter em funcionamento, a facilitar a leitura** e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos definidos nos artigos precedentes.

Artigo 6º - De acordo com as finalidades a que, segundo o artigo 4º, devem corresponder as operações de salvaguarda e restauração, **proíbem-se indistintamente** para todas as obras de arte a que se referem os artigos 1º, 2º e 3º:

[...]

2 - remoções ou demolições que apaguem a trajetória da obra através do tempo, **a menos que se trate de alterações limitadas que debilitem ou alterem os valores históricos da obra**, ou de aditamentos de estilo que a falsifiquem;

[...]

Artigo 7º - Em relação às mesmas finalidades a que se refere o artigo 6º e indistintamente para todas as obras a que se referem os artigos 1º, 2º e 3º, **aditem-se as seguintes operações ou reintegrações:**

1 - **aditamentos de partes acessórias de função sustentante e reintegrações de pequenas partes**

verificadas historicamente, executadas, se for o caso, com clara determinação do contorno das reintegrações, ou com adoção de material diferenciado, embora harmônico, facilmente distinguível ao olhar, particularmente nos pontos de enlace com as partes antigas e, além disso, com marcas e datas onde for possível;
[...]

Anexo B - Instruções para os critérios das restaurações arquitetônicas.

No pressuposto de que as obras de manutenção realizadas no devido tempo asseguram longa vida aos monumentos, encare-se o maior cuidado possível na vigilância contínua dos imóveis para a adoção de medidas de caráter preventivo, inclusive para evitar intervenções de maior amplitude.
[...]

As obras de adaptação deverão ser limitadas ao mínimo, conservando escrupulosamente as formas externas e evitando alterações sensíveis das características tipológicas, da organização estrutural e da seqüência dos espaços internos.
[...]

Uma exigência fundamental da restauração é respeitar e salvaguardar a autenticidade dos elementos construtivos. Este princípio deve sempre guiar e condicionar a escolha das operações. No caso de paredes em desaprumo, por exemplo, mesmo quando surgiram a necessidade peremptória de demolição e reconstrução, há de se examinar primeiro a possibilidade de corrigi-los sem substituir a construção original.
[...]

A eventual substituição de paramentos murais, sempre que se tornar estritamente necessárias e nos limites mais restritos, deverá ser sempre distinguível dos elementos originais, diferenciando os materiais ou as superfícies de construção recente; mas, em geral, resulta preferível realizar em toda a extensão do contorno da reintegração uma sinalização clara e persistente, que mostre os limites da intervenção.

2.2

INTERVENÇÕES EM BENS PATRIMONIAIS

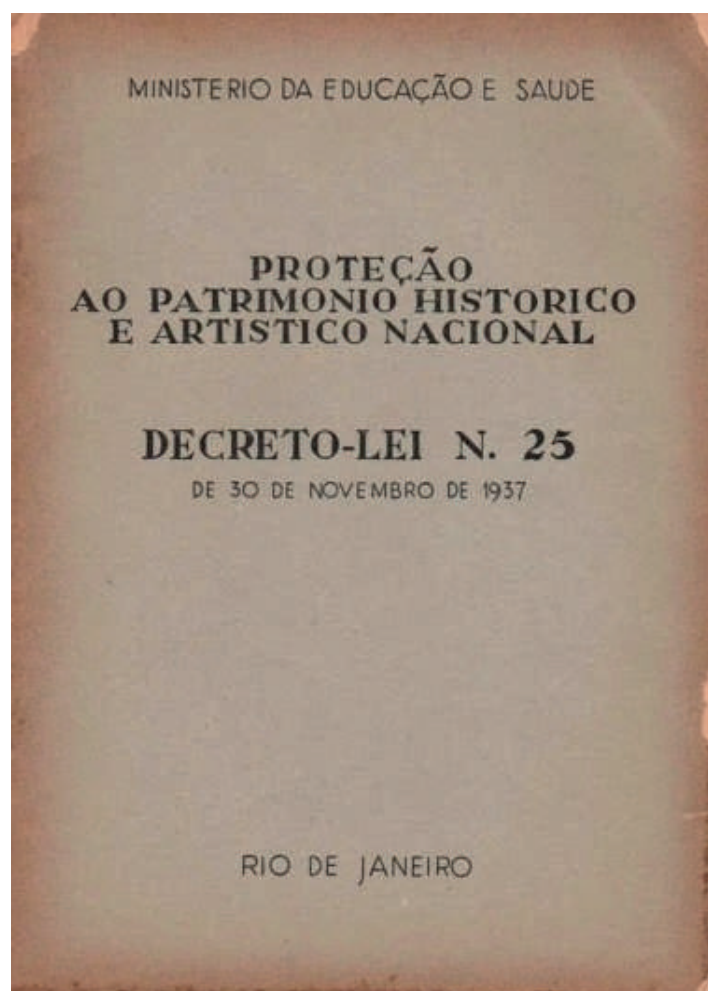
c. Patrimônio no Brasil

Em 13 de janeiro de 1937, o presidente Getúlio Vargas sanciona a lei de nº 378, que dá nova organização ao então Ministério da Educação e Saúde Pública, e entre outras medidas, deixa criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cuja função é “promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”. (BRASIL, 1937). No mesmo ano, através do Decreto-Lei nº 25/1937, é promulgada a primeira legislação brasileira com fins de definir o que constitui patrimônio histórico e artístico nacional, e estabelecer diretrizes e etapas do tombamento, apresentando os quatro Livros do Tombo, além de elucidar os efeitos da ação.

▼ Figura 6

Frontispício do Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937.

[Fonte: Acervo Iphan].



A Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, conhecida como Convenção da UNESCO de 1972, foi um dos marcos internacionais que tiveram grande reverberação nas políticas públicas brasileiras relacionadas ao tema.

Um dos resultados disso foi a atualização e ampliação das definições relativas ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com a promulgação da Constituição Federal de 1988. No fim do século XX, o agora IPHAN - substituindo o 'Serviço' por 'Instituto' -, em crescente atuação e consolidação em todo o território nacional, tem os Artigos 20, 23, 24, 30, 215 e 216 da Constituição dedicados a assuntos relativos ao patrimônio brasileiro. Destaca-se, para fins de embasar este trabalho:

Título III - Da Organização do Estado

Capítulo IV - Dos Municípios

Art. 30. Compete aos Municípios:

[...]

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Título VIII - Da Ordem Social

Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto

Seção II - Da Cultura

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação [...].

Outros marcos legislativos no que tange ao reconhecimento, regulamentação e salvaguarda de bens patrimoniais no Brasil são listados a seguir:

1. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003).
2. Lei nº 3.924/1961
Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
3. Decreto nº 3.551/2000
Institui o registro de bens culturais imateriais, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
4. Lei nº 11.483/2007 (art. 9º)
Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário e dá outras providências.
5. Portaria IPHAN nº 127/2009
Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.
6. Portaria IPHAN nº 187/2010
Dispõe sobre procedimentos por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado e dá outras providências.
7. Portaria IPHAN nº 420/2010
Dispõe sobre a autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.
8. Portaria IPHAN nº 137/2016
Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio.

2.2

INTERVENÇÕES EM BENS PATRIMONIAIS

d. Patrimônio no Ceará

O início do que seria o reconhecimento do patrimônio cultural edificado do estado do Ceará, em âmbito nacional, se deu pelo trabalho de um respeitadíssimo arquiteto e urbanista cearense: José Liberal de Castro⁵. Em virtude de sua relevante trajetória profissional e boas relações com autoridades do IPHAN, Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade - então presidente do Instituto -, comissionou Castro para 'cuidar' do patrimônio cearense que fosse de interesse nacional. O início deste importantíssimo trabalho foi marcado pelos tombamentos do Theatro José de Alencar e da Casa de José de Alencar (F.9), em 1964.



Da esquerda para a direita:

◀ Figura 7

Theatro José de Alencar.

[Fonte: Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Ceará].

◀ Figura 8

Liberal de Castro (1926).

[Fonte: Diário do Nordeste].

De 1968 a 1983, como professor da disciplina História da Arquitetura na recém fundada Escola de Artes e Arquitetura da Universidade Federal do Ceará⁶, Castro contou com a colaboração de mais de 200 estudantes na realização de levantamentos gráficos de antigas edificações no Ceará e no Maranhão. Assim, foi possível constituir um inventário⁷ que serviu de material para suas pesquisas relativas ao patrimônio construído desses estados.

Foi também em 1968 que o Governo Estadual do Ceará criou a Secretaria da Cultura através da Lei nº 9.109/68. Este foi um grande marco, pois a partir disso o estado passou a ter uma própria

5 José Liberal de Castro (1926) é arquiteto e urbanista formado em 1955 pela Faculdade Nacional de Arquitetura (atual FAU/UFRJ), ex-presidente do Depto. do Ceará do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-CE), um dos fundadores da Escola de Artes e Arquitetura da UFC e professor emérito da mesma instituição.



F.9



F.10



F.11



F.12

instância, com atribuições técnicas, legais e administrativas, orientadas ao reconhecimento e preservação de seu patrimônio histórico e cultural.

Nesse âmbito, a década de 1970 foi marcada pela política nacional de patrimônio, a exemplo da criação, em 1973 - em plena ditadura militar no Brasil -, do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH)⁸. Este foi considerado o primeiro programa do governo federal destinado à preservação de cidades históricas, cujo grande objetivo era o desenvolvimento urbano e regional do Nordeste por meio da atividade turística. Nessa mesma época, no Ceará, são tombadas pelo IPHAN as casas de câmara e cadeia de Quixeramobim (1972)⁹, Caucaia (1973)¹⁰ e Icó (1975)¹¹ e o prédio da antiga Assembleia Provincial (1973)¹² em Fortaleza. Também são elaboradas as propostas de tombamento dos sítios históricos de Icó, Sobral, Aracati e Viçosa do Ceará, processos finalizados em 1998, 1999, 2001 e 2003, respectivamente.

Em 2008 a Câmara Municipal de Fortaleza sancionou a Lei Ordinária nº 9.743/2008 que cria o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural (COMPHIC). Esse Conselho é um órgão colegiado que pode deliberar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis e o registro de expressões culturais, promover estratégias de fiscalização da preservação e uso dos bens, analisar em caráter excepcional propostas que coloquem em risco a integridade destes, entre outras atribuições.

Quanto ao município de Quixeramobim, onde este trabalho foi desenvolvido, há o IPHANAQ: uma sociedade civil sem fins lucrativos, formada por estudantes, profissionais liberais, professores, artesãos e artistas, que atua desde 2004 “no campo da cultura do cotidiano, na teia de sociabilidade onde estão inseridos os sujeitos sociais”. A ONG promove projetos de registro, formação cultural e o debate político, com o intuito de contribuir para a preservação da memória e fomento do pensamento crítico entre cidadãos quixeramobinenses.

Apesar disso, Quixeramobim é um exemplo do que sofre a maioria dos municípios brasileiros: **o processo de ‘desaparecimento’ de seu patrimônio material e imaterial pela inexistência ou inatividade de setores municipais de reconhecimento e proteção desses bens.**

6 Atual Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design (DAUD-UFC).

7 Esses documentos foram encaminhados à diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, às prefeituras e às demais repartições envolvidas, bem como aos proprietários dos imóveis selecionados. Com a motivação de tornar esse acervo público, sob coordenação de Liberal de Castro e editado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, o livro ‘Arquitetura, Memória, Registro - Levantamentos gráficos da arquitetura antiga no Ceará e no Maranhão’ foi lançado no dia 23 de novembro de 2019 em Fortaleza (CE).

8 Incorporado à estrutura administrativa do IPHAN em 1979.

9 Atual sede da Câmara dos Vereadores de Quixeramobim.

10 Atual sede da Biblioteca Pública de Caucaia.

11 Atual sede do Centro Cultural de Icó.

12 À época, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e atualmente, do Museu do Ceará.

2.3

FEIRA: SUBSISTÊNCIA E SOCIABILIDADE

A feira nasce como um espaço destinado à troca comercial, mas desde o início, também é marcada como uma “liga” nas relações sociais de seus participantes. Analisando a história, diversos autores evidenciam a ampla relação entre o sistema comercial de varejo e as atividades sociais. É a partir dessa concordância que este trabalho é desenvolvido, levando em conta a **existência da feira, da praça de mercado e do mercado público enquanto prática cultural.**

a. Origem

Entendendo o mercado como um local, ocupado de forma permanente ou periódica, para comercialização de artigos e contratação de serviços, Heliana Comin Vargas (2001, p. 37), no livro *Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*, o categoriza como “interior público”, podendo este ser aberto, coberto ou semi coberto. Os primeiros vestígios de mercado são datados do século IV a.C., são ruínas do mais antigo bazaar que foram encontradas por arqueólogos na cidade de Dura-Europos, na atual Síria. É certo dizer que este mercado é tão antigo quanto a formação da própria cidade. Outras antigas formas de “interiores públicos”, que além do comércio também abrigavam outras atividades sociais, são a ágora grega, o fórum romano e as praças do período medieval. Vargas (2001) aponta ainda outros espaços de caráter semipúblico, que vão surgir a partir do final do século XVIII, como as galerias comerciais, *grand magasins*, até modelos mais recentes, como as lojas de departamento, os super e hipermercados e *shoppings centers*.

Como diria Henri Pirenne, autor do livro *‘Las Ciudades de la Edad Media’*, referindo-se ao período medieval, **sem mercado não se pode falar de cidade**. E é entre os séculos X e XI que se identifica um padrão de praça de mercado estreitamente semelhante ao que deu origem à tipologia do mercado público do século XIX. Geralmente esses espaços ficavam no encontro de vias ou a margem de uma circulação importante. No início este mercado era periódico, mas a existência regular de um excedente de produção proporcionou que a

prática da troca também passasse a ser regular, expandindo-se, fazendo surgir a figura do comerciante, bem como a atividade comercial em si (PINTAUDI, 1984).

A intensificação das trocas comerciais neste período foi muito importante para o processo de crescimento das cidades europeias, as quais passaram a se estruturar, por sua vez, em torno das praças de mercado. Citando Virginia Rau, Dantas (2008) relata que a feira mais antiga situada em Portugal data de 1125, e usa dessa informação para apontar que as feiras livres no Brasil são resultado de um modelo importado, “cópia” daquelas que os colonizadores já conheciam.

O primeiro registro sobre feira em território brasileiro é do ano de 1548, documento onde o então rei de Portugal, Dom João III, ordenava “que nas ditas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira [...]”, cuja finalidade era coletar a produção dos nativos para posterior exportação (MOTT, 1975, p. 309). Apesar da ordem real, essas feiras não ocorreram como determinado. É somente por volta de 1587, a partir do relato de um cronista, que se tem registro da primeira feira realizada na Colônia, possivelmente no sítio Capoame, no norte do Recôncavo Baiano, localidade reconhecida dois séculos mais tarde por sua importante feira de gado. (MOTT, 1975).



◀ **Figura 13**

Rua Direita - Rio de Janeiro.

Técnica: Litografia

Autor: Johann Moritz

Rugendas

Ano: 1835

[Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras].

2.3

FEIRA: SUBSISTÊNCIA E SOCIABILIDADE

b. Relação com a ocupação do sertão nordestino

Enquanto a atividade canavieira foi responsável pela ocupação do litoral brasileiro desde o século XVI, a pecuária foi pelo interior nordestino a partir do século XVII. Visando o resguardo das terras férteis dos tabuleiros costeiros e ampliação das áreas de plantação de cana-de-açúcar, em Carta Régia, destinada a Colônia em 1701, é determinado que a criação de gado só pode ser feita a partir de dez léguas de distância da costa brasileira, fazendo com que os criadores adentrassem o território, em direção aos sertões.

Da Bahia e de Pernambuco saíram duas importantes rotas em direção ao interior, que, em decorrência de conflitos locais, acabaram seguindo em direção semelhantes acompanhando a costa e os vales dos rios Piranhas-Açu, Apodi-Mossoró e Jaguaribe. Deste movimento originaram-se as primeiras ocupações nos sertões da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, fixando-se ao longo das estradas de gado, nos locais de parada para descanso dos boiadeiros e dos animais, geralmente em local de farta pastagem e às margens de um rio. Foi nessas áreas que surgiram as primeiras vilas: onde “nesses pontos fixaram-se povoadores que fizeram uma pequena agricultura visando a abastecer os ‘tangerinos’, e implantaram uma atividade comercial primitiva que atendia às necessidades mais elementares”. (ANDRADE, 1979, p. 44).

As fazendas de criação eram o elemento central das pequenas vilas, pois era ali que se dava a pequena produção que alimentava o funcionamento da propriedade, onde alguns serviços poderiam ser prestados em troca de produtos, onde se construía as primeiras capelas. Os aglomerados existentes nos cruzamentos das principais estradas acabaram por estabelecer também as praças de mercado, que por sua localização estratégica, reuniam produtores, prestadores de serviços e criadores de gado de lugares próximos. Deste modo surgem as feiras de gado e produtos agrícolas, com papel importante no desenvolvimento das vilas do sertão nordestino, assim como foi para as cidades europeias há cerca de oito séculos atrás.

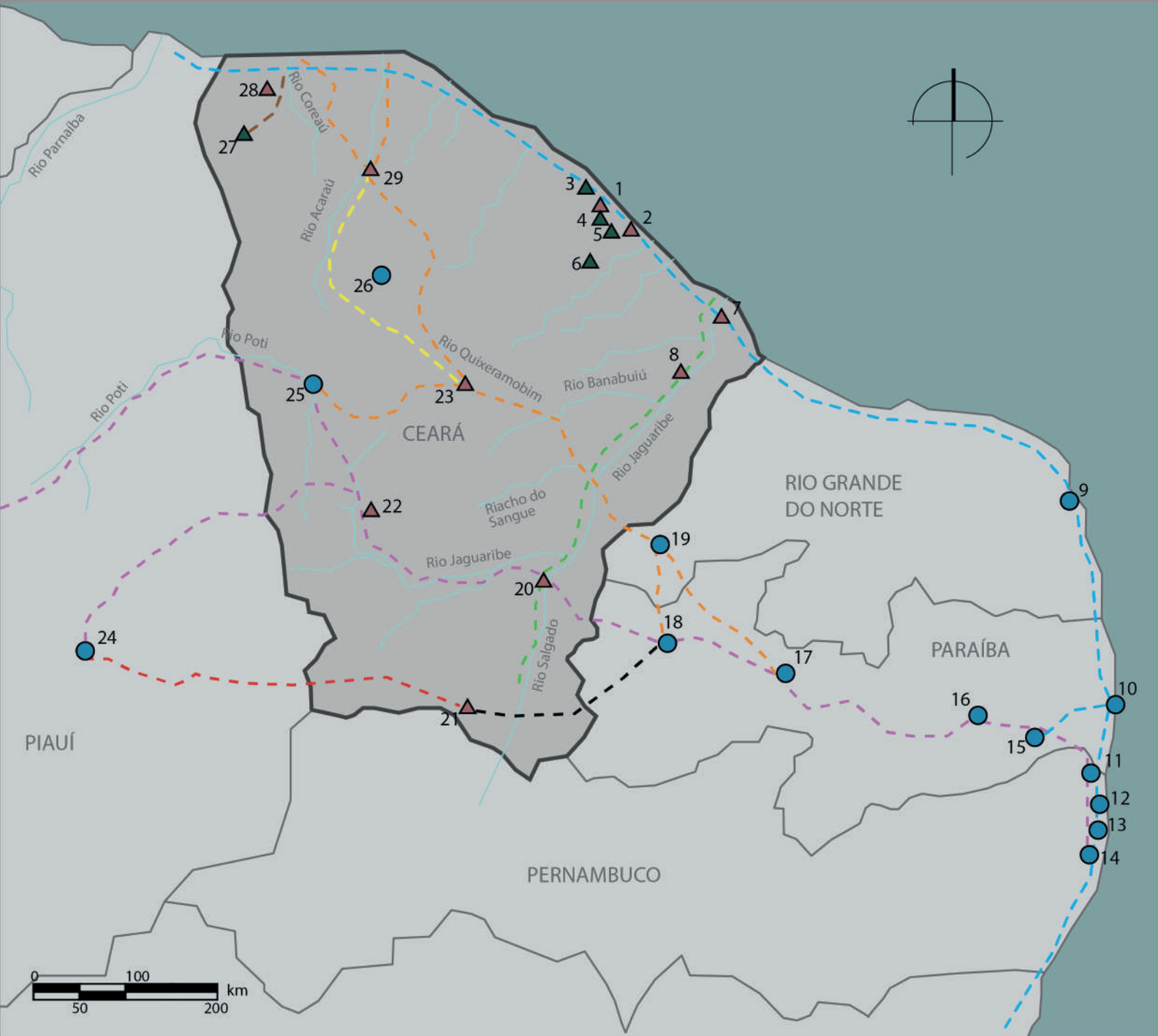
O investimento que era feito pela Capitania cearense na adequação do espaço das vilas aos interesses mercantis era proporcional à sua capacidade de acumulação de capital (JUCÁ NETO, 2012). Com exceção das vilas do Icó e do Aracati, em sua *Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará*, Silva Paulet atestou que no início do século XIX as vilas teriam pouco comércio, nenhum patrimônio, ou até mesmo, algumas estariam arruinadas. Sobre a Vila de Campo Maior:

Vila do Campo [...] não tem caza de câmara nem cadeia¹³, e nem patromonio para se fazer. Não tem objecto de comercio sinão alguma sola; e mui pouca agricultura há no termo, porque as serras são muito secas. A criação de gados é o trafico geral, e n'esta villa é aonde elles se nutrem melhor, e são mais saborozos, e dahi veio o nome de Quixeramobim á ribeira, que quer dizer vaca gorda. (PAULET, 1898, p. 29).

Apesar desse retrato, em escala regional, o território cearense era todo interligado por estradas por onde circulavam principalmente as boiadas, os produtos da pecuária e o algodão, este último que ao longo do século XIX ganhou cada vez mais importância na economia do Ceará. (JUCÁ NETO, 2012). Tendo conhecimento disso, em 1787, Manuel Magalhães Pinto Avelar, Ouvidor do Ceará, em carta à Rainha Maria I, relata o cenário econômico da capitania e defende a autonomia do Ceará em relação à Pernambuco. Sua defesa é baseada no enaltecimento dos produtos locais e na proposição de medidas que auxiliariam o desenvolvimento econômico das vilas já conectadas por uma rede de estradas (M.1), entre essas medidas estava o incentivo à agricultura aliada à melhoria e ampliação dessa rede (PINHEIRO, 2005).

Entre as feiras de gado mais importantes que ocorriam no nordeste, no estado do Ceará destacaram-se as de Quixadá e Baturité. (SOUZA, 1975). O município de Quixadá só emancipou-se de Quixeramobim em 27 de outubro de 1870. Portanto, a grande feira de gado do sertão central cearense acontecia em território quixeramobinense. É prudente dizer que após a emancipação, foi Quixadá que perpetuou a promoção da feira de animais, apesar do

13 Construída em 1818.



▲ Mapa 1

Estradas das boiadas na Capitania do Ceará e proximidades.

[Elaborado por Sarah Farias e Clovis Jucá.

Fonte: Informações contidas no texto Vias de comunicação do Ceará colonial de Studart Filho (1937)].

LEGENDA

- Estrada Crato-Oeiras
- Estrada Crat-Pianco
- Estrada Geral Jaguaribe
- Estrada Nova das Boiadas
- Estrada das Boiadas
- Estrada da Caiçara
- Estrada Velha
- Estrada Camocim-Ibiapaba

- ▲ Vila de índios
- ▲ Vila de brancos
- Outras vilas e núcleos

- | | |
|--------------------|---------------------|
| 1: Fortaleza | 16 - Campina Grande |
| 2: Aquiraz | 17 - Patos |
| 3: Caucaia | 18 - Piancó |
| 4: Parangaba | 19 - Pau dos Ferros |
| 5: Messejana | 20 - Icó |
| 6: Baturité | 21 - Crato |
| 7: Aracati | 22 - Tauá |
| 8: Russas | 23 - Quixeramobim |
| 9: Natal | 24 - Oeiras |
| 10: Campina Grande | 25 - Crateús |
| 11 - Goiana | 26 - Santa Quitéria |
| 12 - Igarassu | 27 - Viçosa |
| 13 - Olinda | 28 - Granja |
| 14 - Recife | 29 - Sobral |
| 15 - Itabaiana | |

enfraquecimento da tradição. E entre os motivos desse enfraquecimento estão uma série de transformações no processo de transporte de animais; e por consequência

as feiras deixaram de ser o espaço do comércio de gado, até mesmo porque a facilidade com que se traz a carne já abatida em caminhões frigoríficos de terras mais longínquas provocou uma queda no comércio de gado regional. Aquela dinâmica das feiras de gado existente, até os anos cinquenta do século XX, já não existe mais (MAIA, 2006, p. 11-12).

Conforme as praças de mercado acolhiam as transformações dos artigos comercializados e a sociabilidade entre os participantes, estas foram se fixando cada vez mais no cotidiano local, tornando-se sede de um verdadeiro sistema regional de mercado, com atributos próprios, como periodicidade e convenções de organização. Do ponto de vista socioeconômico, as feiras são o “ponto de encontro entre o meio rural e urbano e coexistem lado a lado dos pequenos e médios estabelecimentos comerciais” (ANDRADE, 1997, p. 127). Essa relação de coexistência da feira com o setor comercial (lojas, boxes) e serviços fica paulatinamente mais evidente conforme a modernização do setor terciário.

Desse cenário surge o questionamento: como a feira conseguiu sobreviver às novas formas de mercado (do supermercado e as compras feitas com tickets até o e-commerce, em constante expansão)?

Citando Sulamita Vieira (1986), a resposta encontra-se no campo social da feira, quando a relação do homem e sua posição na sociedade sobrepõe-se ao sistema de trocas comerciais. Destaca-se que, apesar de ser uma fonte de consumo e local de encontro para a população em geral, a feira tem como protagonista - seja na produção, venda ou compra dos artigos - aqueles chamados pela autora de “pessoas do povo”. Ou seja, embora a feira não tenha como público alvo qualquer classe social, na verdade, é a população pobre, essencialmente rural ou distrital, que estabelece maiores relações com ela.

2.3

FEIRA: SUBSISTÊNCIA E SOCIABILIDADE

c. Sobre uma feira

É no raiar do sábado que se erguem as primeiras barracas no coração de Quixeramobim. Nos bares e lanchonetes do mercado consomem os primeiros visitantes da feira, estes chegados através dos “carros de horário” que saíram dos distritos da zona rural muito cedo. Seja a dona de casa ou o agricultor aposentado quase sempre acompanhado por um neto, é no dia da feira que aproveitam para ir a cidade fazer outros negócios. No banco sacam o pagamento, nas lojas pagam o crediário, na agência quitam água e luz, no mercado público compram a mistura que alimenta os animais, a chinela de couro, a ferramenta de



trabalho, o brinquedo das crianças e quem sabe, uma bolsa nova pra senhora. Na feira é pechinchado o cacho de banana, o litro de mel puro, o quilo do tomate, os sacos de siriguela, acerola, farinha e feijão.

Escolhe-se uns pedaços de carne, amarra algumas bandejas de ovos, quem sabe até algumas galinhas. Foi do tempo que a família do interior vivia só com o que plantava e criava. Ainda não se falou da festa do padroeiro! Aí a feira cresce, se estende pelas noites, por até um mês inteiro. E no lugar de produtos agrícolas, aparecem os industrializados.

Esse é o momento em que a sociabilidade se manifesta em todas as suas dimensões, sem classe, sem cor. No meio da rua.

▼ Figura 14

Feira livre.

[Fonte: Orlando Danton para Caraibas FM 100,7].



aprofundamento
aprofundamento



3.1

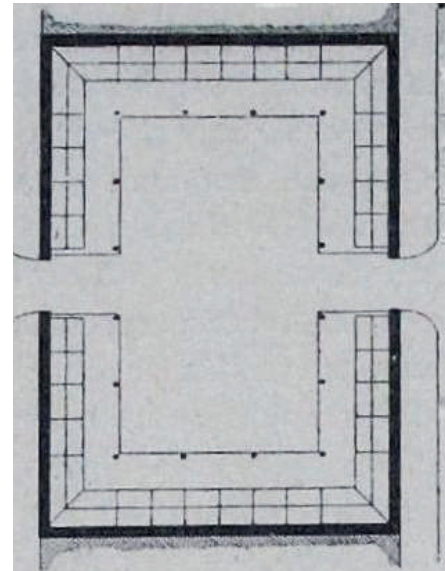
MERCADOS PÚBLICOS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX

Os mercados públicos representam uma síntese de espaços públicos abertos e ambientes privados cobertos. Os mercados são, em sua essência, centros de comércio, mas por serem espaços semipúblicos de alta concentração popular, acabam por ser palco de práticas e manifestações típicas da comunidade. Assim, independentemente da função para a qual estes edifícios foram construídos, eles passam a ter valor como local de sociabilidade urbana e promovedor da cultura popular, vinculando, para além da história da materialidade do edifício, ao patrimônio imaterial. É válido ressaltar que o mercado não se constitui apenas do edifício e das atividades ali abrigadas, mas também de uma praça, ou a própria rua, que interdita, torna-se extensão do mercado e um espaço público de intensa utilização.

Como mencionado neste trabalho ao contar a história das feiras no interior do nordeste, a praça de mercado se constitui numa das formas mais tradicionais de espaço de venda. Os mercados estiveram presentes desde o florescimento da civilização urbana, inclusive no Brasil. Apesar das mazelas da Colônia, como um sistema econômico dependente da Coroa e o baixíssimo investimento em determinadas regiões, todas as vilas construíram seu mercado, diferenciando-se em dimensão e sofisticação, conforme a importância da vila.

Com a melhoria nas condições de transporte, houve crescimento da oferta de produtos, repercutindo na organização do comércio, o que tornou necessária a criação de espaços cobertos e pontos fixos de venda. Bonduki (2010, p. 42) indica que os mercados brasileiros foram erguidos, na maioria dos casos, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, e que a proposta para sua construção partia quase sempre das câmaras municipais, como manifestação higienista frente às condições sanitárias do comércio de alimentos. Vários destes mercados eram de ferro, trazidos do continente europeu. Aqueles construídos em alvenaria, que compõe a maioria dos exemplares, passam a ser o principal modelo a partir da segunda década do século XX.

O arquiteto e teórico francês Jean Durand, em um de seus tratados, datado de 1822, apresenta tipologias para mercados com pátio interno aberto. Ele exemplifica com os mercados das cidades europeias de Amiens e Florença – construídos na primeira metade do século XIX -, e relata que possuíam planta quadrada e retangular, arcadas contornando o pátio e fachadas em estilo neorromânico.



Da direita para a esquerda:

▲ **Figura 15**

Tipologia de mercado.

[Fonte: Ilustração do livro 'Traité D'Architecture: Éléments de L'Architecture, Types d'édifices – esthétique, composition et pratique de l'architecture' de L. Cloquet].

▲ **Figura 16**

Mercado da Candelária (Rio de Janeiro).

[Fonte: Autor desconhecido].

Esta tipologia foi difundida no Brasil, tendo como primeiro exemplar o Mercado da Candelária, também chamado de Praça do Mercado e Mercado da Praia do Peixe. Inaugurado em 1835 no largo do Paço, no Rio de Janeiro, o edifício do arquiteto Grandjean de Montigny possui dois pavimentos e apresenta esquema de planta-baixa que serviu de modelo para vários outros mercados.

Bonduki (2010) aponta ainda que este esquema organizacional compunha-se de uma construção implantada junto ao alinhamento das ruas, de planta retangular, com pátio interno aberto, portas das lojas abrindo-se tanto para o logradouro quanto para o pátio, quatro acessos principais, cada um no centro das simétricas fachadas, formando um sistema de circulação em cruz. Esta organização conferia boa permeabilidade entre as vias públicas e o interior do edifício.

Outros exemplos de mercados públicos brasileiros, de mesma tipologia, também construídos nos século XIX são:

Mercado Público de Porto Alegre (1844), Mercado Público de Florianópolis (1851) e Mercado da Carne de Belém (1867).

3.1

MERCADOS PÚBLICOS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX

Exemplares nordestinos

O número de mercados públicos construídos no nordeste até no início dos anos 1900 é vasto. Esses edifícios diferenciam-se, além dos aspectos arquitetônicos, em suas condições de fundação. Um dos aspectos mais importantes na preservação dos mercados é a inserção destes na sociedade contemporânea, enquanto centro comercial e aglutinador social.

A seguir, uma breve história de quatro mercados públicos construídos em décadas diferentes e em regiões distintas, porém todos com profunda relação com a dinâmica urbana local e trajetória de resistência da memória frente às transformações do entorno. São apresentados dados relevantes que fortalecem a justificativa do restauro do objeto central de estudo neste trabalho (Mercado Público de Quixeramobim) e de contextualização do edifício ao período histórico em que foi concebido.

Destaca-se a semelhança tipológica das seguintes edificações analisadas em relação ao Mercado Público de Quixeramobim, em especial o Mercado Municipal de Icó. Este último assemelha-se tanto aos materiais e técnicas construtivas quanto à forma como se desenvolviam as atividades no espaço (pátio interno e lojas nas periferias com aberturas para o pátio e para a rua).

História do edifício

Construído entre os séculos XVII e XVIII para sediar a Casa da Alfândega Real do Império Marítimo Português em Olinda. No mesmo edifício, também funcionou, na segunda metade do século XX, a Fábrica de Doces e Conservas Amorim da Costa & Cia, uma das mais modernas indústrias alimentícias de Pernambuco. Com a falência da empresa, em 1979, o edifício foi adquirido pela Prefeitura de Olinda, e a partir de 1990 passou a funcionar como o Mercado Público.

Aspectos construtivos

O edifício tem planta retangular, desenvolve-se em um único pavimento e foi construído em alvenaria de tijolos. As fachadas têm em destaque as aberturas principais em arcos plenos e suas platibandas retangulares.

Informações complementares

Interditado por risco de desabamento do teto, o Mercado foi fechado em 2014 para requalificação estrutural, que durou quatro anos. O projeto previu alteração de uso, implementando em seu espaço um centro de cultura popular, totalizando 6.000m². O agora chamado Centro Cultural Mercado Eufrásio Barbosa possui salas de exposição e oficinas, zona destinada à feiras sazonais, o renovado Teatro Fernando Santa Cruz, novos boxes, uma livraria da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe) e banheiros de uso público. Uma lei municipal de 2018 definiu que a administração seria compartilhada entre a Prefeitura e o Governo do Estado. O edifício considerado Monumento Histórico compõe o Centro Histórico de Olinda, declarada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1982.

► Figura 17

Mercado Público de Olinda - Pernambuco.

[Fonte: Página do Facebook - Olinda de Antigamente].



Mercado Público Municipal

Ceará-Mirim (RN)

Construído em 1881, através de investimentos privados do Coronel Onofre José Soares, inicialmente o Mercado Público não foi bem aceito pela população por passar a sediar a tradicional feira que antes ocorria na Rua Grande. Tornou-se comum a abertura dos quintais de residências próximas à praça de mercado para repouso de animais e estocagem de gêneros alimentícios. Outra prática era a oferta de grandes jarras de barro nos alpendres, cheias de água, aos feirantes.

O edifício desenvolve-se em um pavimento, de planta retangular. As fachadas, de composição simétrica, têm características neoclássicas, com frontões e platibandas ornamentadas. Nas duas fachadas principais, há portões centrais de ferro, em vãos de arcos plenos, ladeados por óculos. As outras duas apresentam, cada uma, três portões de ferro, também em vãos de arcos plenos, intercalados por óculos. O telhado é composto por telha de barro e tesouras de madeira, que por sua vez tem como principal sustentação um grande pilar central.

Em 1984, o edifício do mercado foi tombado pela Fundação José Augusto, vinculada ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Em 1987 foi reinaugurado após passar por obras de restauro, financiadas pela mesma fundação. Na década seguinte o edifício sofreu severo processo de degradação, em partes ocasionado pela falta de manutenção. Foi novamente restaurado, desta vez pela Prefeitura Municipal em convênio com o Ministério do Turismo, e a reinauguração ocorreu em 2003.

História do edifício

Aspectos construtivos

Informações complementares

◀ Figura 18

Mercado Público de Ceará-Mirim - Rio Grande do Norte.

[Fonte: Gibson Machado].



Mercado Vicente Monteiro Aracati (CE)

História do edifício

De acordo com desenhos de Francisco Freire Alemão feitos durante expedição da Comissão Científica de Exploração em 1859, Aracati tinha uma 'casa do mercado' ao norte da atual Praça Dr. Leite, próxima ao Rio Jaguaribe. O edifício era reconhecidamente insuficiente para a demanda, além do seu estado de ruína. Por decisão da Câmara Municipal o referido edifício foi demolido e o novo mercado construído na Praça do Apolo em 1868.

Aspectos construtivos

Antonio de Moura e Silva, construtor do mercado, se sujeitou, de acordo com Lei Provincial às seguintes condições:

- O edifício deve ser quadrado com 200 palmos de cada face, tendo de altura da sapata ao cimo da cimalha 28 palmos;
- As portas devem ser de cedro com 13 palmos de altura, e polegada e meia de grossura;
- Os portões serão de ferro com suas competentes bandeiras de ferro;
- Os quartos devem ter 24 palmos de fundos, e os telheiros contíguos 10.

Informações complementares

Em 2000 o edifício foi tombado pelo Iphan junto com outros que compõem o Centro Histórico da cidade. Em 2014, recebeu investimentos oriundos do PAC Cidades Históricas, do Governo do Estado e do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e passou por obras de restauro promovidas pela Prefeitura em parceria com o Governo Federal.

► Figura 19

*Mercado Público de
Aracati - Ceará.*

*[Fonte: Site institucional -
Mercado Público de Aracati].*



Mercado Público Municipal

Icó (CE)

Construído no último quartel do século XIX, a quatro quarteirões do Largo do Théberge, onde se localizava a primeira praça de mercado, foi erguido com o objetivo de deslocar da área residencial as atividades comerciais consideradas desordenadas decorrentes do comércio popular, sob a justificativa de o antigo local não ser mais adequado àquelas práticas.

De amplas dimensões - ocupando um quarteirão inteiro -, desenvolve-se num único pavimento de planta quadrada, acentuando o aspecto arquitetônico da horizontalidade. Construído com fachadas simétricas e aberturas ornamentadas com arcos ogivais e grades de ferro, suas entradas principais criam eixos de circulação em cruz. É para o grande pátio aberto ladeado por colunas de ampla seção circular, cujas marcam a circulação de acesso às mais de trinta lojas, que inclina-se o telhado de telha cerâmica e madeiramento em carnaúba. O método construtivo é a alvenaria portante de tijolos de barro cozidos, conferindo às paredes cerca de 1,50m de largura.

Em evidente necessidade de obras de manutenção, o edifício resguarda o mesmo uso para o qual foi erguido. Seu entorno desenvolveu-se de modo a prejudicar a leitura do edifício em sua totalidade, e em partes, seu acesso e funcionamento. Um exemplo de modificação foi a construção da torre do relógio, na década de 1930, que quebra o forte aspecto, já mencionado, da horizontalidade.

História do edifício

Aspectos construtivos

Informações complementares

◀ Figura 20

Mercado Público de Icó - Ceará.

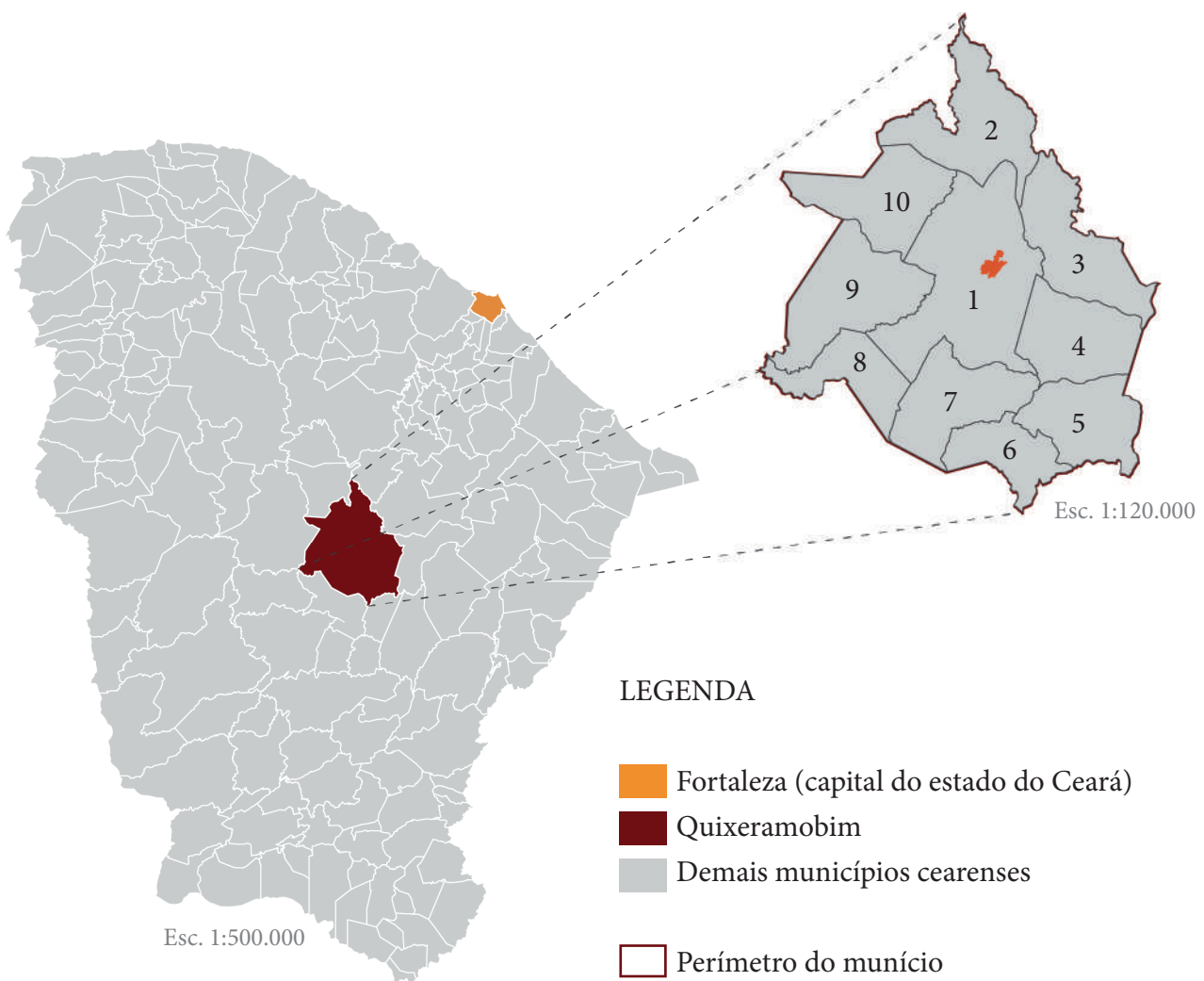
[Fonte: João Rescala - Rede de Arquivos IPHAN].



3.2

QUIXERAMOBIM: CAPITAL DO SERTÃO CENTRAL CEARENSE

O município de Quixeramobim localiza-se na região central do Ceará; a 183 km de distância, em linha reta, da capital Fortaleza. Em extensão territorial, com 3.275,84 km² de área, Quixeramobim é um dos maiores municípios cearenses. Esse aspecto é resultado, sobretudo, da divisão territorial correspondente às vilas cearenses do século XVIII.



▲ Mapa 2

Localização do município de Quixeramobim (sede e distritos).

[Elaborado por Sarah Farias.
Fonte: IBGE 2010].

a. História

A ocupação do sertão central cearense ocorreu a partir do início do século XVIII, a partir da doação das primeiras sesmarias pelo Capitão-mor Francisco Gil Ribeiro, o então Governador da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Terras essas às margens do Rio Iguapé, nome que os nativos - os índios Canindés e Quixerarás - deram ao atual Rio Quixeramobim. Segundo Marum Simão (1996): “a rota de penetração para o sertão central, mais precisamente para o Boqueirão de Santo Antônio, seguiu o curso dos Rios Jaguaribe, Banabuiú e Quixeramobim, procedente do litoral”. No encontro dessas rotas, feitas pelos boiadeiros e pelo gado, como já mencionado, nasceram as primeiras ocupações. E Quixeramobim, dispondo de água e pastagem, desenvolveu-se de forma similar a outras vilas do interior nordestino.

Por volta de 1730, o dono de parte dessas terras era Capitão Antônio Dias Ferreira, natural da cidade do Porto, Portugal. Este foi o fundador da fazenda “Boqueirão de Santo Antônio”, responsável por mandar erguer a primeira capela do povoado, atualmente Igreja Matriz de Santo Antônio de Quixeramobim (F.21 e F.22). De certo, as atividades econômicas da região baseavam-se na criação de gado e venda de produtos derivados de animais, como leite e couro.

▼ Figura 21

Vista externa da Igreja Matriz de Santo Antônio em Quixeramobim (CE), ano desconhecido.

[Fonte: João Rescala - Rede de Arquivos IPHAN].





F.22



F.23



F.24

Em seu testamento¹⁴, datado de 1753, Antº Dias Ferreira registra a posse de escravos, mesmo que em números pouco expressivos, utilizados como mão de obra na atividade pecuária em sua propriedade. Destaca-se a listagem de escravos cujo inventariante atribuía nomes acompanhados do complemento “angola”. Outro aspecto importante no documento é a menção à imagem de Nossa Senhora do Rosário, simbolicamente relacionada à crença religiosa dos escravos. Em confirmação disso, em 1783, é iniciada a construção da capela destinada ao culto desta santa (F.23); hoje, Igreja Nossa Senhora do Rosário.

Em 22 de fevereiro de 1789, o então Governador de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, em virtude de Ordem Régia expedida originalmente em 22 de julho de 1766, autoriza Dr. Manuel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, ouvidor-geral da comarca do Ceará, a elevar à categoria de vila a então povoação de Santo Antônio do Boqueirão de Quixeramobim. A Vila passou a chamar-se Vila Nova Vila do Campo Maior, ou como é mais conhecida, Vila de Campo Maior (M.3).

Os limites territoriais da Vila de Campo Maior, durante todo os séculos XVIII e XIX, eram extensos, apesar das transformações sofridas. Conforme o mapa 4, é possível perceber que dos anos 20 até os 70 do século XIX, a Vila circunscrevia territórios correspondentes a Canindé, Quixadá, Mombaça, Pedra Branca e Boa Viagem.

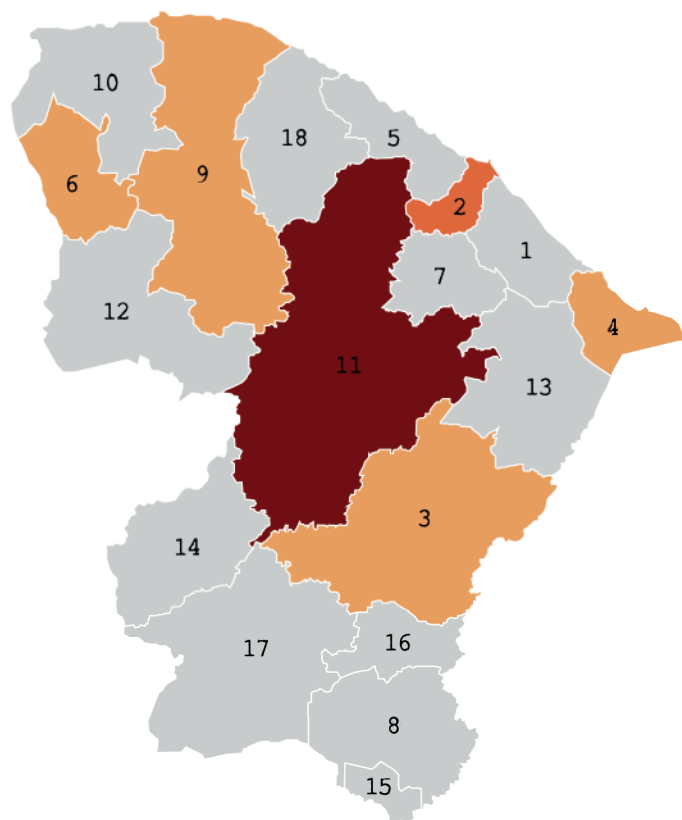
O aspecto religioso sempre esteve fortemente representado na vila por três principais igrejas, duas as quais já mencionadas. A terceira é a Igreja do Bonfim (F.24), erguida em 1810, curiosamente transformada temporariamente em Matriz, de 1902 a 1916, em virtude de uma reforma da sede. Esses três templos outrora abrigavam três irmandades religiosas: na Matriz de Santo Antº, se reuniam os “brancos”; na do Rosário, os “homens pretos”; na do Bonfim, os “pardos”. Tal organização evidencia a latente estratificação social no período.

14 O documento original encontra-se no Cartório de 2º Ofício de Quixeramobim-CE, e foi transcrito e publicado pelo historiador Ismael Pordeus como ‘Documentário, In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 1962, 253-258’.

▼ Mapa 3

Vilas cearenses (1699-1823).
Esc. 1:600.000

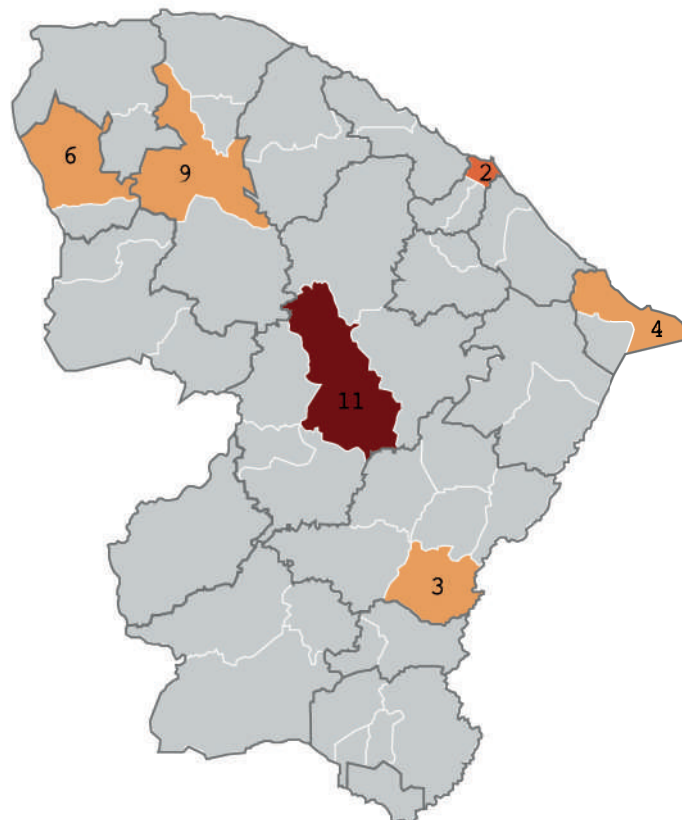
[Elaborado por Isaque Sousa.
Fonte: IBGE].



▼ Mapa 4

Vilas cearenses (1872).
Esc. 1:600.000

[Elaborado por Isaque Sousa.
Fonte: IBGE].



LEGENDA

■ Sítios históricos tombados atualmente
■ Fortaleza

■ Quixeramobim
■ Demais vilas

1:	1713	V. de Aquiraz	10:	1776	V. de Granja
2:	1726	V. de Fortaleza	11:	1789	V. de Campo Maior
3:	1736	V. de Icó	12:	1791	V. Nova de El'Rei
4:	1748	V. de St. Cruz do Aracati	13:	1801	V. de São Bernardo das Russas
5:	1755	V. do Soure	14:	1802	V. São João do Príncipe
6:	1759	V. de Viçosa Real	15:	1814	V. de Jardim
7:	1764	V. de Monte-Mor-o-Novo	16:	1816	V. de Granja
8:	1764	V. Real do Crato	17:	1823	V. de Lavras da Mangabeira
9:	1773	V. Real de Sobral	18:	1823	V. da Imperatriz

Ainda relativo à religiosidade do povo de Quixeramobim, há mais de um século a comunidade católica promove os festejos relativos ao padroeiro do município. Anualmente, na noite do dia 31 de maio, a bandeira de Santo Antônio é hasteada em frente à Igreja Matriz, em seguida é celebrada a missa de abertura dos festejos, momento em que a imagem do santo é retirada do altar principal para que os devotos a carreguem diariamente durante as procissões que partem da igreja em direção aos bairros da cidade.

No primeiro fim de semana dos festejos, ritual este iniciado somente há 15 anos, é realizada a cavalgada e a Missa do Vaqueiro na Praça da Prefeitura, reunindo centenas de vaqueiros de municípios do nordeste brasileiro, que ao fim da celebração entoam cânticos sertanejos montados em seus cavalos. No fim de semana seguinte há o tradicional leilão no Barracão de Santo Antônio (F.26). O barracão é um grande restaurante temporário gerido por integrantes da comunidade religiosa, que funciona diariamente durante as festas do padroeiro com o objetivo de arrecadar fundos para a Igreja.

▼ **Figura 25**

Devota na Missa do Vaqueiro realizada na Praça da Prefeitura. Ao fundo, Marco do Centro Geográfico do Ceará.

[Fonte: Amaurir Alencar].





E.26



E.27

As celebrações religiosas se encerram no dia 14 de junho, com o retorno da imagem do santo ao altar. A movimentação comercial ocasionada por essa festa tradicional também se encerra na segunda semana de junho, mas a montagem do parque de diversões e das barracas começa ainda no início de maio, antes mesmo do início dos festejos católicos.

A quermesse, o parque de diversões (F.27) e o “Shopping de Santo Antônio” – nome dado pela população ao conjunto de barracas que vendem artigos religiosos, artesanato, bijuterias, roupas, calçados, aparelhos eletrônicos, etc (F.28) - atraem centenas de visitantes ao centro de Quixeramobim. Também é importante mencionar o festival Santo Antônio Festeiro, realizado na Praça da Prefeitura, reunindo anualmente diversas bandas de forró em uma noite muito movimentada.

Além de movimentar intensamente o comércio local, a grandiosidade da festa em homenagem ao santo faz do evento o segundo maior do Ceará, ficando atrás somente de Barbalha.

Esse é o maior encontro de pessoas de diferentes grupos sociais do sertão central. Participam residentes de Quixeramobim, mas também de distritos e municípios próximos. Também é o período em que pessoas que possuem algum vínculo com a cidade e que moram em outro local retornam para acompanhar os festejos, matar a saudade de casa e “cair no movimento”. É extremamente necessário pontuar que além dos consumidores, há a esfera dos barraqueiros, os vendedores. Estes vêm de cidades de vários estados nordestinos, litorâneas ou de outros sertões. E foi olhando as necessidades básicas precariamente atendidas (F.29) deste grupo que o estudo e proposta deste trabalho foram motivados.



F.28



F.29

3.2

QUIXERAMOBIM: CAPITAL DO SERTÃO CENTRAL CEARENSE

b. Dados relativos à população e ao território

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012 o município de Quixeramobim era composto pela sede político-administrativa e nove distritos. São eles seus respectivos anos de criação: Manituba (1933), Uruquê (1938), Lacerda (1938), Damião Carneiro (1938), Passagem (1951), Encantado (1953), São Miguel (1958), Belém (1990) e Nenelândia (1990).

▼ Gráficos 1 a 9

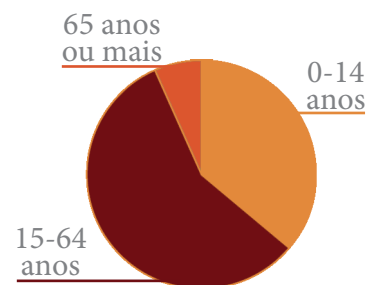
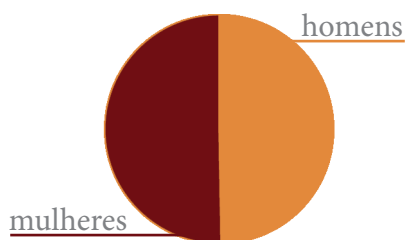
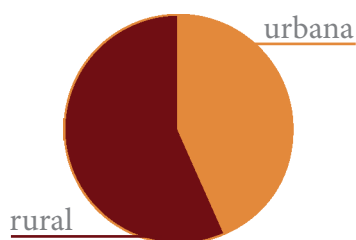
Relativos aos dados populacionais de Quixeramobim (CE).

Acerca da população residente no município, compara-se:

[Elaborados pela autora.
Fonte: IBGE e IPECE¹⁵].

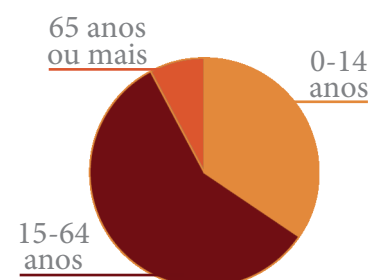
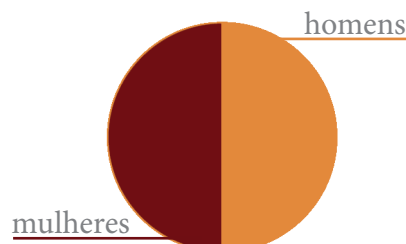
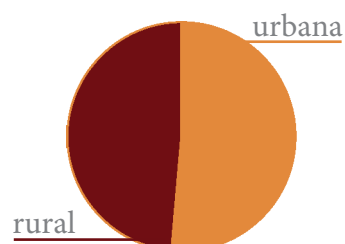
1991

Total: 59.000 habitantes



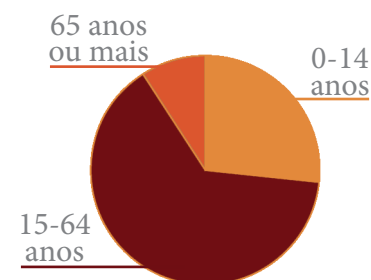
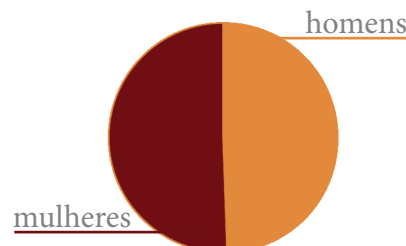
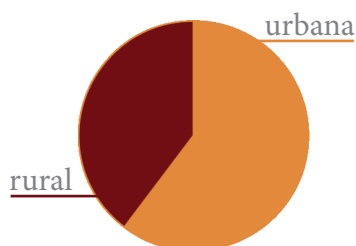
2000

Total: 59.235 habitantes



2010

Total: 71.881 habitantes



► Tabela 1

Dados climáticos e Componentes ambientais do município de Quixeramobim (CE).

[Elaborados pela autora.
Fonte: FUNCEME¹⁶ e IPECE].

► Tabela 2

Índices socioeconômicos e de infraestrutura do município de Quixeramobim (CE) no ano de 2015.

[Elaborados pela autora.
Fonte: IBGE e IPECE].

Acerca das características ambientais:

Dados climáticos e Componentes ambientais

Clima:	Tropical quente semiárido
Temperatura média:	24°C (min.) a 35°C (máx.)
Período chuvoso:	Fevereiro a abril
Relevo:	Depressões e maciços residuais
Vegetação:	Caatinga arbustiva densa/aberta Floresta caducifólia espinhosa e subcaducifólia tropical
Bacia hidrográfica:	Banaubuiú

Acerca dos índices socioeconômicos e de infraestrutura:

2015

Taxa de urbanização:	62,42%
Serviço energia elétrica:	95,89%
Abastecimento de água:	98%
IDH ¹⁷ :	0,642 (32º no Ceará)
Salário mensal (média):	1,5 salário mínimo
PIB ¹⁸ per capita:	R\$ 9.781,50
Contribuição para o PIB do município:	Agropecuária: 6,02% Indústria: 21,63% Serviços: 36,65% Demais setores: 35,70%

¹⁵ Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

¹⁶ Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos.

¹⁷ Índice de Desenvolvimento Humano. Parâmetro utilizado na avaliação do desenvolvimento de um país segundo aspectos sociais e econômicos.

¹⁸ Produto Interno Bruto. Calculado a partir da soma de todos os produtos e serviços finais produzidos em um país.

O município ainda conta com o funcionamento de dezenas de fazendas de criação de gado bovino, mantendo-o, segundo dados do IBGE para 2012, na segunda posição do estado do Ceará quanto a produção leiteira. A permanência de atividades relacionadas à pecuária está diretamente associada aos resquícios da estrutura fundiária base da ocupação do território, essencialmente caracterizada como latifúndios.

Três séculos mantendo nas bases da economia a criação de gado, a região é caracterizada por manifestações culturais tipicamente

relacionadas à figura do vaqueiro. Em contraste a isso, nos últimos 20 anos, vem progredindo economicamente tendo como fonte indústrias de transformação, responsáveis pelo maior número de empregos gerados desde sua chegada. Este fato transformou Quixeramobim no segundo maior centro urbano do sertão central, quanto ao número de habitantes. Devido a isso, é facilmente observável a troca do transporte animal por motocicletas e automóveis. Um dos demonstrativos de tal cenário é a criação, em 2006, da Autarquia Municipal de Trânsito de Quixeramobim (AMTQ).

3.2

QUIXERAMOBIM: CAPITAL DO SERTÃO CENTRAL CEARENSE

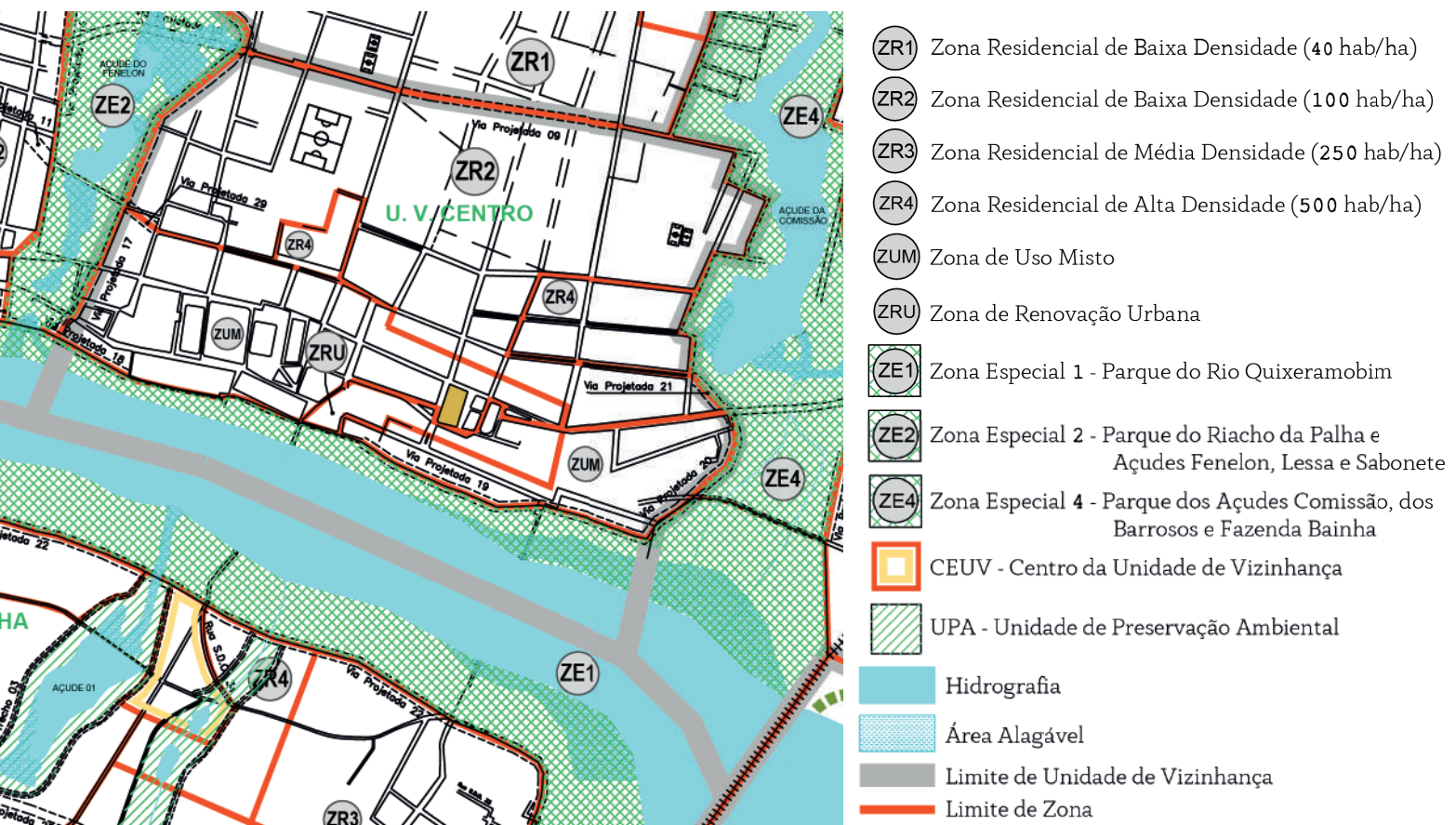
c. Legislação e zoneamento urbano

▼ Mapa 5

Recorte do mapeamento do Zoneamento Urbano e Ambiental de Quixeramobim (CE).

Esc. 1:12.500

[Fonte: LUOS 2010 Quixeramobim].



De modo a complementar a informação, imagens aéreas do município constam como Anexos.

Do mais recente Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Quixeramobim, publicado, datado de 2000, destaca-se:

Título II - Do Uso e Ocupação do Solo

Capítulo I - Do Zoneamento

Seção I - Da Divisão em Zonas

Art. 14. Para os efeitos desta Lei, ficam estabelecidos para a Cidade de Quixeramobim sete tipos de zona, assim considerados em função das peculiaridades físicas, culturais, ambientais, institucionais e de desenvolvimento do Município, todos individualizados com as suas respectivas siglas, na forma abaixo discriminada:

I - Zona Residencial, ZR, subdividida em: ZR1, ZR2, ZR3 e ZR4;

II - Zona de Sítios e Chácaras, ZSC;

III - Zona de Uso Misto, ZUM;

IV - Zona Comercial e de Serviços, ZCS;

V - Centros de Unidade de Vizinhança, CEUV;

VI - Zona de Renovação Urbana, ZRU;

VII - Zona Industrial, ZI; e

VIII - Zona Especial, ZE.

[...]

Art. 17. Para os efeitos desta Lei, são estabelecidas as categorias de uso a seguir individualizadas:

I - uso residencial;

II - uso comercial e de serviços;

III - uso misto;

IV - uso industrial;

V - uso institucional e/ou uso público.

Dos índices aplicáveis: Tabelas 7, 8 e 9 em anexo.

Da lei específica referente ao Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Quixeramobim, destaca-se:

Título II - Do Uso e Ocupação do Solo
Capítulo IV - Da Zona de Uso Misto, ZUM

Art. 36. A Zona de Uso Misto, ZUM, tem como propósito **intensificar a multifuncionalidade de atividades na região central da cidade** e em outras áreas onde se verifica uma tendência à implantação de usos diversos, de forma a **criar uma maior dinâmica e ordenamento de usos e funções.**

[...]

Art. 39. Na ZUM são permitidos os seguintes usos:

- I - residencial unifamiliar;
- II - residencial multifamiliar;
- III - comercial varejista, serviços em geral e indústrias de pequeno porte não poluentes;**
- IV - misto [...]; e
- V - institucional.**

Capítulo VII - Da Zona de Renovação Urbana, ZRU

Art. 45. A Zona de Renovação Urbana, ZRU, pretende **requalificar as áreas degradadas, através da substituição dos usos atuais inadequados por espaços institucionais, residenciais, comerciais e de serviços.**

Art. 46. **As futuras construções deverão levar em conta a convivência adequada com os monumentos históricos,** para que a cidade tenha realçado seu perfil arquitetônico tradicional.

Art. 47. Na ZRU são permitidos os seguintes usos:

- I - residencial unifamiliar;
- II - residencial multifamiliar de alta densidade;
- III - comercial varejista e de serviços em geral**
- IV - misto [...]; e
- V - institucional.**

análises
análises



4.1

URBANO

Viver a cidade é transitar nas diversas esferas que coexistem no espaço e obter diferentes apreensões a partir da experimentação cotidiana. Sentir o ‘Sol na moleira’ ao caminhar na rua, comentar sobre o último capítulo da novela, examinar a cor e textura das frutas, sentir o cheiro da carne, comparar a qualidade dos tecidos, provar o sarrabulho e depois uma dose de cachaça no bar. São vivências de quem compõe o espaço o qual dedico este trabalho: o mercado público e a feira livre.

A verdade é que vivências não são coisas possíveis de se tornarem dados quantitativos, portanto, apresento três mapas os quais, em respectiva ordem, espacializam informações referentes a referenciais construídos, a forma como as atividades humanas se organizam e ao uso das edificações que compõem a área selecionada para estudo, localizada no bairro Centro do município de Quixeramobim.

a. Destaques

No Mapa 6, apresentado na página 67, foram marcados os principais pontos de referência existentes na área estudada. A maioria desses referenciais (ou ‘destaques’, como sugerido no título do mapa) são edificações históricas remanescentes no tecido urbano, algumas em bom estado de conservação e em pleno uso de suas funções originais, outras já bastante alteradas pela ação humana e do tempo. Esse mapeamento foi feito para indicar, dentro do perímetro definido para estudo, edifícios históricos tombados (F.32) ou passíveis de tombamento e/ou ações de preservação (F.30, F.31, F.34, F.36, F.37, F.40, F.42 e F.43), equipamentos públicos (F.33, F.35, F.37, F.38) e a galeria comercial chamada de *shopping* (F.39), indicando o desejo da existência de um grande equipamento comercial na cidade.

Aqui identifica-se o potencial deste perímetro como zona em desenvolvimento aliado à preservação dos remanescentes históricos construídos.



E30



E31



E34



E35



E37



E.32



E.33



E.36



E.38



F.39



F.40



F.41







F.42



F.43

LEGENDA

- 1 Igreja Matriz de Quixeramobim [F.30]
 - 2 Igreja Nossa Senhora do Rosário [F.31]
 - 3 Casa de Câmara e Cadeia [F.32]
 - 4 Memorial Antônio Conselheiro [F.33]
 - 5 Sobrado [F.34]
 - 6 Mercado da Carne [F.35]
 - 7 Residência térrea com sótão habitável [F.36]
 - 8 Estação Ferroviária [F.37]
 - 9 Centro Educacional SESC Quixeramobim [F.38]
 - 10 Shopping Viena [F.39]
-  Ponte Metálica / Ferrovia [F.40]
 Ponte da Maravilha [F.41]
 Edificação residencial 1 [F.42]
 Edificação residencial 2 [F.43]

4.1

URBANO

b. Feira livre, quermesse e *Shopping* de Sto. Antônio

O mapa 7, na página 71, ilustra a ocupação do espaço público por atividades já consideradas tradicionais pela população quixeramobinense. Esse mapeamento foi feito de modo a compreender a extensão das zonas onde são executadas essas atividades, as relações destas zonas com o entorno construído, além da conexão de umas com as outras e da influência que estas ocupações exercem na mobilidade urbana local.

Além de indicar a localização do Mercado Público - ao centro do mapa -, indica-se a relação espacial que a feira livre (F.44) estabelece com esse importante edifício. A feira reúne vendedores e consumidores tanto da sede quanto dos distritos do município, isso implica na presença de paus-de-arara e ônibus ('carros de horário') nas ruas próximas ao mercado. No início de cada mês e durante os festejos do padroeiro, esses meios de transporte coletivo (F.45), além das dezenas de motocicletas, bicicletas e caminhonetes, chegam da zona rural em maior número, permanecendo estacionados nos canteiros das ruas por várias horas, às vezes até durante um dia inteiro.

O barracão de Santo Antônio (F.26, p. 54), o parque de diversões e as barracas (F.46 e F.47), que também configuram-se como feira livre, são outras atividades que ocupam ruas e praças dessa parte da cidade. De proporções muito maiores que a feira de frutas e verduras, estas permanecem com suas instalações montadas por mais tempo (cerca de um mês). O barracão e o parque funcionam durante a noite, atraindo centenas de pessoas, principalmente aos finais de semana. As barracas são visitadas por consumidores tanto durante o dia quanto a noite. Um fato muito importante a ser destacado sobre essa última: os 'barraqueiros' dormem em redes ou em colchonetes sob a armação de suas próprias barracas; muitos preparam suas refeições em pequenos fogões - alguns elétricos, mas a maioria à gás ou lenha - nestes espaços (conforme já mostrado na página 56, F.29).



F.44



F.45



F.46



F.47

LEGENDA

- | | | |
|----------------------|---|---|
| ANUAIS
FREQUENTES | ■ | Feira livre |
| | ■ | Carros de horário |
| | — | Percurso de pedestres e consumidores |
| | ■ | Barracão e parque de diversões |
| | ■ | Barracas (<i>shopping</i> de Sto. Antônio) |



ANOTAÇÕES:

Mapa 7: FEIRA LIVRE, QUERMESSE E 'SHOPPING DE SANTO ANTÔNIO'
Elaborado pela autora Base: Google Earth (2018)

ESCALA
1:1250



4.1

URBANO

c. Usos do solo

A extensão do recorte urbano feito para fins de análise e diagnósticos não é ampla. Ainda assim, os limites deste recorte compreendem diversos exemplares de ocupação do solo e consiste em uma amostragem fiel dos usos estabelecidos no bairro Centro.

O mapa 8 (p.75) indica 5 usos já consolidados (comercial, residencial, misto, equipamentos públicos e instituições privadas), além de edifícios de relevante interesse histórico e as várias praças públicas. Essa identificação foi feita lote por lote, de modo a explicitar as relações entre os diferentes usos em um mesmo quarteirão; às vezes completamente formado por edificações de mesmo uso, outras, uma “mistura” heterogênea”. Também são indicadas, através das figuras relacionadas neste tópico, as tipologias predominantes referentes aos usos comercial, residencial e misto. As edificações que abrigam os demais usos, apesar de não constituírem tipologias bem definidas, foram ilustradas aqui de modo a indicar algumas particularidades quanto a sua implantação em comparação às demais.

▼ Figura 48

Antiga estação ferroviária.

[Fonte: Jornal Diário do Nordeste].

▼ Figura 49

Pontos comerciais na Rua Monsenhor Salviano Pinto (CE-166)

[Fonte: Google Earth 2016].





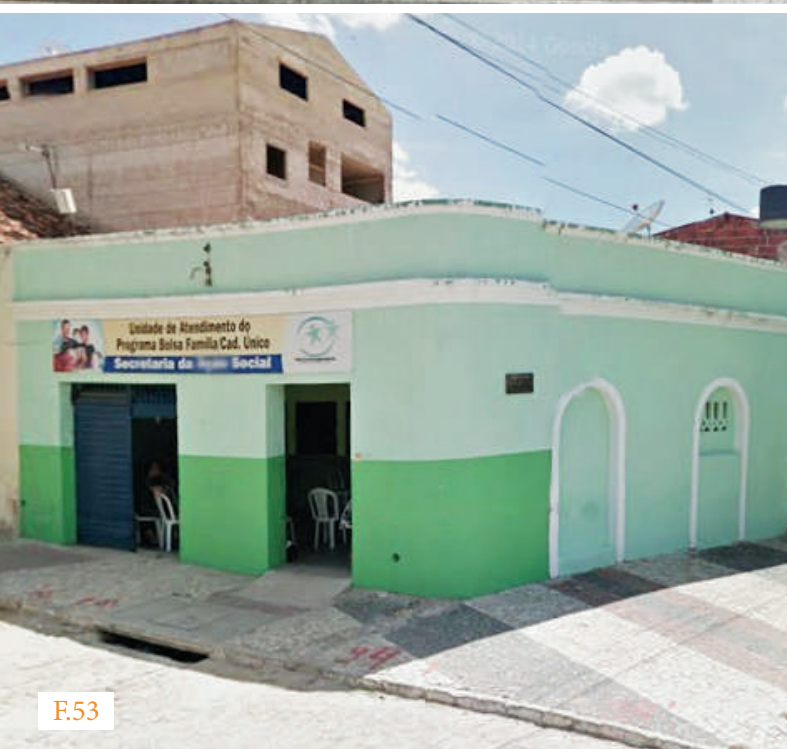
E.50



E.51



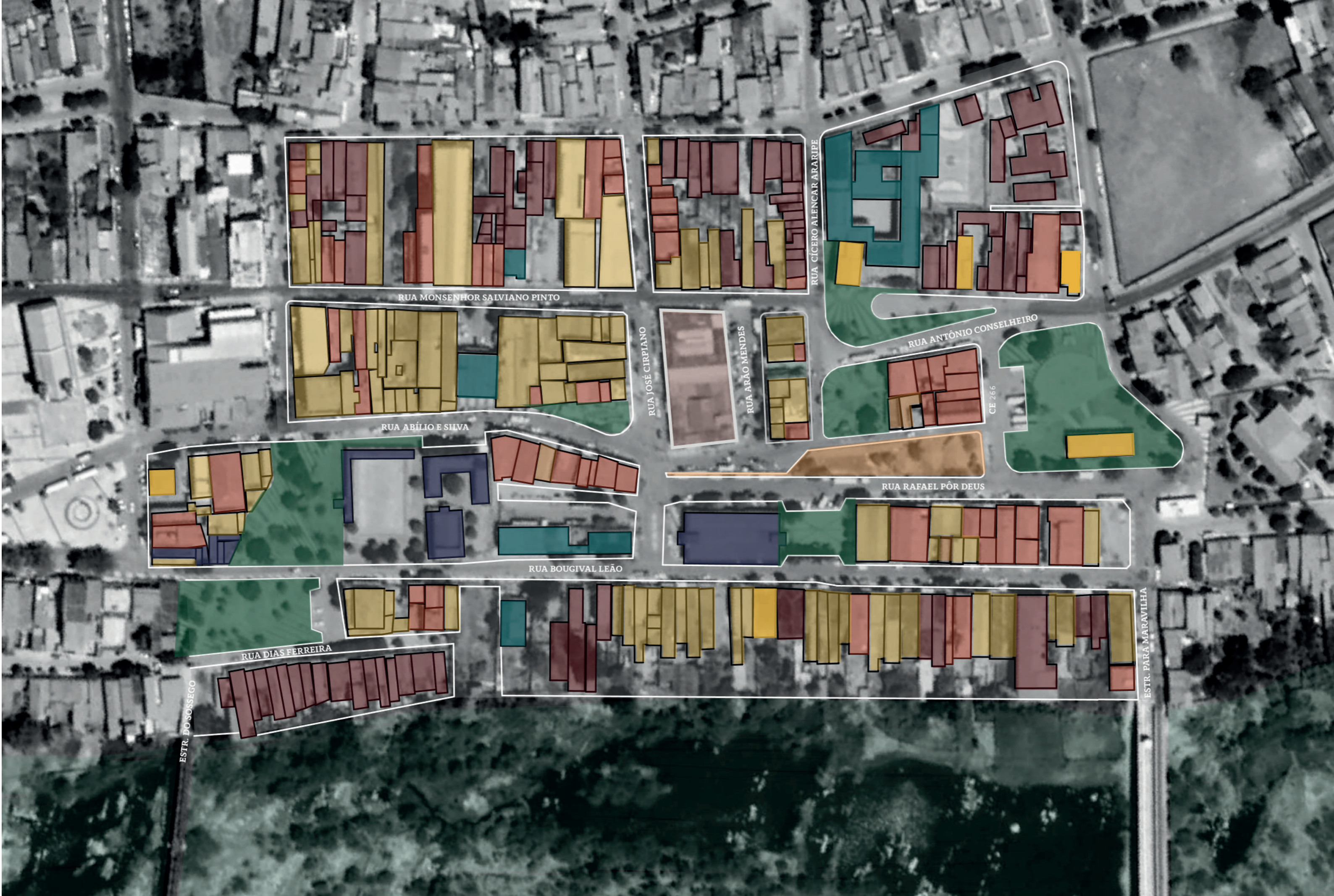
E.52



E.53

LEGENDA

- Relevante interesse histórico [F.48]
- Comercial [F.49]
- Misto [E.50]
- Residencial [E.51]
- Instituições privadas
- Equipamentos públicos [E.53]
- Praças públicas [E.52]



ANOTAÇÕES:

Mapa 8: USOS DO SOLO
Elaborado pela autora

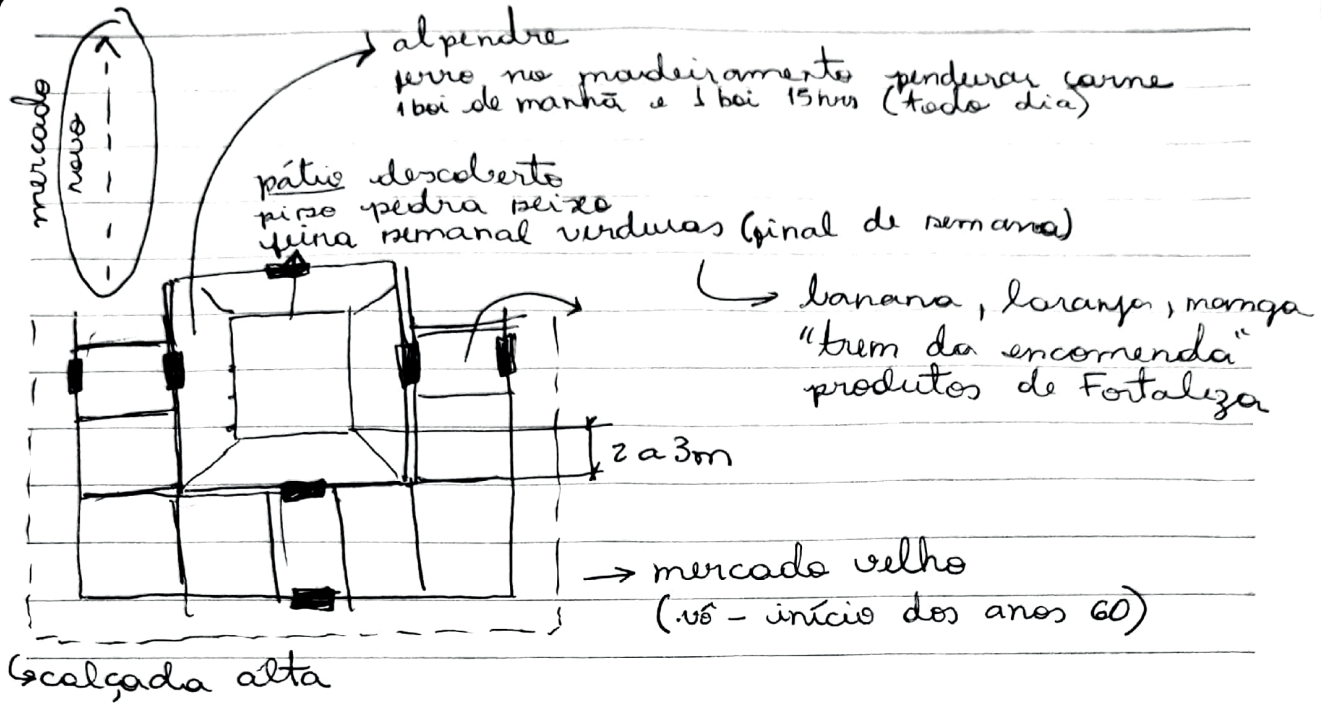
Base: Google Earth (2018)

ESCALA
1:1250

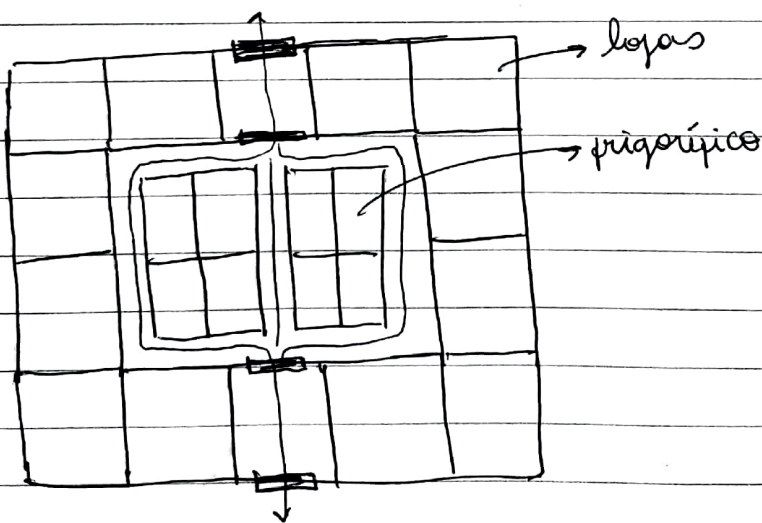


4.2

ARQUITETÔNICA



(2º) Alfredo Machado



◀ Figura 54

Anotações e desenhos à mão livre feitos durante o processo de prospecção formal a partir de relatos.

[Elaborados pela autora].

* quando construíram o novo, o velho perdeu o alpendre e o pátio, tendo mais lojas construídas no meio.

4.2

ARQUITETÔNICA

a. Prospecção formal e funcional do Mercado Público

Na primeira etapa de produção desse trabalho (de junho a novembro de 2018) buscou-se a afirmação das justificativas e dos objetivos a este atribuídos, e principalmente, a aproximação pessoal com os objetos de estudo e com as pessoas que compõem o cenário cotidiano do local. Essa aproximação se deu através de visitas frequentes - quase mensais - à cidade de Quixeramobim, da observação e registro de cenas destacadas no cotidiano e de relatos sobre a história do Mercado Público, objeto central deste trabalho.

A pesquisa frequente por documentos históricos e fotografias que comprovem os acontecimentos e guiem a produção do trabalho foi feita concomitantemente à pesquisa de campo. Fruto de uma dessas pesquisas, destaca-se um trecho escrito por Ismael Pordeus, na publicação A Margem de “D. Guidinha do Poço”, à Revista da Academia Cearense de Letras, datado de 1962:

[...] foi deliberado que se marcasse para o dia de feira nesta Villa o dia de sabado de cada semana, e seria destinado para a exposição das vendas dos viveres que entrassem nesta Villa, para consumo público o quadro da rua do Cotovello e que se passace Edital fazendo Publico semelhante deliberação para que chegasse a noticia a todos.

Esse relato acerca da feira livre e do esboço de **ordem para construção de um Mercado Público** foi feito a partir da leitura da Ata da Sessão da Câmara de Quixeramobim ocorrida no dia **11 de abril de 1853**. Na mesma publicação, Pordeus afirma que os primeiros pequenos estabelecimentos que constituíram o mercado público iniciaram suas atividades em um prédio de aluguel. Até que a Câmara Municipal contratou em nome de D. Inácia Joaquim da Anunciação a construção da edificação destinada especificamente ao Mercado Público Municipal.



E.55



E.56



▲ Figura 57

Fotografia da fachada sul do Mercado Público, cuja proximidade com a Via Férrea é de grande destaque. Ao fundo, as torres da Igreja Matriz. Datada aproximadamente da primeira metade do século XIX.

[Fonte: Autor desconhecido. Cedida pelo Sistema Maior de Comunicação].

Das conversas no próprio mercado, com comerciantes, que quando jovens, brincavam ou já trabalhavam no local, destacam-se as seguintes informações:

Zé Patrício

Quando existia somente o edifício original (até a metade da década de 1960), poucas lojas eram ocupadas.

Lembra-se da banca de frutas do seu Bernardo, das balanças de boi e dos armadores de ferro no alpendre, onde era exposta a carne para venda (indicada na figura 54 na página 77), e do esgoto a céu aberto no pátio.

Zé Afonso

Assumi na década de 1990 uma pequena loja de bolsas e chapéus construída no eixo de conexão entre o 'mercado velho' e seu anexo. O ponto comercial foi adquirido pelo pai logo que os primeiros lojistas começaram a ocupar a parte recém construída.

Seu Iran

Até os anos 1960 não existia transporte coletivo para o interior, nem mesmo paus-de-arara. As pessoas vinham no lombo de animais e bicicletas.

Relatos comuns

A ampliação do Mercado Público aconteceu poucos anos¹ antes da construção do Mercado da Carne.

A construção do anexo ao Mercado Público proporcionou um considerável crescimento no número de lojas, e o pátio interno do ‘mercado velho’ passou a ser ocupado por frigoríficos (F. 54, p.77).

Com a inauguração do Mercado da Carne, os frigoríficos que antes funcionavam no antigo pátio do ‘mercado velho’ foram transferidos. A permanência só de alimentos secos e utilidades fez com que o ‘mercado velho’ fosse, na época, chamado de Mercado do Artesanato.

Nunca houve reformas de prevenção e manutenção em nenhum dos “três” mercados.



◀ Figura 58

Retrato de Zé Patrício em sua mercearia, em frente ao Mercado Público.

[Fonte: autora].

¹⁹ ‘Poucos anos’ é uma apreensão de alguns usuários, principalmente os mais antigos. Registros indicam que a ampliação do Mercado Público se deu por volta de 1967, na primeira gestão do prefeito Alfredo Machado, e a construção do Mercado da Carne só ocorreu em 1985, mais de 15 anos depois.

4.2

ARQUITETÔNICA

b. Mapa de danos do Mercado Público

As fotografias a seguir compõem um levantamento feito pela autora com o objetivo de identificar, durante o pleno funcionamento do Mercado, as condições da edificação em relação à sua materialidade, instalações, condicionamento ambiental, acessibilidade, comunicação visual, segurança dos usuários (saídas de emergência, extintores), entre outras coisas. São apresentadas 11 fotografias indicando os aspectos de maior relevância.

Já na página 85 as ilustrações são resultado de outro levantamento fotográfico - feito em um domingo, quando o Mercado e as lojas do entorno ficam fechadas - das quatro fachadas da edificação principal no que se refere a este trabalho. As fotografias foram montadas em sequência de forma a compor uma imagem panorâmica de cada uma das fachadas. As informações apresentadas consistem na análise dessas fotografias e identificação de danos sofridos pela edificação.

▼ Figura 59

Fachada oeste do Mercado Público. À frente, barracas com produtos diversos, típicas do 'Shopping de Sto. Antônio'.

[Fonte: autora].

O mapeamento evidencia duas classes de danos: 1. causadas e intensificadas pelo tempo, uso e ausência de trabalhos preventivos ou de manutenção; 2. reformas executadas por lojistas, que consistem principalmente na troca ou fechamento de esquadrias e na instalação de toldos de lona e grandes placas publicitárias.





E.60



E.61



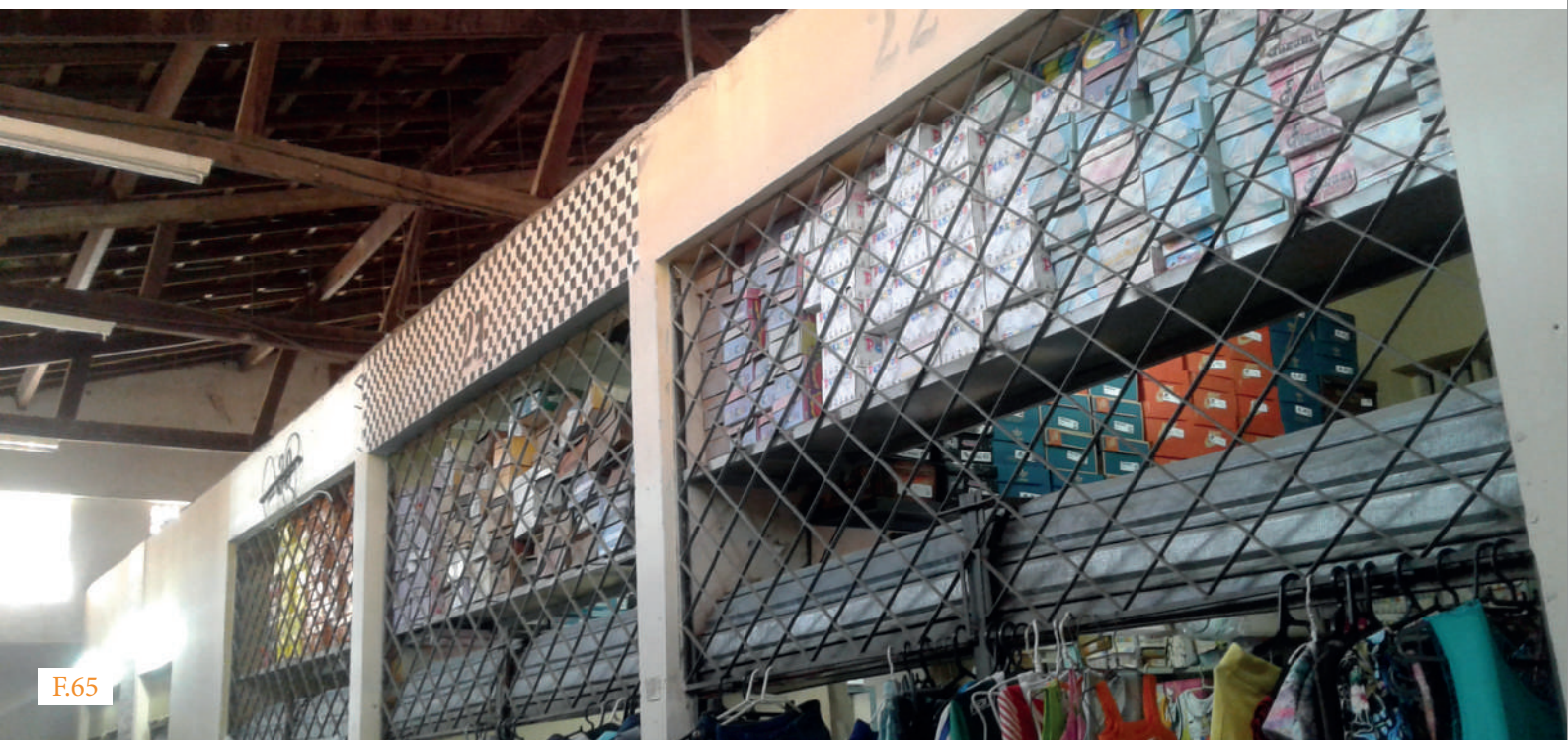
E.62



E.63



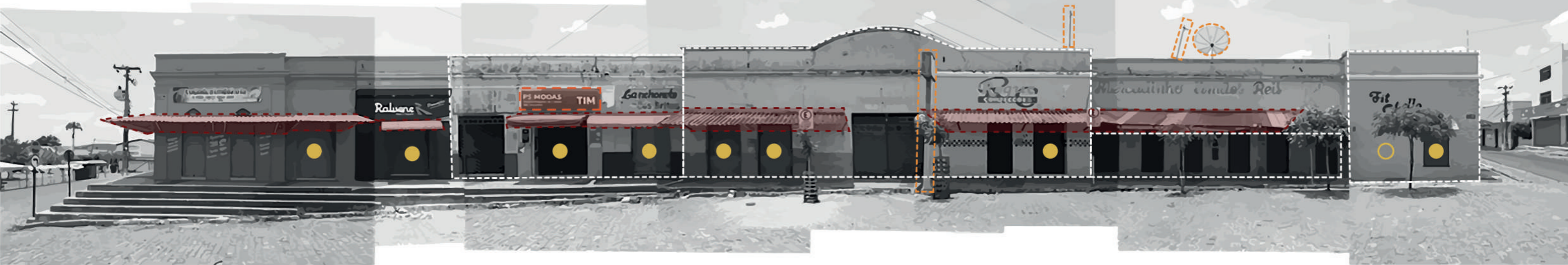
F.64



F.65



F.66



Fachada Leste



Fachada Norte



Fachada Sul



Fachada Oeste

LEGENDA

- Barreira física e/ou visual
- Grandes placas e letreiros
- Esquadria de proporção alterada
- Toldos e telhados plásticos ou de fibrocimento
- Materialidade comprometida (infiltrações, falta de reboco, rachaduras, revestimento cerâmico)
- Ausência de esquadria



4.2

ARQUITETÔNICA

c. Sobre o Mercado da Carne

O Mercado da Carne de Quixeramobim foi inaugurado em agosto de 1985, proporcionando a separação de lojas e boxes de venda de variedades e produtos alimentícios de forma mais adequada. No Mercado Público, ampliado cerca de 15 anos antes, na gestão do prefeito Antônio Machado, novas lojas foram criadas, e nele ficaram somente produtos ‘secos’. Para o mercado recém construído, foram transferidos os boxes disponíveis para produtos “úmidos”. Com essa separação visava-se principalmente melhorar as condições de higiene e salubridade. Mas hoje o Mercado da Carne apresenta péssimo estado de conservação, sendo quase o oposto do planejado quando foi inaugurado, o que acaba diminuindo o interesse de clientes e comerciantes.

Vauíres Saldanha é proprietário de um box de frutas e verduras no Mercado da Carne, e em entrevista para o Jornal Diário do Nordeste em abril de 2019, confessa ter dificuldade para atrair clientes: “o velho mercado precisa se modernizar”. Ainda na matéria, o então Secretário de Infraestrutura de Quixeramobim diz que ambos os mercados passarão por obras de reformas e adaptações²⁰. Mas os problemas da edificação em questão neste tópico não são pontuais. Para garantir a adequação às condições que um Mercado da Carne moderno e localizado no entorno imediato de um edifício de relevante interesse histórico, optou-se pela proposição de um novo edifício. Melhor resolvido quanto às condicionantes ambientais, oferecendo mais higiene, segurança e comodidade aos usuários, e ainda preservando suas características quanto a implantação e relação com o entorno.

Nas páginas 88 e 89, fotografias ilustram sistemas construtivos, estado de preservação da edificação (indicando a alarmante falta de manutenção), esquema de separação dos boxes, como os produtos à venda são expostos, como as lanchonetes ocupam espaços de circulação com mesas e cadeiras, sua relação com uma edificação de relevante interesse histórico (já indicada neste trabalho), além de denunciar a violação do local por invasores que furtam mercadorias frequentemente.

²⁰ Em janeiro de 2019 foi publicado um edital para tomada de preços visando a contratação de empresa para serviços de instalações elétricas de baixa tensão no Mercado da Carne e outra edificação da prefeitura. O edital prevê a existência de 39 lojas, administração e banheiros. Com base nessa informação, supõe-se a intenção de ampliar o número de boxes no referido mercado. Não há evidências de que este processo foi continuado.



E.67



E.69



E.70



E.72





F.68



E71



F.73

4.3

REFERÊNCIAS PROJETAIS

Tendo esse trabalho dois objetos arquitetônicos diferentes (Mercado Público e Mercado da Carne), cujas abordagens são de caráter distinto - com base em características próprias e significância das edificações -, porém com guias em comum - como a relação com o espaço público, a paisagem pluvial e a feira livre -, os projetos a seguir foram selecionados como referência.

De escalas, contexto, tecnologias da construção e até mesmo usos diferentes, os projetos do Teatro Engenho Central, do Mercado Público de Jaguarão e do Mercado Municipal de Atarazanas trás, de formas diferentes, através de seus testemunhos de restauro, requalificação ou recuperação, colaboram com as propostas deste trabalho e sua sistemática intervenção.

São edificações públicas, de arquiteturas históricas, com grande significado no cotidiano e na memória da cidade, forte conexão com o espaço público e às atividades nele desenvolvidas, e com necessidade de adaptações referentes à manutenção e readequação de seu uso, de forma a continuar proporcionando a ocupação desses espaços pela população.

Tipo de intervenção: Requalificação

Ano: 2009-2012

Autores: Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz e Gabriel Grinspum

Área construída: 2.850m²

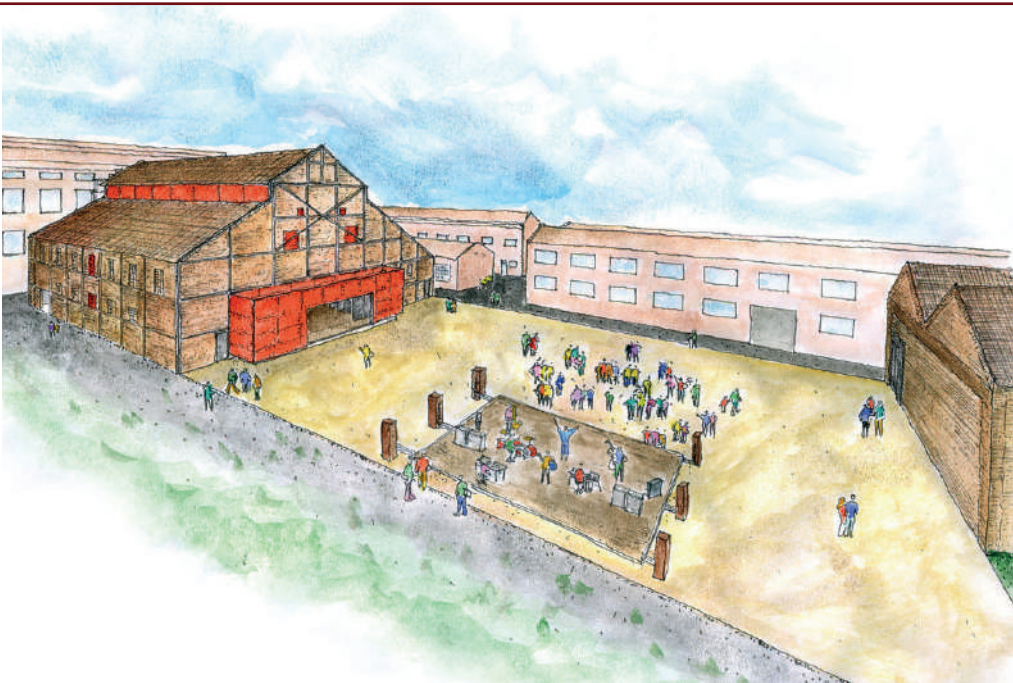
Ficha técnica

O conjunto do Engenho Central é um dos mais importantes testemunhos arquitetônicos industriais da produção de açúcar e álcool ocorrida entre os séculos XIX e XX. Formado por galpões e casas de escalas variadas, em tijolos à vista, implantado na margem direita do Rio Piracicaba, foi desativado em 1970 e posteriormente tombado como patrimônio histórico municipal e estadual.

Contextualização

O rio corta o centro da cidade com diversas áreas livres e públicas em suas margens. Em 2002 foi elaborado, também pela Brasil Arquitetura, em parceria com colaboradores locais, um Plano Diretor abrangendo todo o conjunto, visando balizar intervenções arquitetônicas ou urbanas que fossem feitas ali. Sobre a edificação do Teatro, seus expressivos volumes em tijolo aparente e esquadrias marcadas em planos vermelhos impressiona quem passa pelo entorno ou até mesmo na outra margem do rio. Com um palco expandido que se abre também para a praça central – coração de todo o conjunto –, o Teatro é um importante equipamento de fomento e apoio a eventos ao ar livre. É um espaço contemporâneo multiuso investido de história.

Referência



◀ Figura 74

*Teatro Engenho Central,
em Piracicaba, São Paulo.*

[Fonte: Brasil Arquitetura].

Ficha técnica

Tipo de intervenção: Restauro

Ano: 2010 (projeto) | 2014-2019 (obra)

Autores: Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz, Beatriz Marques e Luciana Dornellas

Área construída: 790m²

Contextualização

Localizado numa cidade do extremo sul do Rio Grande do Sul, o Mercado, construído entre 1864 e 1867, na Praça do Desembarque, é um marco do assentamento urbano em território de fronteira com o Uruguai. É tombado pelo IPHAE-RS²¹ e pelo IPHAN.

Referência

O projeto indicou modificações mínimas no Mercado, focando em seu entorno, onde foi proposta a desobstrução visual da paisagem do Rio Jaguarão e ampliação da área livre contígua ao edifício a partir da demolição de galpões do Cais do Porto para a criação de uma praça.

Somente foi executado o que foi previsto para o Mercado Público. A não execução completa do projeto comprometeu o uso pleno do conjunto 'edifício + espaço público'. A praça teria o potencial de atrair diversos eventos, proporcionando a ocupação do entorno do Mercado, mantendo-o vivo e inserido na dinâmica urbana.

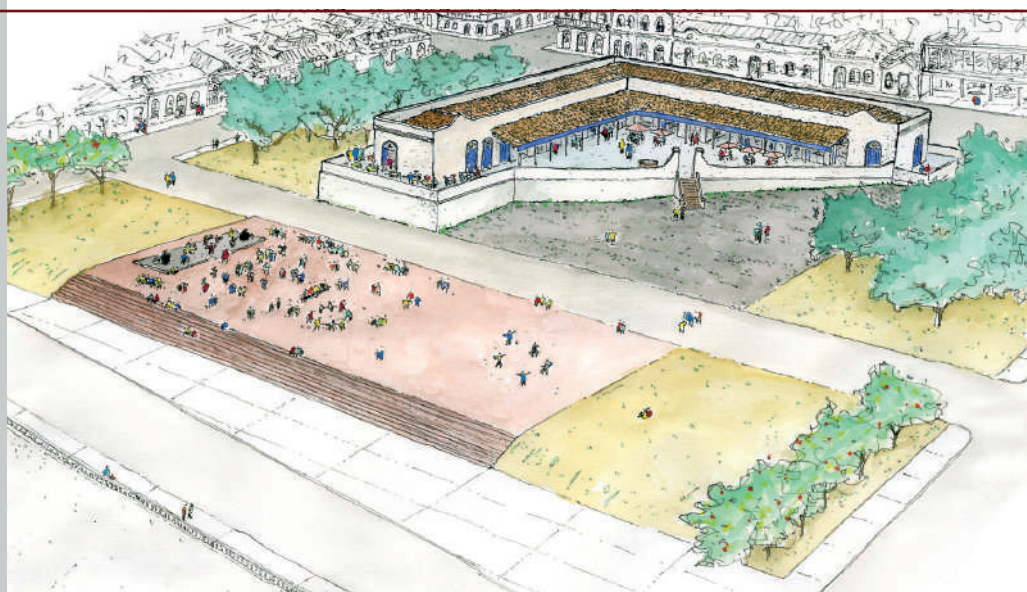
A identificação de falhas em um caso tão semelhante ao deste trabalho proporcionou o amadurecimento de ideias em relação a transtornos que poderiam ser potencializados ou até causados pela proposta de intervenção feita.

21 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul.

► Figura 75

Mercado Público Municipal, em Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil.

[Fonte: Brasil Arquitetura].



Mercado Municipal de Atarazanas

Aranguren & Gallegos Arquitectos

Tipo de intervenção: Restauro e recuperação

Ano: 2007-2010

Autores: María José Aranguren López, José González Gallegos

Área construída: 1.120m²

Ficha técnica

O Mercado localizado no município de Málaga, na Espanha, é um edifício de arquitetura singular. Projetado pelo arquiteto Joaquín de Rucoba, foi construído em ferro entre os anos 1876 e 1879, onde já foi uma oficina naval e funcionou o Mercado Central de Abastos de Atarazanas.

Contextualização

O projeto priorizou a recuperação do esquema original do edifício. Para isso, foi prevista a demolição dos acréscimos que impediam a perfeita leitura dele, inclusive o mezanino adicionado em 1973 para ampliar a área de comércio e outros serviços. A demolição permitiu recuperar a conexão visual do importante eixo formado pela Porta das Atarazanas e um imenso vitral.

Referência

Os novos boxes de vendas foram desenhados como unidades autônomas, demarcados em setores (hortifrutis, peixarias e açougues) e alocados de modo a ficarem no mesmo nível e balizarem os eixos de circulação. Ao mesmo tempo que adequa o conjunto às condições ideais de higiene e salubridade dos estabelecimentos de venda, o projeto proporciona o resgate de uma unidade espacial, tanto no exterior do edifício quanto em seu interior, contrastantes entre si, mas que estabelecem uma relação harmoniosa.



◀ Figura 76

Mercado Municipal de Atarazanas, em Málaga, Espanha.

[Fonte: Aranguren & Gallegos Arquitectos].



proposta projetual
proposta projetual

5.1

MEMORIAL DESCRITIVO

O Mercado Público presenciou o tanger dos bois, viu a cidade crescer ao seu redor e esconder a vista do rio. Também viu a chegada da estrada de ferro, a construção de uma grande ponte, e finalmente, o trem. Por anos o querido ‘mercado velho’ foi espaço para troca de produtos e canteiro de boatos que chegavam toda semana com o trem da encomenda.



Não só o entorno, os sons da cidade e as histórias de beira de calçada mudaram, o edifício também se transformou. Na verdade, foi transformado. O pátio foi embora, uma de suas fachadas foi demolida, uma falsa cópia erguida ao lado. Tornou-se um edifício que ocupa todo um quarteirão, um disputado quarteirão no centro da cidade. O interior do agora grande edifício parece um labirinto, tornou-se um conjunto de puxadinhos. E sim, é preciso reconhecer que todas as transformações foram importantes, pois elas mostram a necessidade de adaptação às necessidades que surgiam.

▲ Figura 77

Fachadas oeste e sul do Mercado Público. À frente, linha férrea. Fotografia de 1991.

[Fonte: Autor desconhecido].

O 'mercado velho' foi maltratado pelo uso intenso e falta de manutenção, mas nunca foi abandonado. A partir da evidente necessidade de requalificação do edifício, analisando as necessidades dos usuários - lojistas e consumidores - e a emergência em reconectar o 'coração' do mercado com a rua, decidiu-se intervir arquitetonicamente no Mercado Público Municipal.

Visto que intervenções severas comprometeram a completa apreensão de sua arquitetura histórica e que obras de reparo são necessárias para o pleno funcionamento da edificação e conforto dos usuários, decidiu-se remover acréscimos e restaurar e/ou reconstruir partes da edificação original. Com base em indicações da Carta do Restauro de 1972 e evidências históricas (como fotografias e relatos), não houve hesitação em intervir na edificação. No entanto, foi imprescindível preservar a relação da volumetria estabelecida com a quadra.

▼ **Figura 78**

Vista da feira livre a partir da praça do Mercado da Carne.

[Fonte: autora].

Em verdade, a intervenção é na escala das compras de sábado de manhã.



Outro edifício que apresenta evidente necessidade de reforma e de readequação do uso é o Mercado da Carne. Além de sua materialidade estar comprometida, as condições às quais acontece o comércio de carnes e peixes não são mais adequadas aos padrões de salubridade e higiene necessários. Decidiu-se, portanto, projetar um novo edifício no mesmo local, com instalações adequadas ao comércio de alimentos frescos e possibilidade de ampliação de uso, de forma a preservá-lo como peça importante na dinâmica do comércio local através de sua integração com o espaço público e as atividades desenvolvidas “do lado de fora”, como a feira livre.

Para fortalecer as conexões desses dois importantes mercados com os espaços livres e demais construções do entorno, eixos preexistentes de circulação de pedestres foram destacados tanto no desenho arquitetônico quanto no urbano de modo a ‘rasgar’ a quadra, promovendo espaços “intraquarteirão”, não somente como local de permanência dos usuários dos mercados, como também local de passagem. O principal eixo visual e de circulação conecta: Mercado Público, Mercado da Carne, remanescente histórico de uso residencial e Rio Quixeramobim. O objetivo dessa integração entre ‘prédio’ e ‘meio da rua’ é proporcionar a ocupação do espaço público, do aberto e do semiaberto, propiciando segurança aos pedestres, na execução de quaisquer atividades, seja um pequeno evento, uma feira livre, etc.

O guia desse conjunto de propostas é o resgate da memória através do edifício do Mercado Público, por compreender que essa construção é como uma linha invisível que mantém com as demais atividades do entorno uma forte e antiga relação de troca.

O mercado, a feira, a praça, a rua, o rio...

5.2

DIRETRIZES PROJETUAIS

1 As edificações deverão ser readequadas à classe de uso (no caso, comercial), com base no atendimento às condições básicas de acessibilidade, dimensionamento, ventilação natural, entre outras;

2 O interior das edificações deve ser, prioritariamente, amplamente conectado física e visualmente com a rua, visto que as atividades executadas nesses espaços ultrapassam os limites de público e privado, aberto, coberto ou semi coberto;

3 O projeto deverá proporcionar a continuação, através de intervenções sistematizadas de manutenção e requalificação, da tradicional praça de mercado e das manifestações nela praticadas simbolizadas pelo edifício do ‘mercado velho’ (Mercado Público Municipal);

4 As ruas Aarão Mendes e Rafael Pordeus (trecho entre a Rua José Cipriano e a rodovia CE-166) deverão sofrer alterações nos canteiros e/ou no sentido de tráfego, de modo a proporcionar mais segurança no trânsito de pedestres e mercadorias e ampliar a zona de estacionamento;

5 Edificações localizadas no centro da cidade, não ocupadas, subutilizadas ou com possibilidade de adaptação temporária, que pertençam à Prefeitura Municipal, deverão dar apoio aos barraqueiros do ‘Shopping de Santo Antônio’, dispondo de banheiros, área para preparo e/ou distribuição de refeições e área coberta para dormitório coletivo;

6 Deverá ser comum aos projetos desenvolvidos nas regiões centrais contíguas às margens do Rio Quixeramobim a reintegração urbano-ambiental a partir da criação ou reforma de espaços livres visando proporcionar a ocupação adequada e proteção dessas áreas e restabelecer a conexão visual da paisagem pluvial;

7 O patrimônio cultural quixeramobinense deve ser permanentemente tema de discussões e ações de valorização e preservação.

5.3
PROGRAMA DE NECESSIDADES

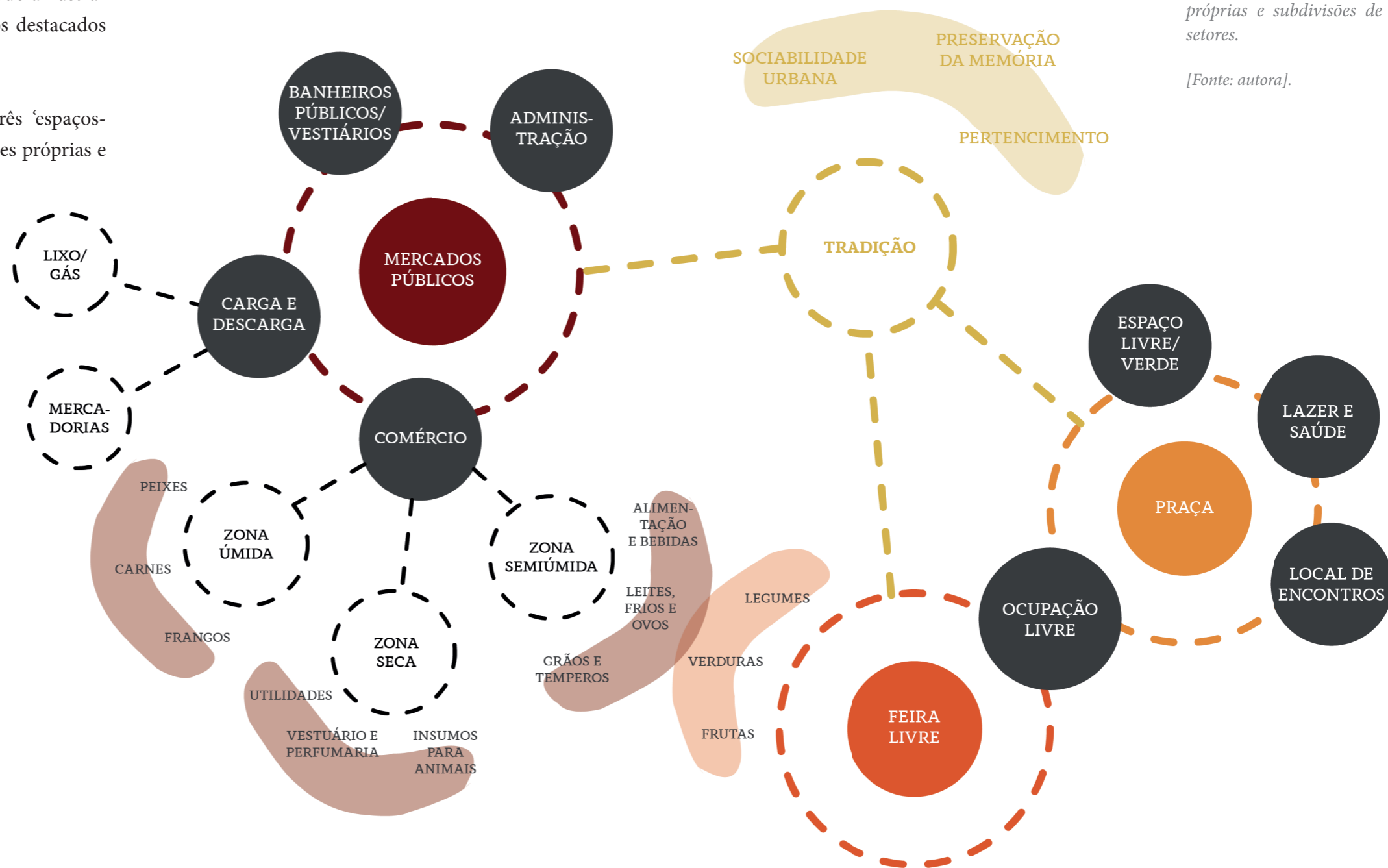
Esse programa de necessidades é resultado de uma análise de uso de edificações cuja atividade comercial é consolidada a décadas. O objetivo comum, nesse sentido, foi a adaptação dos Mercados à condicionantes ambientais, proporcionando mais segurança e comodidade aos usuários, sem romper as relações existentes entre o espaço construído e o espaço aberto. No exercício para compreensão dessas relações, o infográfico ao lado foi elaborado, de modo a ilustrar a intensa conexão - espacial e/ou funcional - dos espaços destacados nesse projeto.

A partir desse estudo foram identificados três 'espaços-chave': mercados, feira livre, praça. Além de suas atividades próprias e subdivisões de setores.

A principal alteração no programa de necessidades dos Mercados (espaço construído) foi a adição do setor de serviços e o centro administrativo comum em um remanescente histórico. Alguns dos ambientes novos são:

- banheiros públicos por sexo e preparados para pessoas com necessidades especiais;
- vestiários para funcionários;
- casa de gás;
- casa de lixo;
- depósito de materiais;
- sede adm. pequeno escritório, setor de segurança, almoxarifado, etc.

Também foi feita a delimitação de zonas de estacionamento público, revitalização da praça contígua ao Mercado da Carne, nova praça-mirante ao lado da edificação histórica (onde foi locada o centro administrativa dos mercados), criação de faixas de pedestres elevadas, novo paisagismo de canteiros, entre outras intervenções pontuais, indicadas no projeto.



▼ Figura 79

Infográfico das relações existentes entre o espaço construído e o espaço aberto, suas atividades próprias e subdivisões de setores.

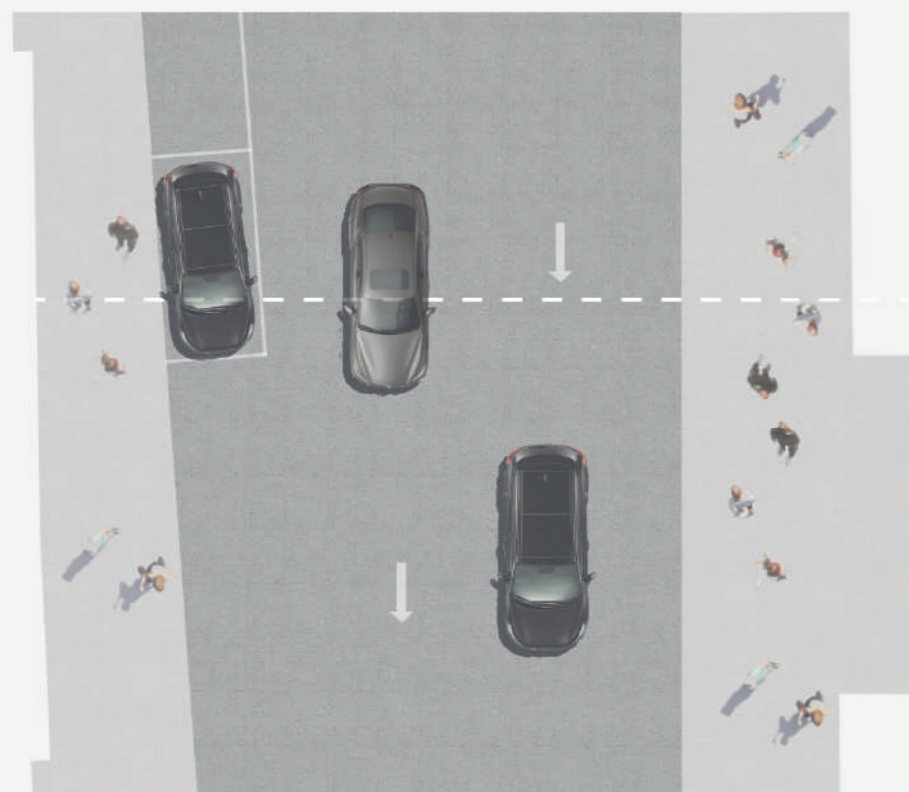
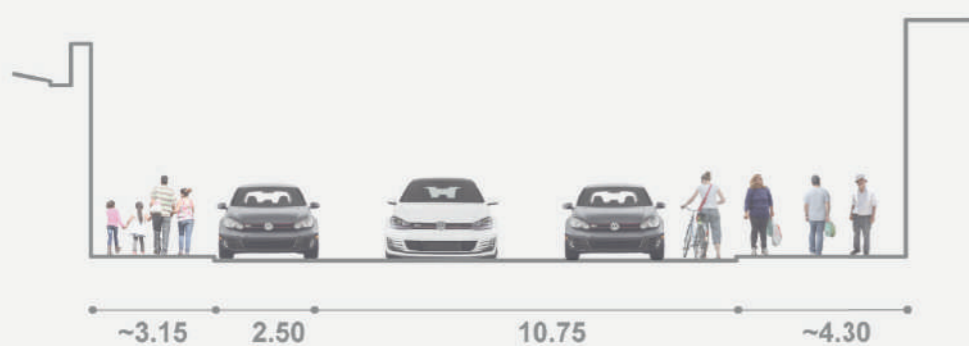
[Fonte: autora].

5.4 PROJETOS ARQUITETÔNICOS

Esse projeto, na verdade, é composto por uma série de intervenções sistematizadas, pensadas em vários níveis, de modo a funcionarem em conjunto em prol do atendimento aos objetivos indicados neste trabalho.

Na página ao lado, na Implantação Geral, estão indicadas as propostas, tanto a respeito da arquitetura, do paisagismo, quanto as do planejamento urbano. Todas guiadas pela temática central deste Trabalho Final de Graduação: o **Patrimônio Cultural como local na vida cotidiana**, cujos objetos centrais de intervenção foram os **Mercados de Quixeramobim**.

Proposta de intervenção para a Rua Aarão Mendes



Proposta de intervenção para a Rua Rafael Pordeus



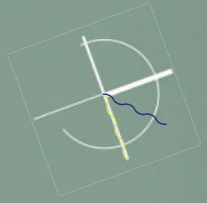
◀ Figura 81

Planta e corte de trecho da Rua Aarão Mendes indicando proposta de intervenção.

▲ Figura 80

Planta e cortes de trecho da Rua Rafael Pordeus indicando proposta de intervenção.

- 1 Demolição de construção e criação de Praça-mirante para o Rio Quixeramobim
- 2 Destaque de edificação de relevante interesse histórico, que abrigará o Centro Administrativo dos Mercados Públicos de Quixeramobim
- 3 Área de carga e descarga
- 4 Criação de faixas de pedestre elevadas visando a redução de velocidade em áreas de intenso fluxo de pedestres, ciclistas e cargas
- 5 Vagas exclusivas para motos
- 6 Novo Mercado da Carne
- 7 Praça do Mercado da Carne ampliada
- 8 Via com redução de faixa de rolagem, criação de canteiro verde lateral, ampliação de passeio e alteração de sentido de fluxo (ver imagem 80);
- 9 Cruzamento com novo semáforo
- 10 Criação de canteiro verde no auxílio ao redesenho da via e sombreamento de passeios e da fachada oeste do Mercado Público
- 11 Criação de canteiros centrais para evitar estacionamento de caminhões na via durante horário comercial. Indicado somente carga e descarga, e preferencialmente em horário de menor fluxo de pedestres no local;
- 12 Mercado Público restaurado e requalificado (com um dos pátios disponível para uso mesmo com o Mercado fechado);
- 13 Via com redistribuição de faixas de rolagem para criação de estacionamento (ver imagem 81);



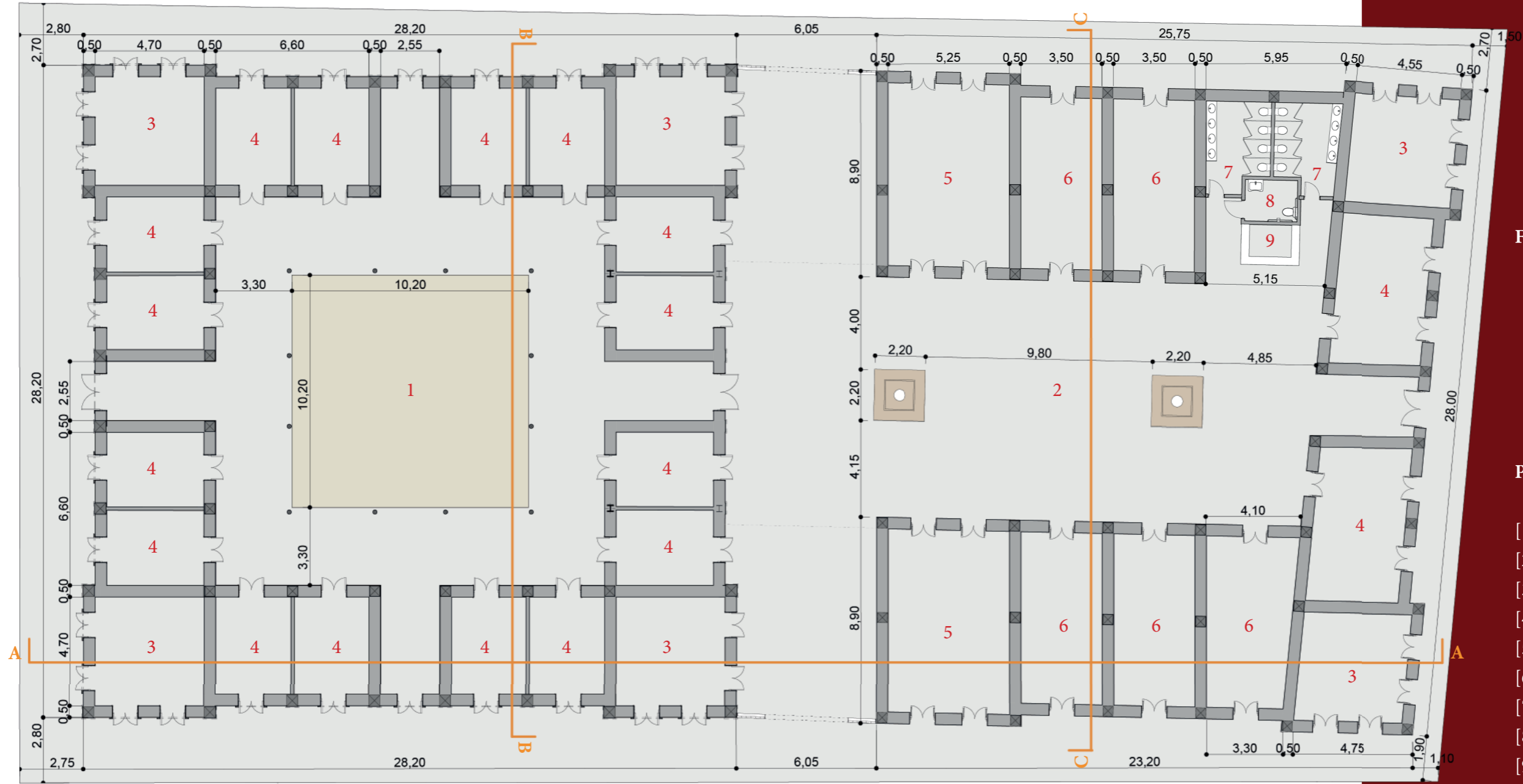
Ventos diurnos (leste)
Ventos noturnos (nordeste)

RIO QUIXERAMOBIM



IMPLANTAÇÃO GERAL
Esc. 1:750





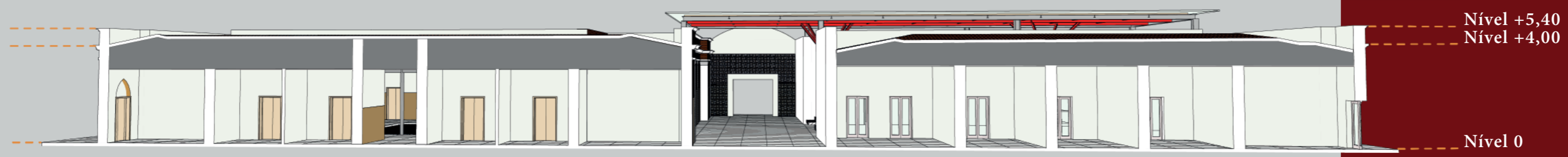
FICHA TÉCNICA

Área do terreno: 2.060,20m²
 Área total construída: 1.163,70m²
 Índice de aproveitamento: 1
 Taxa de ocupação: 56%

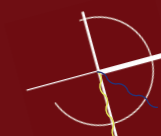
PROGRAMA DE NECESSIDADES

[1]	Pátio	104m ²
[2]	Pátio coberto	196,50m ²
[3]	Loja	22,25m ²
[4]	Loja	14,40m ² a 28,50m ²
[5]	Loja	42m ²
[6]	Loja	26,30m ²
[7]	Banheiro	10,20m ²
[8]	Banheiro PNE	4,05m ²
[9]	Recepção	2,50m ²

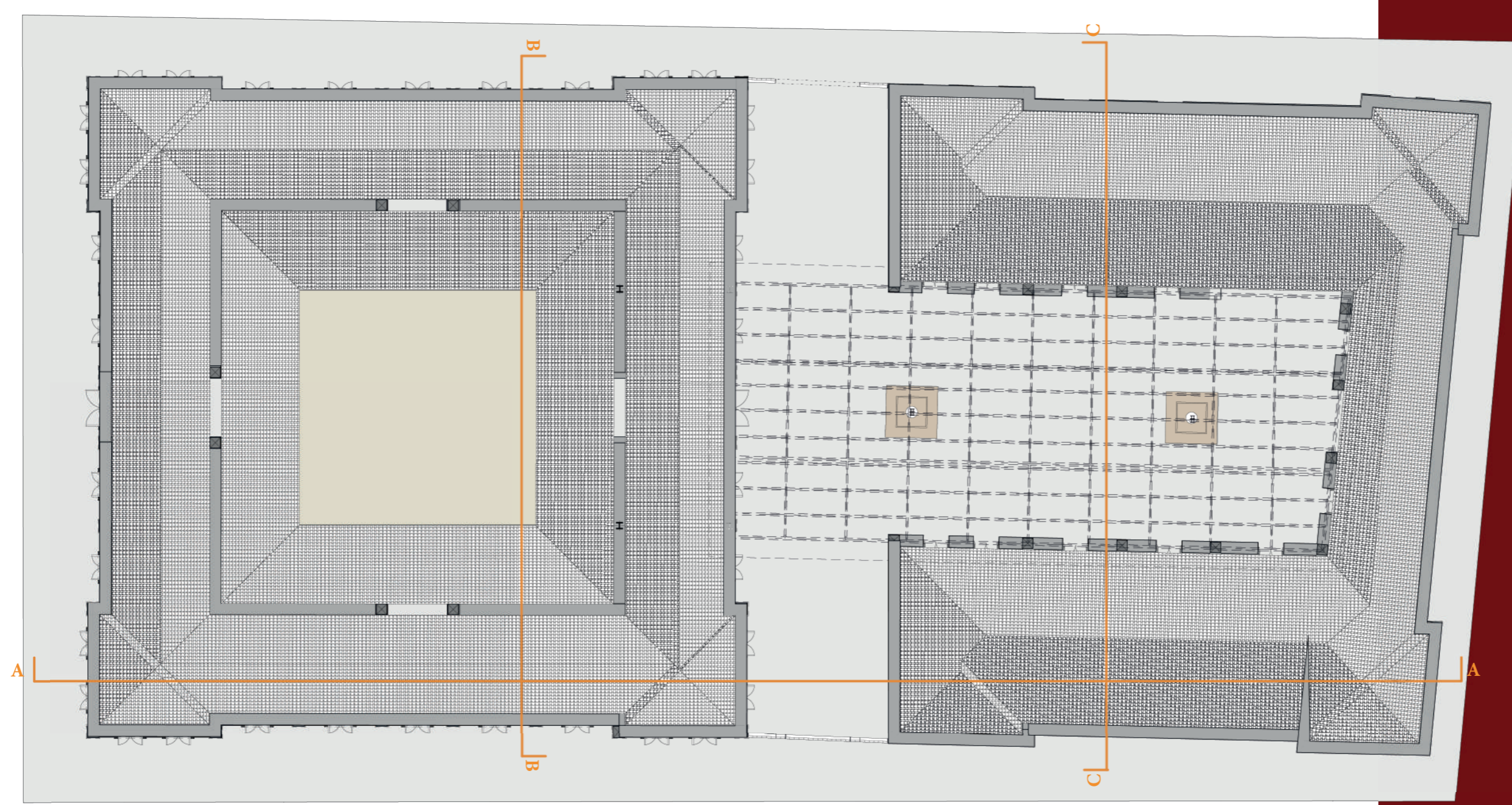
PL. TÉRREO - M. PÚBLICO
 Esc. 1:200



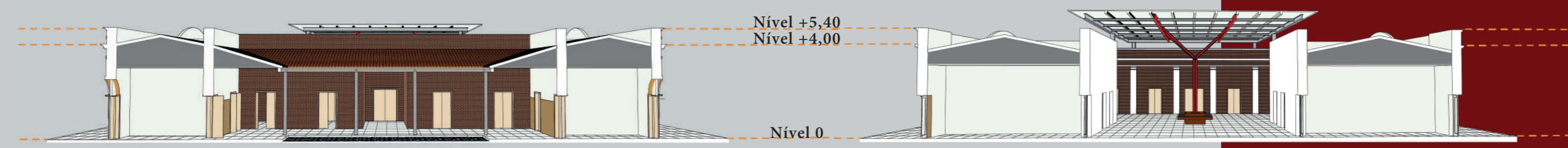
CORTE AA
 Esc. 1:200



~ Ventos diurnos (leste)
~ Ventos noturnos (nordeste)

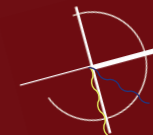


PL. COBERTA - M. PÚBLICO
Esc. 1:200

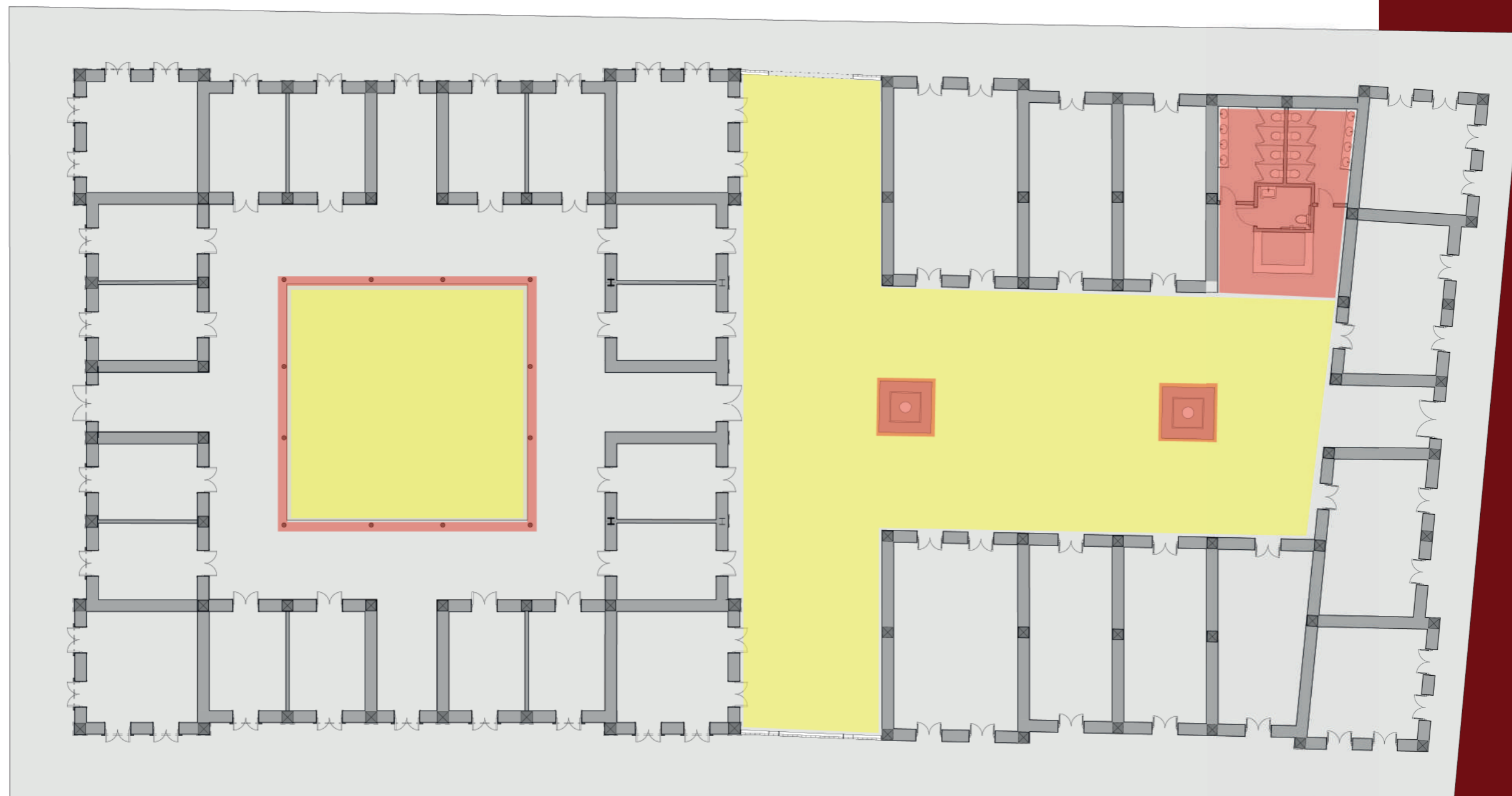


CORTE BB
Esc. 1:200

CORTE CC
Esc. 1:200





— Ventos diurnos (leste)
— Ventos noturnos (nordeste)



Em razão da pandemia do Coronavírus (COVID-19) não houve a possibilidade da execução de um delicado trabalho de prospecção ou de um detalhado levantamento arquitetônico. No período de setembro de 2018 a julho de 2020 tentei obter registros na Secretaria de Infraestrutura do município, porém não obtive sucesso.

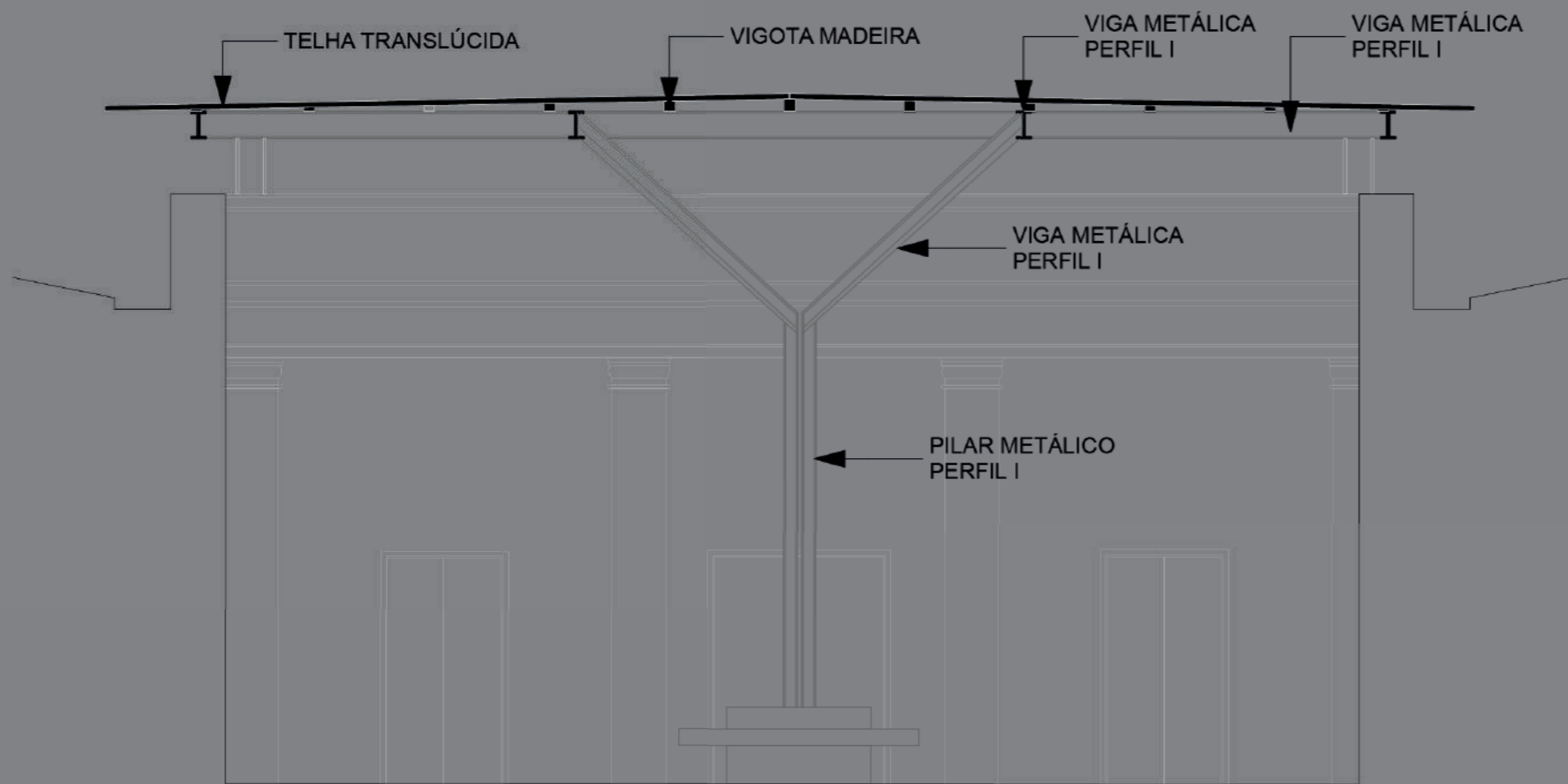
Esta Planta Demolir/Construir foi feita com o objetivo de sinalizar as áreas que sofreram de forma transformações mais evidentes em seu espaço. Estas áreas são os pátios, o núcleo de infraestrutura e a estrutura para a cobertura de um dos pátios, todos recém inseridos. A legenda encontra-se ao lado.

LEGENDA

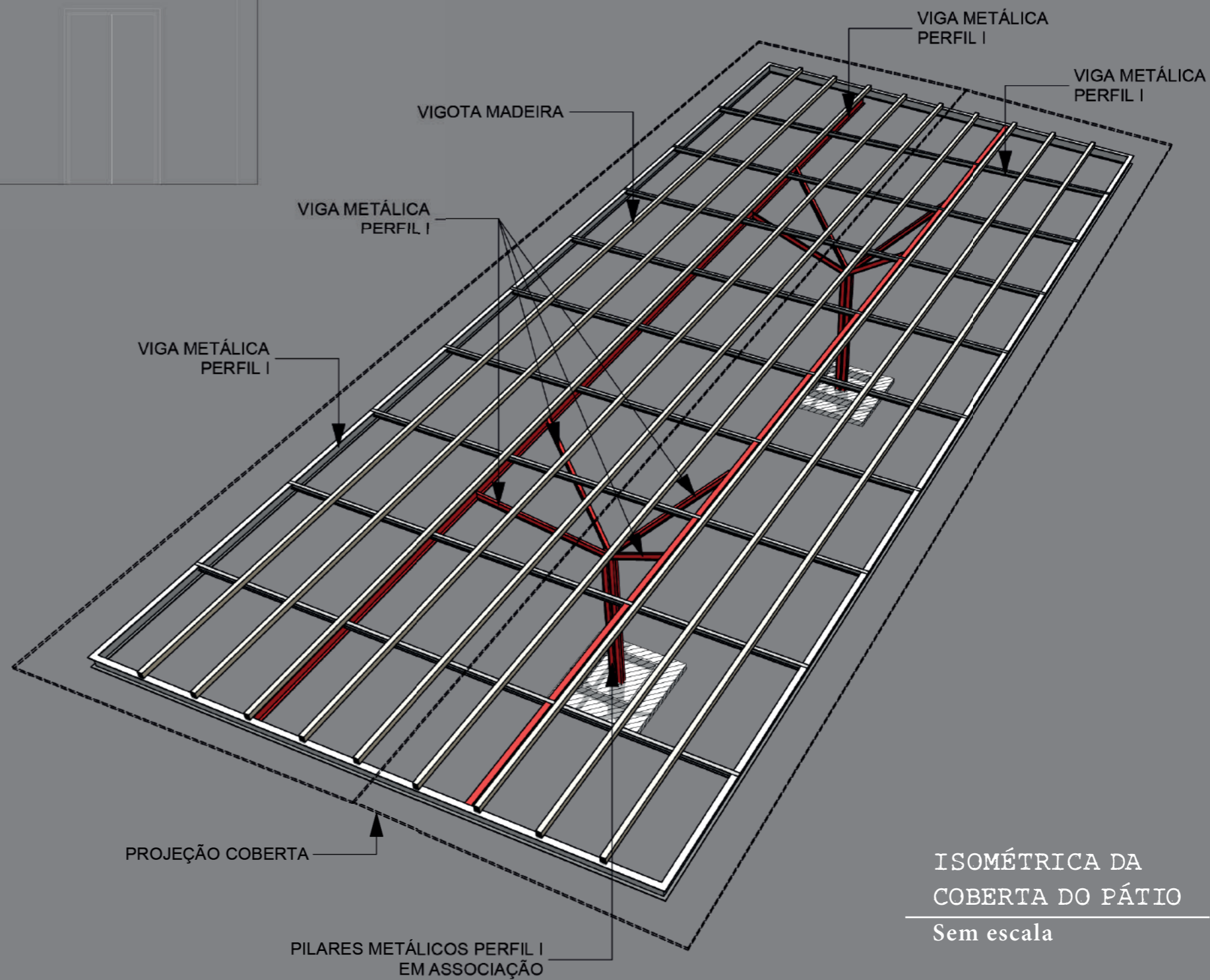
-  Área delimitada para DEMOLIR
-  Área delimitada para CONSTRUIR

PL. CONSTRUIR/DEMOLIR
DO MERCADO PÚBLICO

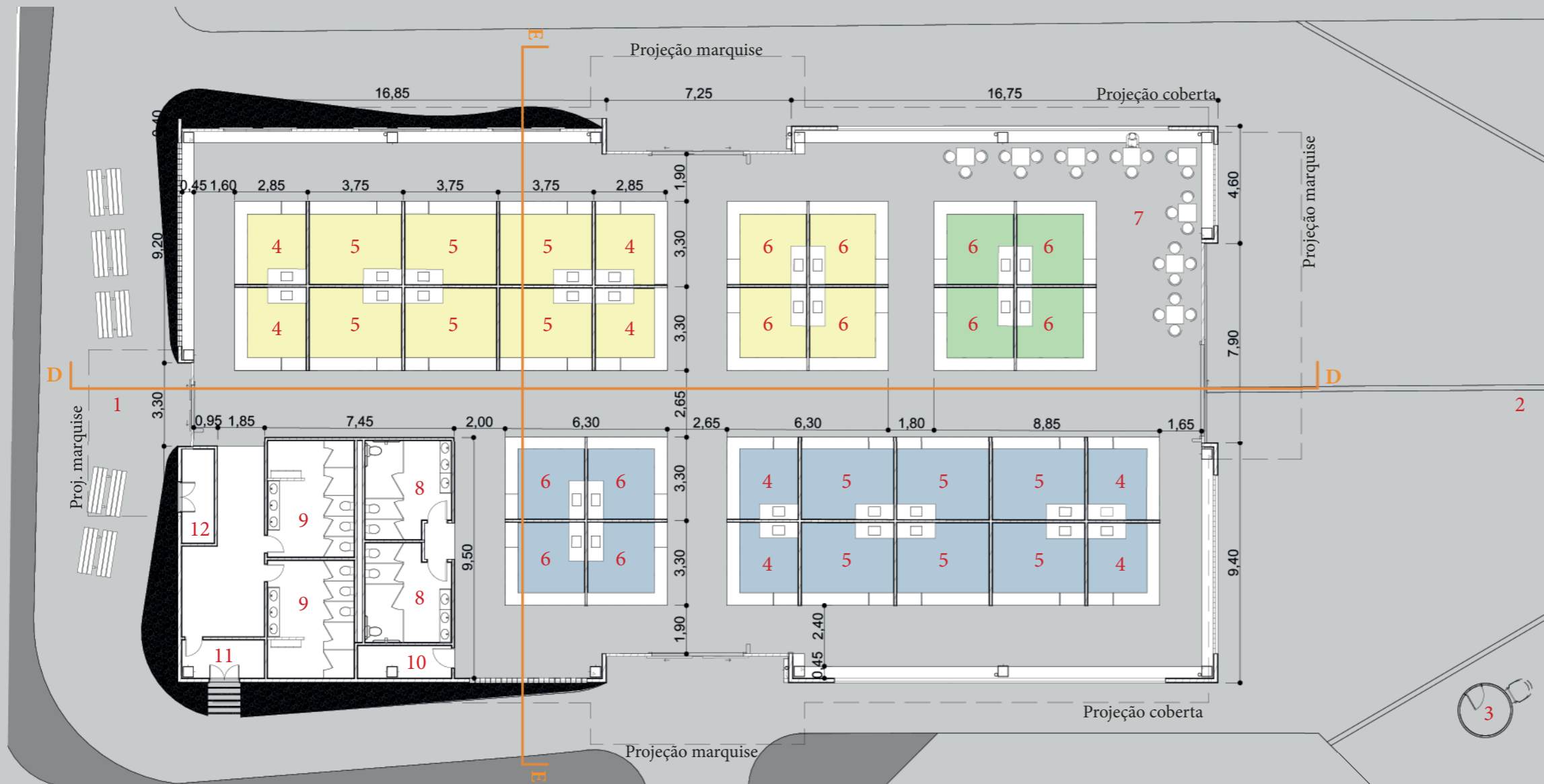
Esc. 1:200



DETALHAMENTO ESTRUTURA
DA COBERTA DO PÁTIO
Sem escala



ISOMÉTRICA DA
COBERTA DO PÁTIO
Sem escala




PL. TÉRREO - M. DA CARNE

Esc. 1:200

 Zona destinada a FRUTAS E VERDURAS

 Zona destinada a LANCHES E BEBIDAS

 Zona destinada a CARNES, PEIXES E FRANGOS



~ Ventos diurnos (leste)
~ Ventos noturnos (nordeste)

FICHA TÉCNICA

Área do terreno: 1910,20m²

Área total construída: 1.045,94m²

Índice de aproveitamento: 1

Taxa de ocupação: 55%

PROGRAMA DE NECESSIDADES

[1]	Área de convivência/fumódromo	100m ²
[2]	Ampliação da Praça	432,10m ²
[3]	Caixa d'água	-
[4]	Box	9m ²
[5]	Box	12m ²
[6]	Box	10,15m ²
[7]	Praça de alimentação (ampliável)	45m ²
[8]	Banheiro (adequado para PNE)	12,30m ²
[9]	Vestiário	15,45m ²
[10]	Depósito	4,50m ²
[11]	Casa de lixo	4,80m ²
[12]	Casa de gás	4,60m ²

Nível +5,40

Nível +4,00

Nível 0

Nível -2,50

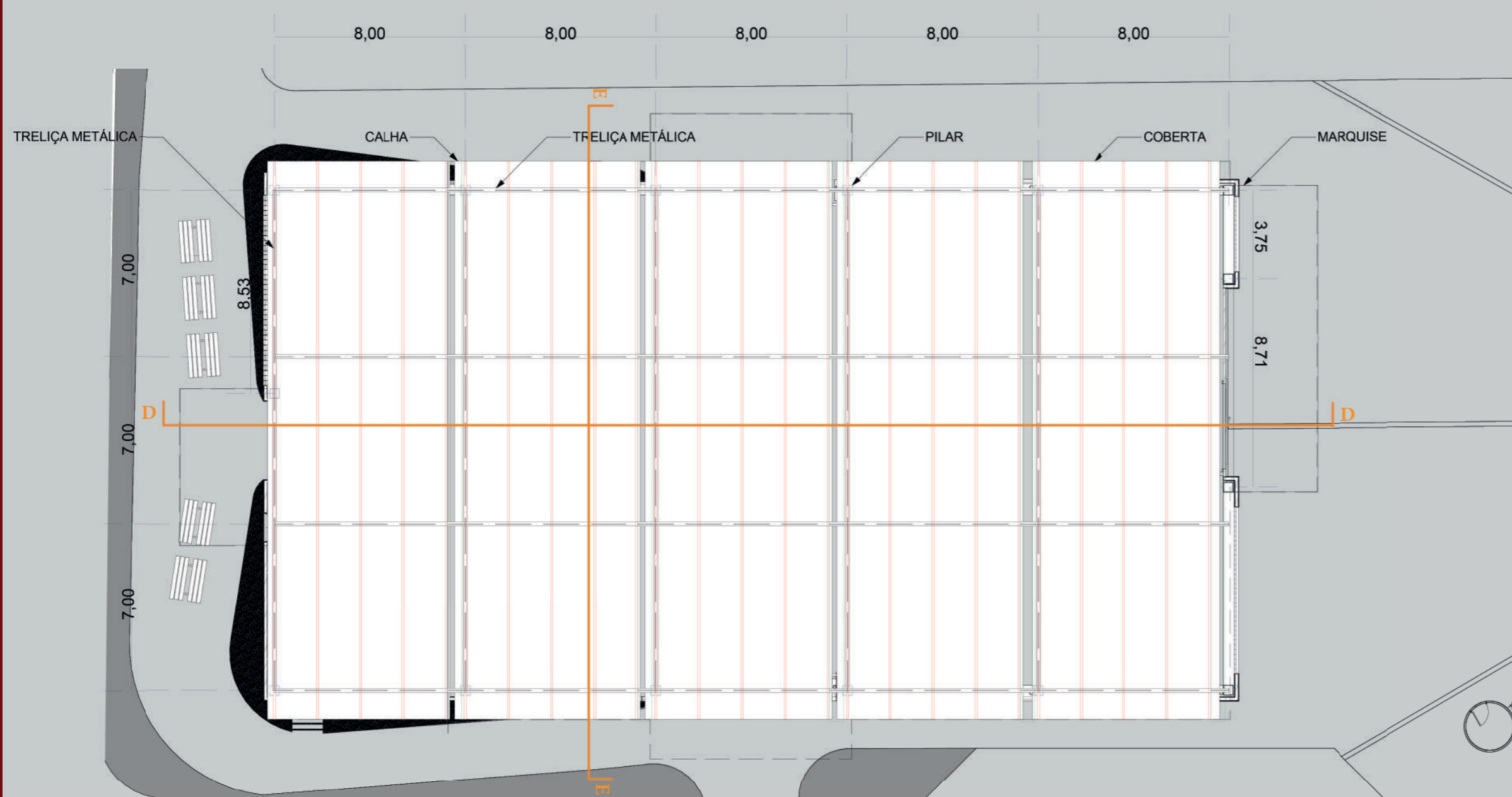


CORTE DD

Esc. 1:200

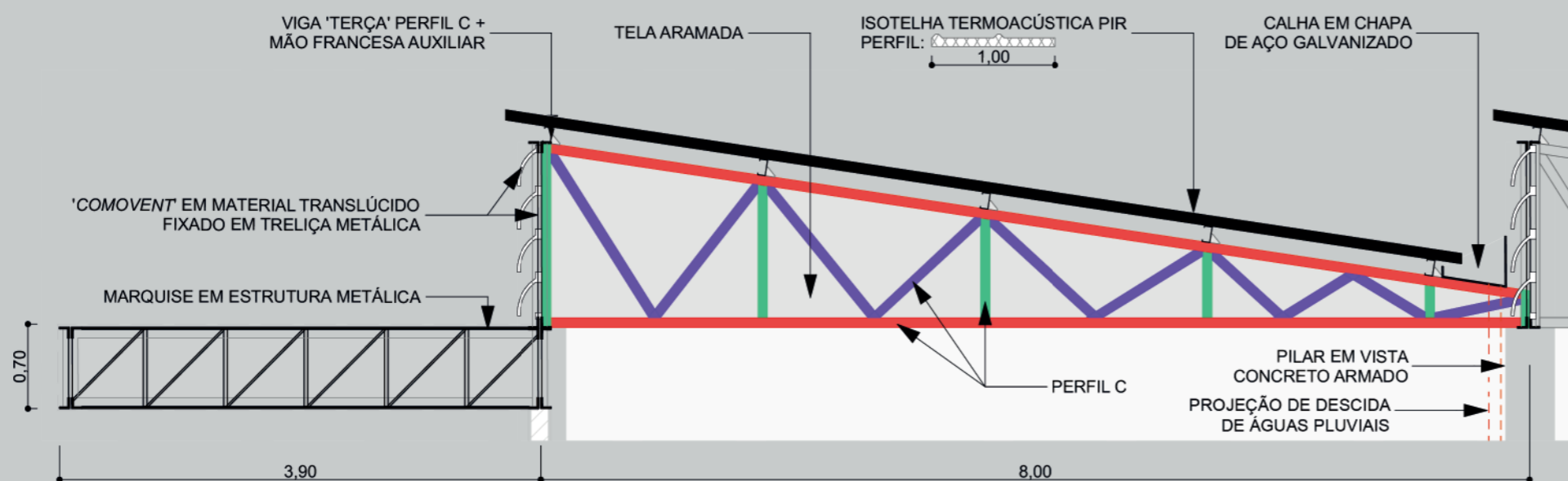
CORTE EE

Esc. 1:200



PL. COBERTA - M. DA CARNE

Esc. 1:200



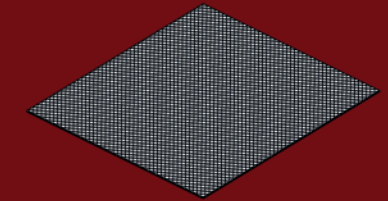
DETALHAMENTO COBERTA

Esc. 1:50

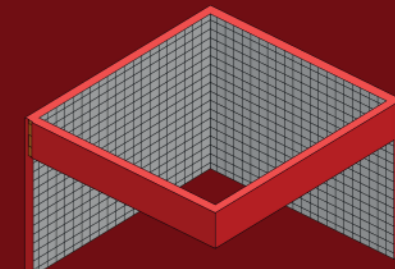


~ Ventos diurnos (leste)
 ~ Ventos noturnos (nordeste)

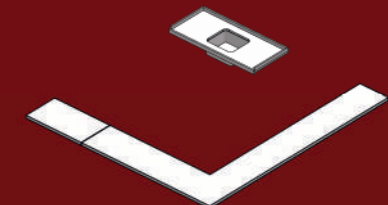
Telha sanduíche



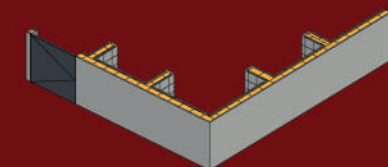
Divisórias em alvenaria com revestimento cerâmico



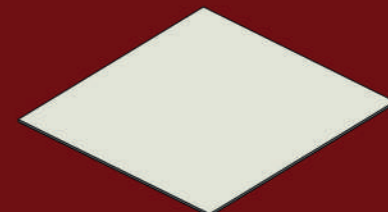
Painéis em alumínio



Balcões e pias em alumínio



Base dos balcões em alvenaria (com espaço para armários)



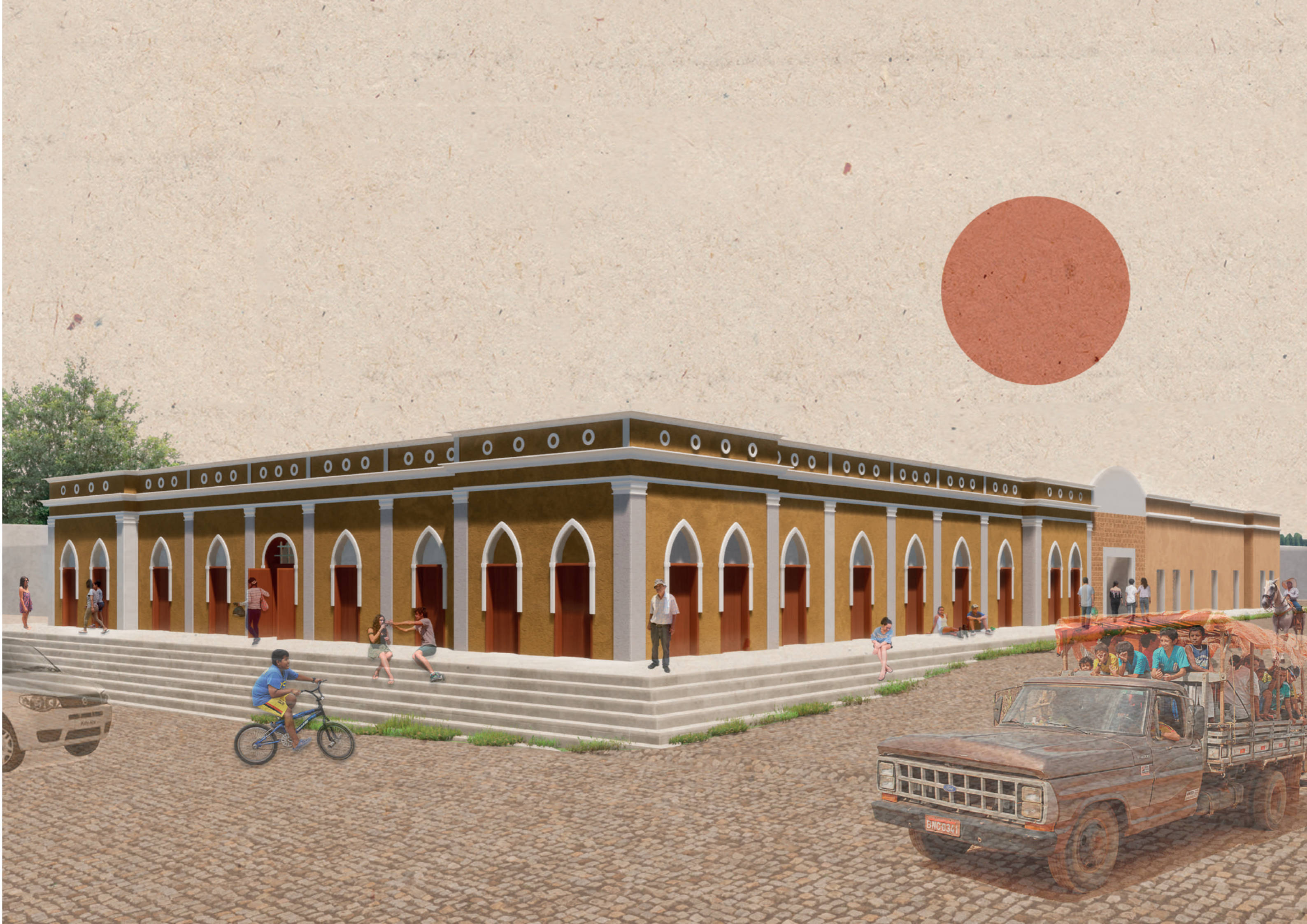
Piso cerâmico



PERPEC . EXPLODIDA BOX [6]

Esc. 1:200







Ralvene

Rogue

@tudodenimokoia

FINHO SABOR



o Boticário

LUCIANO

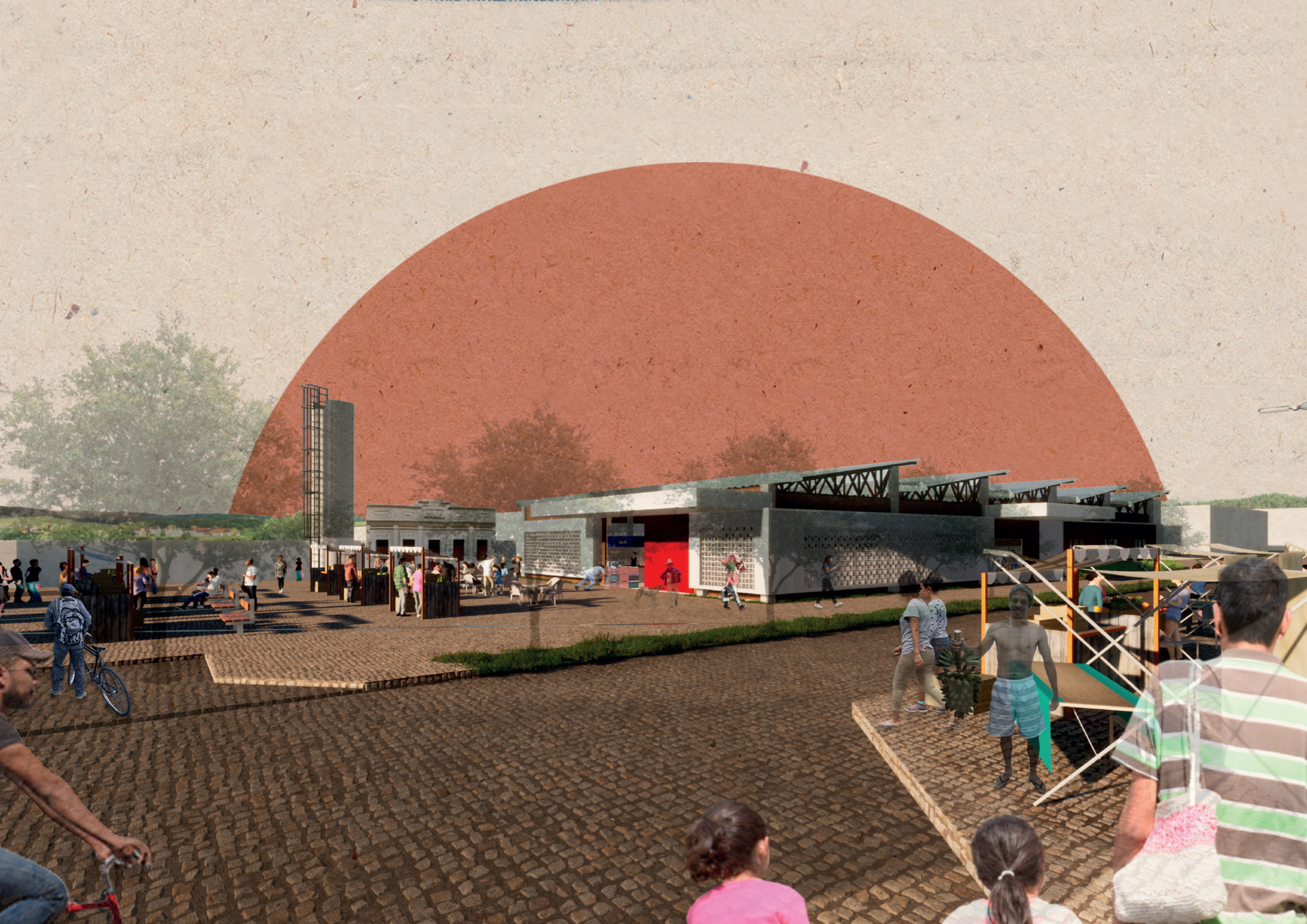
Com-Com

Água de Cheiro

Fit Pollo









Box 21

Box 21

Box 22

ANEXOS

USO	TIPO DE AMBIENTE	CÍRCULO INSCRITO Ø (m)	ÁREA MÍNIMA (m²)	ILUMINAÇÃO MÍNIMA	VENTILAÇÃO MÍNIMA	PÉ DIREITO MÍNIMO (m)	PROFUNDIDADE MÁXIMA
EDIFÍCIOS COMERCIAIS	"HALL" DO PRÉDIO	3,00	9,00	1/10	1/20	2,50	3 vezes o pé-direito
	"HALL" DO PAVIMENTO	2,00	4,00	1/10	1/20	2,50	3 vezes o pé-direito
	CORREDORES PRINCIPAIS	1,20	-	-	-	2,50	-
	CORREDORES SECUNDÁRIOS	1,20	-	-	-	2,20	-
	ESCADAS	1,20	-	-	-	2,20	-
	ANTE-SALAS	2,00	4,00	1/6	1/12	2,50	3 vezes o pé-direito
	SALAS	2,50	15,00	1/6	1/12	2,80	3 vezes o pé-direito
	SANITÁRIOS	1,00	1,20	1/8	1/16	2,50	3 vezes o pé-direito
	KIT	1,00	1,50	1/8	1/16	2,50	3 vezes o pé-direito
	LOJAS	3,00	20,00	1/6	1/12	3,00	3 vezes o pé-direito
	SOBRELOJAS	2,00	6,00	1/6	1/12	2,50	3 vezes o pé-direito

Anexo 1

Tabela: Índices aplicáveis às edificações | Código de Obras e Posturas de Quixeramobim-CE

INSTALAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS ÁREAS DOS ANDARES SERVIDOS	EMPREGADOS			PÚBLICO		
	LAVATÓRIOS	APARELHOS SANITÁRIOS	MICTÓRIOS	LAVATÓRIOS	APARELHOS SANITÁRIOS	MICTÓRIOS
Até 50,00m²	1	1	-	-	-	-
de 51,00m² a 119,00m²	1	1	1	1	1	-
de 120,00m² a 249,00m²	2	2	1	2	2	-
de 250,00m² a 499,00m²	2	2	2	2	2	1
de 500,00m² a 999,00m²	3	3	3	3	3	1
de 1.000,00m² a 1.999,00m²	4	4	4	3	3	2
de 2.000,00m² a 3.000,00m²	6	6	5	4	4	2
acima de 3.000,00m²	1/500,00m² ou fração	1/500,00m² ou fração	1/600,00m² ou fração	1/750,00m² ou fração	1/750,00m² ou fração	1/500,00m² ou fração

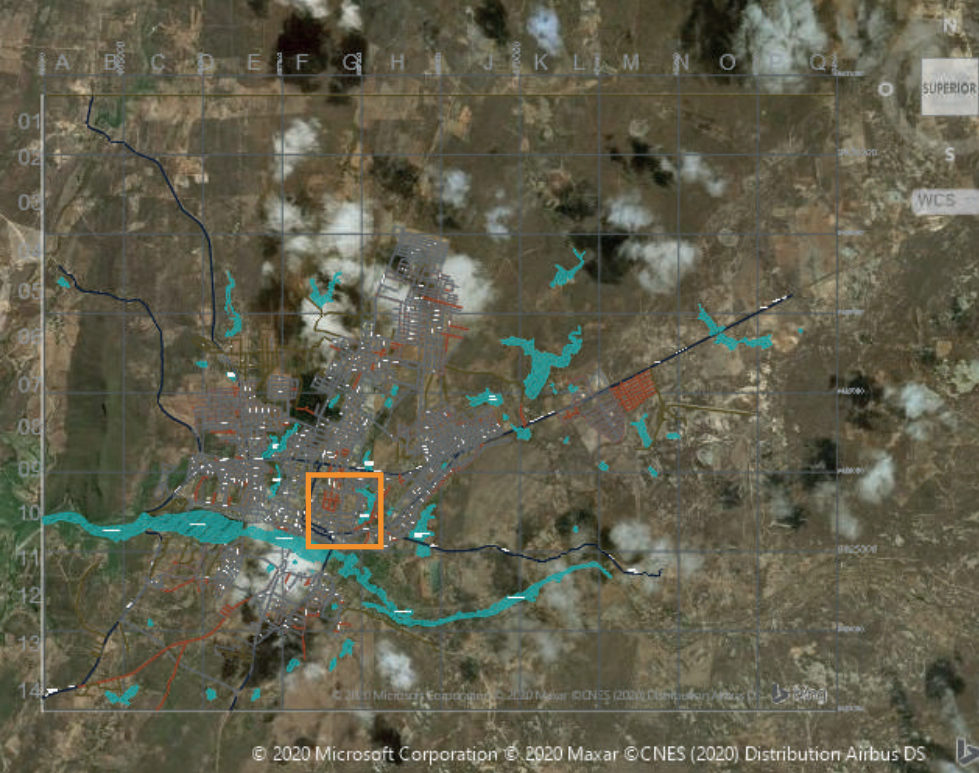
Anexo 2

Tabela: Dimensionamento de instalações sanitárias | Código de Obras e Posturas de Quixeramobim-CE

ZONAS	USO	TAXA DE PERMEABILIDADE (%)	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO (IA)	RECUOS			ÁREA DO LOTE (m²)	OBSERVAÇÕES
					FRENTE	FUNDO	LATERAL		
ZUM	Residencial Unifamiliar	20	50	1	0	3	0	125	Nas quadras contidas no centro histórico não será permitido construções acima de 9,00m de altura. Nas outras zonas, quando a edificação possuir mais de 14,00m de altura o recuo de frente deverá ser de 5,00m a partir do 1º pavimento.
	Residencial Multifamiliar	20	60	1,5	0	3	1,5	125	
	Comercial varejista, de serviço em geral e Indústrias de pequeno porte não poluentes	20	60	3	0	3	1,5	125	
	Misto (residência associada à comércio varejista e/ou serviços em geral e/ou indústrias de pequeno porte não poluentes ou usos não residenciais associados entre si)	20	60	1,75	0	3	1,5	125	
	Institucional	20	60	1,5	0	3	1,5	125	

Anexo 3

Tabela: Indicadores urbanos de ocupação | Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Quixeramobim-CE



Anexo 4
 Imagem aérea de Quixeramobim-CE com delimitação de quadrante.
 Cedida por Hadryel Vieira

Anexo 5
 Imagem aérea de quadrante delimitado em Anexo 4.
 Cedida por Hadryel Vieira



Anexo 5
 Imagem aérea de quadrante delimitado em Anexo 4 com destaque da área onde foram propostas intervenções.
 Cedida por Hadryel Vieira



LISTA DE FIGURAS E MAPAS

FIGURAS

- F1 - p13 - Perspectiva destacando a diferença de nível entre os Mercados e a feira livre (*Google Street View* com modificações feitas pela autora)
- F2 - p19 - Gustavo Giovannoni (*Archivi degli*)
- F3 - p19 - Camilo Boito (*Wikimedia Commons*)
- F4 - p19 - Alois Riegl (*Alchetron*)
- F5 - p19 - Cesare Brandi (*Alchetron*)
- F6 - p26 - Frontispício do Dcreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937 (Acervo Iphan)
- F7 - p29 - Theatro José de Alencar - Fortaleza/CE (Secretaria de Cultura do Estado do Ceará)
- F8 - p29 - José Liberal de Castro (Jornal Diário do Nordeste)
- F9 - p30 - Casa Natal de José de Alencar - Fortaleza/CE (Blog Dicas do Nosso Brasil)
- F10 - p30 - Casa de Câmara e Cadeia de Caucaia/CE (Blog Patrimônio para Todos)
- F11 - p30 - Casa de Câmara e Cadeia de Icó/CE (Sansão Mendes)
- F12 - p30 - Museu do Ceará (Nakinn)
- F13 - p33 - 'Rua Direita - Rio de Janeiro', Litografia de Johan Moritz Rugens, 1835 (Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira)
- F14 - p38/39 - Feira livre em Caraíbas/BA (Orlando Danton)
- F15 - p42 - Tipologia de mercado (Ilustração do livro '*Traité D'Architecture: Éléments de L'Architecture, Types d'édifices - esthétique, composition et pratique de l'architecture*')
- F16 - p42 - Mercado da Candelária - Rio de Janeiro/RJ - ano desconhecido (Autor desconhecido)
- F17 - p44 - Mercado Público de Olinda/PE - ano desconhecido (Página Olinda de Antigamente)
- F18 - p45 - Mercado Público de Ceará-Mirim/RN - ano desconhecido (Gibson Machado)
- F19 - p46 - Mercado Público de Aracati/CE - ano desconhecido (Site Institucional - Mercado Público de Aracati)
- F20 - p47 - Mercado Público de Icó/CE - ano desconhecido (João Rescala - Rede de Arquivos Iphan)
- F21 - p49 - Vista externa da Igreja Matriz de Santo Antônio em Quixeramobim/CE - ano desconhecido (João Rescala - Rede de Arquivos Iphan)
- F22 - p50 - Vista interna da Igreja Matriz de Santo Antônio em Quixeramobim/CE - ano desconhecido (João Rescala - Rede de Arquivos Iphan)
- F23 - p50 - Igreja Nossa Senhora do Rosário em Quixeramobim/CE - ano desconhecido (João Rescala - Rede de Arquivos Iphan)
- F24 - p50 - Igreja do Bonfim em Quixeramobim/CE - ano desconhecido (João Rescala - Rede de Arquivos Iphan)
- F25 - p53 - Devota na Missa do Vaqueiro na Praça da Prefeitura (Amaurir Alencar)
- F26 - p54 - Barracão de Santo Antônio, ao fundo, torre da Igreja Matriz (arquivo pessoal)
- F27 - p54 - Parque de diversões em funcionamento durante a festa do padroeiro (Site Institucional - Prefeitura de Quixeramobim/CE)
- F28 - p56 - Artigos religiosos e eletrônicos à venda em barraca (arquivo pessoal)
- F29 - p56 - Acampamento de 'barraqueira'. Preparo e consumo de refeições, assim como a lavagem de utensílios são feitas em público, em área contígua às barracas (arquivo pessoal)

F30 - p64 - Igreja Matriz de Santo Antônio (*Google Street View*)
F31 - p64 - Igreja Nossa Senhora do Rosário (*Google Street View*)
F32 - p65 - Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim/CE (*Google Street View*)
F33 - p65 - Memorial Antônio Conselheiro (*Google Street View*)
F34 - p64 - Sobrado - Sede da Diocese de Quixadá em Quixeramobim/CE (*Google Street View*)
F35 - p64/65 - Mercado da Carne (*Google Street View*)
F36 - p65 - Residência com sótão habitável, de relevante interesse histórico (*Google Street View*)
F37 - p64 - Estação Ferroviária, atual Brinquedoteca Municipal (*Google Street View*)
F38 - p65 - Centro Educacional SESC Quixeramobim (*Google Street View*)
F39 - p66 - *Shopping Viena* (*Google Street View*)
F40 - p66 - Ponte Metálica (antiga ferrovia) sobre o Rio Quixeramobim (Tarcísio Filho)
F41 - p66 - Ponte da Maravilha sobre o Rio Quixeramobim (Página Oficial - Gov. Camilo Santana)
F42 - p66 - Residência de relevante interesse histórico (*Google Street View*)
F43 - p66 - Residência de relevante interesse histórico (*Google Street View*)
F44 - p70 - Feira livre entre os Mercados (arquivo pessoal)
F45 - p70 - Transportes coletivos (ônibus e 'paus-de-arara'), vindos dos distritos com destino à sede do município, estacionados na rua (arquivo pessoal)
F46 - p70 - Barracas ocupando calçadas e faixas de rolamento (arquivo pessoal)
F47 - p70 - Barracas ocupando Praça da Matriz (arquivo pessoal)
F48 - p73 - Estação Ferroviária, atual Brinquedoteca Municipal (Jornal Diário do Nordeste)
F49 - p73 - Pontos comerciais (*Google Street View*)
F50 - p74 - Edificações de uso misto (*Google Street View*)
F51 - p74 - Residências térreas (*Google Street View*)
F52 - p74 - Praça pública em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário (*Google Street View*)
F53 - p74 - Ponto comercial alugado e utilizado como equipamento público (*Google Street View*)
F54 - p77 - Anotações e desenhos à mão livre feitos durante o processo de prospecção formal do Mercado Público a partir de relatos (elaborado pela autora)
F55 - p79 - Fachada leste do Mercado Público de Quixeramobim/CE - ano desconhecido (João Rescala - Rede de Arquivos Iphan)
F56 - p79 - Pátio interno do Mercado Público de Quixeramobim/CE - ano desconhecido (João Rescala - Rede de Arquivos Iphan)
F57 - p80 - Fachada sul do Mercado Público de Quixeramobim/CE. À frente, antiga via férrea, ao fundo, torres da Igreja Matriz de Santo Antônio - ano desconhecido (Autor desconhecido, cedida pelo Sistema Maior de Comunicação)
F58 - p81 - Retrato de 'Zé' Patrício, comerciante e colaborador deste trabalho (arquivo pessoal)
F59 - p82 - Fachada oeste do Mercado Público de Quixeramobim/CE. À frente, barracas com produtos diversos, típicas do 'Shopping de Santo. Antônio' (arquivo pessoal)
F60 - p83 - Parede limítrofe entre o Mercado Público e seu anexo (ao lado direito), com aproximadamente 50cm de espessura (arquivo pessoal)
F61 - p83 - Patologias da construção e marcas de reparos emergenciais na fachada oeste do anexo do Mercado Público (arquivo pessoal)
F62 - p83 - Coberta do eixo de circulação leste-oeste, área de transição entre a parte antiga e o anexo do Mercado Público (arquivo pessoal)
F63 - p83 - Patologia da construção avançada expondo os tijolos do eixo de circulação leste-oeste, área de transição entre a parte antiga e o anexo do Mercado Público (arquivo pessoal)

- F64 - p84 - Precariedade da coberta e instalações do anexo do Mercado Público (arquivo pessoal)
- F65 - p84 - Boxes construídos onde era o pátio do Mercado Público (arquivo pessoal)
- F66 - p84 - Precariedade das instalações da edificação anexa ao Mercado Público (arquivo pessoal)
- F67 - p88 - Coberta do Mercado da Carne vista por dentro. Instalações elétricas em situação precária (arquivo pessoal)
- F68 - p89 - Estrutura da coberta e forma de ocupação do espaço por lanchonetes (arquivo pessoal)
- F69 - p88 - Evidência de invasão do Mercado da Carne durante horário de não funcionamento (Site Quixeramobim Agora)
- F70 - p88/89 - Praça e portão leste do Mercado da Carne (arquivo pessoal)
- F71 - p89 - Cobogó de concreto como fechamento em todas as faces da edificação, quebrado ou tapado em várias partes (arquivo pessoal)
- F72 - p88 - Corredor central, eixo norte-sul, do Mercado da Carne (arquivo pessoal)
- F73 - p89 - Vista do portão sul para o remanescente histórico inserido no projeto (arquivo pessoal)
- F74 - p91 - Desenho do projeto Engenho Central em Piracicaba-SP (Brasil Arquitetura)
- F75 - p92 - Desenho do projeto Mercado Público Municipal em Jaguarão, RS (Brasil Arquitetura)
- F76 - p93 - Mercado Municipal de Atarazanas em Málaga, Espanha (Aranguren & Gallegos Arq.)
- F77 - p95 - Fachadas oeste e sul do Mercado Público. À frente, linha férrea (autor desconhecido)
- F78 - p96 - Vista da feira livre a partir da praça do Mercado da Carne (arquivo pessoal)
- F79 - p99 - Infográfico das relações existentes entre o espaço construído e o espaço aberto, suas atividades próprias e subdivisões de setores (elaboração própria)
- F80 - p100 - Planta e corte de trecho da Rua Aarão Mendes indicando proposta de intervenção (elaboração própria em parceria com Ana Roldan)
- F81 - p100 - Planta e cortes de trecho da Rua Rafael Pordeus indicando proposta de intervenção (elaboração própria em parceria com Ana Roldan)

MAPAS

- M1 - p36 - Mapa das estradas das boiadas na Capitania do Ceará e proximidades (elaborado por Sarah Farias e Clovis Jucá a partir das informações contidas no texto Vias de comunicação do Ceará colonial de Studart Filho)
- M2 - p48 - Mapa indicando a localização do município de Quixeramobim no estado do Ceará, além de distinguir sua sede (zona urbana) e seus distritos (elaborado por Sarah Farias a partir de dados fornecidos pelo IBGE 2010)
- M3 - p52 - Mapa das vilas cearenses entre 1699 e 1823 (elaborado por Isaque Sousa a partir de dados fornecidos pelo IBGE)
- M4 - p52 - Mapa das vilas cearenses em 1872 (elaborado por Isaque Sousa a partir de dados fornecidos pelo IBGE)
- M5 - p59 - Recorte do mapa do Zoneamento Urbano e Ambiental de Quixeramobim/CE (LUOS 2010 Quixeramobim/CE)
- M6 - p67 - Mapa de 'Destques', indicando pontos de referência na área estudada (elaborado pela autora com base em imagens do *Google Earth*)
- M7 - p71 - Mapa 'Feira livre, quermesse e shopping de Santo Antônio, indicando locais ocupados periodicamente ou anualmente, por veículos, instalações ou consumidores e pedestres (elaborado pela autora com base em imagens do *Google Earth*)
- M8 - p75 - Mapa de usos dos lotes da área estudada (elaborado pela autora com base em imagens do *Google Earth*)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

ANDRADE, Manuel Correia de. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1979.

_____. **Geografia econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina**. 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1997.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, Iphan, 2012.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3.ed. São Paulo: Ed. Estação Liberdade/UNESP, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1997.

FUNES, E. A. Negros no Ceará. In: SOUZA, S. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000. p. 112-114.

GIRÃO, Raimundo. MARTINS FILHO, Antônio. **O Ceará**. 1.ed. Fortaleza: Ed. Fortaleza, 1939.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. 16 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Primórdios da Urbanização no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC: Ed. Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**. Problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial/FAPESP, 2009.

MAIA, Doralice Sátyro. **As Feiras de Cidades Brasileiras e Portuguesas: Lugar do Mercado e do Encontro** -. In: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO-CABOVERDIANO. ENCONTRO PARAIBANO DE GEOGRAFIA. 3., 2006, João Pessoa: UFPB, 2006.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: Memória, cidadania e gestão do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2005.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SIMÃO, Marum. **Quixeramobim: recompondo a história**. Fortaleza, 1996. p. 37.

SOUZA, Elza Coelho. **Feira de gado**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tipos e aspectos do Brasil. 10. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1975.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço Terciário: O lugar, a arquitetura e a imagem**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

VIOLLET-DE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

ARTIGOS E TESES

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feiras Nordestinas (*fairs in northeastern Brazil*)**. Mercator, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 87-101, nov. 2008. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/11>>. Acessado em: 08 nov. 2018.

KÜHL, Beatriz. **Notas sobre a Carta de Veneza**. Anais do Museu Paulista, v.18, nº2, 2010, p. 287-320.

MOTT, Luis Roberto de Barros. **A feira de Brejo Grande: um estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco**. 1975. 348f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Campinas, Campinas/SP, 1975.

PAULET, Antonio José da Silva. **Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XII. Fortaleza. P. 26-31. 1898.

PINHEIRO, Francisco José. **Solo Fértil na Capitania: um projeto para o Ceará em fins do século XVIII**. In: Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará: Ciências e Tecnologia. Arquivo Público do Ceará. Fortaleza, v 1. 2005.

VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. **A feira: agentes e processos**. Fortaleza: Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais. Departamento de Ciências Sociais e Filosofia. UFC, nº 7, novembro de 1986.

DOCUMENTOS

BRASIL. **Lei Federal nº 378 de 1937**. Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

Carta de Atenas de 1931. In: Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

Carta de Veneza de 1964. In: Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

Carta do Restauro de 1972. In: Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FORTALEZA. Lei Ordinária nº 9.347 de 2008. Criação do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural (COMPHIC), 2008.

IBGE. Censo Demográfico. 2010.

_____. **Cadastro Central de Empresas.** 2006.

_____. **Produção de Leite de Vaca.** 2013.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. 2010.

SITES

Anuário do Ceará - Quixeramobim. Disponível em <<http://www.anuariodoceara.com.br/cidades/quixeramobim>> Acesso em 23 out 2018.

Arquitetura antiga do Ceará e Maranhão é contemplada em livro. Disponível em <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/arquitetura-antiga-do-ceara-e-maranhao-e-contemplada-em-livro-1.2178074>> Acesso em 22 out 2020.

Brasil em Síntese - Quixeramobim. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/quixeramobim/panorama>> Acesso em 23 out 2018.

Especial - O Patrimônio Cultural Cearense e os 80 anos do IPHAN. Disponível em <<https://www.anuariodoceara.com.br/o-pioneiro-do-patrimonio-no-ceara/>> Acesso em 22 out 2020.

História de Quixeramobim - Editorial. Disponível em <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/opiniao/historia-de-quixeramobim-1.505956>> Acesso em 21 out 2018.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - Disponível em <<http://www.ipece.ce.gov.br/produtos>> Acesso em 23 out 2018.

Sem estrutura, mercados públicos do interior resistem à modernidade - Disponível em <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/sem-estrutura-mercados-publicos-do-interior-resistem-a-modernidade-1.2087607>> Acesso em 05 nov 2020.

Universidade Federal do Ceará
Arquitetura e Urbanismo

Trabalho Final de Graduação

